



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (PPGHIS)**

REVER-SE NO PASSADO E MOTIVAR-SE NO PRESENTE:
REPRESENTAÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS NA *HISTÓRIA DO EXÉRCITO*
BRASILEIRO: PERFIL MILITAR DE UM POVO.

Marcelo Aparecido Pina Junior

Foz do Iguaçu
2024

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
(PPGHIS)**

**REVER-SE NO PASSADO E MOTIVAR-SE NO PRESENTE:
REPRESENTAÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS NA *HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO:*
*PERFIL MILITAR DE UM POVO.***

Marcelo Aparecido Pina Junior

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre/Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Renato da Silva

Foz do Iguaçu
2024

MARCELO APARECIDO PINA JUNIOR

REVER-SE NO PASSADO E MOTIVAR-SE NO PRESENTE:
REPRESENTAÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS NA *HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO:*
PERFIL MILITAR DE UM POVO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre/Mestra em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Paulo Renato da Silva
UNILA

Prof. Dra. Endrica Geraldo
UNILA

Prof. Dra. Amanda Pinheiro Mancuso
FATEC

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

P646r

Pina Junior, Marcelo Aparecido.

Rever-se no passado e motivar-se no presente: representações das forças armadas na história do exército brasileiro: perfil militar de um povo / Marcelo Aparecido Pina Junior. - Foz do Iguaçu, 2025.

99 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, PPGHIS, Modernidades, instituições e linguagens.

Orientador: Paulo Renato da Silva.

1. História militar. 2. Brasil - História - Independência, 1822. 3. Brasil - História - 1964-1985. I. Silva, Paulo Renato da. II. Título.

CDU 355.48(81)

Dedico este trabalho à minha mãe: Damaris de
Araujo Alves Pina

AGRADECIMENTOS

Antes das frias palavras da escrita acadêmica e do método científico se iniciarem, dedico breves comentários carregados de carinho aos que me amam.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu professor e orientador Paulo Renato, que foi meu professor no primeiro semestre da graduação e agora foi meu orientador na pós. Com brilhantismo e paciência, guiou-me nesta jornada do mestrado. Mais que um professor, tornou-se para mim um exemplo de historiador cujos métodos e didáticas, sempre polidos, imitarei em minha carreira. Muito obrigado por todo apoio! O senhor me viu entrar na universidade, assistiu o meu amadurecimento enquanto profissional da História e agora me vê partindo para novos desafios. Foi um privilégio passar esse tempo estudando com o senhor!

Gostaria de agradecer à minha mãe, Damaris de Araujo Alves Pina, que sempre esteve ao meu lado desde o meu primeiro suspiro de vida, e ao meu lado ficará até que seu último venha. Espero que sinta orgulho do filho que criou com tanto esforço, esforço este que recompenso sendo um bom moço, como a senhora sempre sonhou para mim. Eu te amo, mãe!

Gostaria de agradecer também a um dos meus melhores amigos Dione Christopher Santana de Almeida. Sua companhia em todos esses anos se assemelha à de um irmão mais velho que eu nunca tive, porque você sempre cuidou de mim e de todos que estão próximos de você. Espero levar sua amizade até o fim de meus dias.

Não posso deixar de agradecer à minha também melhor amiga Maria Carolina Vieira, uma linda amizade que fiz durante a graduação. Sei que a rotina da vida não nos permite mais conviver como antigamente, mas saiba que você segue morando no meu coração e que sinto muitas saudades. Quero você também para toda a minha vida.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer a Priscila Pinheiro Zenatti. Você foi minha companheira em toda a minha jornada da pós-graduação, uma pessoa em quem eu pude confiar meus sentimentos e aflições, e mais que isso, é a pessoa que conquistou o meu coração. A você dedico essas singelas palavras de carinho e amor, elas são breves, mas vieram do fundo do coração que você conquistou. Eu te amo.

A todos que me ajudaram, que me cuidaram e que me amaram, eu agradeço do fundo do meu coração. Entro em um momento da carreira profissional e da minha vida pessoal que temo, no qual me sinto vulnerável. Mas vocês me protegem e me zelam, e assim consigo prosseguir. Meu muito obrigado!

*Um soldado sem formação política ou ideológica é um criminoso em potencial. **Thomas Sankara.***

RESUMO

A presente dissertação tem como tema a memória institucional na história militar, mais precisamente durante a ditadura brasileira (1964-1985). Visa analisar, pela perspectiva de Chartier e de Burke, alguns elementos contidos na coleção de três volumes intitulada *História do Exército Brasileiro: Perfil Militar de um Povo*, publicada em 1972 pelo IBGE e editada pelo Estado-Maior do Exército. Trata-se de uma obra que cumpre duas finalidades: a de doutrinar o militar brasileiro e a função de livro didático para uso civil. O objetivo desta pesquisa limita-se a analisar um ponto específico dentro da obra: a construção do mito de origem da nacionalidade brasileira, relacionando-o à história do próprio Exército. Esse processo é indissociável do anticomunismo presente na instituição, o qual era uma das principais características da ditadura militar instaurada em 1964. Há tentativas, dentro da obra, de diminuir ou solucionar as contradições internas a respeito de processos históricos, bem como aquelas relacionadas ao tempo presente da produção da coleção. Além disso, busca-se, nesta pesquisa, situar o documento no contexto do nacionalismo em torno do sesquicentenário da Independência do Brasil (1822-1972), sendo uma das várias obras comemorativas criadas pelo IHGB.

Palavras-chave: História militar, história cultural, história oficial, ditadura empresarial militar, Sesquicentenário da Independência.

RESUMEN

La presente disertación tiene como tema la memoria institucional en la historia militar, más precisamente durante la dictadura brasileña (1964-1985). Busca analizar, desde la perspectiva de Chartier y Burke, algunos elementos contenidos en la colección de tres volúmenes titulada *Historia del Ejército Brasileño: Perfil Militar de un Pueblo*, publicada en 1972 por el IBGE y editada por el Estado-Mayor del Ejército. Se trata de una obra que cumple dos finalidades: la de adoctrinar al militar brasileño y la función de libro didáctico para uso civil. El objetivo de esta investigación se limita a analizar un punto específico dentro de la obra: la construcción del mito de origen de la nacionalidad brasileña, relacionándolo con la historia del propio Ejército. Este proceso es indisociable del anticomunismo presente en la institución, el cual era una de las principales características de la dictadura militar instaurada en 1964. Dentro de la obra, hay intentos de minimizar o resolver las contradicciones internas con respecto a los procesos históricos, así como aquellas relacionadas con el contexto de producción de la colección. Además, en esta investigación se busca situar el documento en el contexto del nacionalismo en torno al sesquicentenario de la Independencia de Brasil (1822-1972), siendo una de las varias obras conmemorativas creadas por el IHGB.

Palabras clave: Historia militar; historia cultural; historia oficial; dictadura empresarial militar; Sesquicentenario de la Independencia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.	12
CAPÍTULO 1: HISTÓRIA MILITAR E HISTÓRIA ACADÊMICA. ENTRELAÇANDO DOIS MUNDOS.	19
<i>O MÉTODO DO HISTORIADOR: A INTENCIONALIDADE NA FONTE HISTÓRICA.</i>	19
<i>A MATERIALIDADE DA FONTE: QUAIS SUAS CARACTERÍSTICAS?</i>	30
<i>O QUE SE TEM PRODUZIDO? PESQUISAS QUE NOS ANTECEDEM.</i>	37
CAPÍTULO 2: ENTRE TEXTOS E CONTEXTOS. A ESCRITA DA HISTÓRIA DO EXÉRCITO EM 1972. O PASSADO PARA LEGITIMAR O PRESENTE.	46
<i>O CONTEXTO: A TRIPLA RELAÇÃO IHGB- ECEME-CEC NO SESQUICENTENÁRIO. QUAL HISTÓRIA E COMO O EXÉRCITO NELA APARECE?</i>	46
<i>O CONTEXTO: A POLÍTICA DO EXÉRCITO. O RETRATO DO TEMPO PRESENTE E SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS.</i>	59
<i>O TEXTO: O MITO DA ORIGEM NA HISTÓRIA DO EXÉRCITO. A GÊNESE NO SESQUICENTENÁRIO E O REFLEXO DA DEMOCRACIA RACIAL NO PASSADO DA NAÇÃO.</i>	70
<i>A AMIZADE DE DITADURAS E SEU IMPACTO NA MEMÓRIA MILITAR DA INDEPENDÊNCIA.</i>	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS.	96

INTRODUÇÃO

Um das lembranças mais antigas que tenho são as cenas que assistia diante de uma tela de televisão, desde conteúdos de fita cassete até programas de canais abertos. Dentro dos canais abertos, lembro-me de propagandas do governo federal ao público. O principal meio de comunicação dos anos 2000 no Brasil ainda era a televisão, o que levava as instituições de defesa a produzirem comerciais para se comunicar com a população, demonstrar não só os seus serviços ao país, mas também divulgar concursos abertos nas várias áreas de atuação dentro das Forças Armadas. Nos anos de 2002 e 2006 em particular, o Exército Brasileiro e a Marinha do Brasil emitiram propagandas institucionais convidando os cidadãos brasileiros a se juntarem às Forças Armadas e homenageando a força terrestre. O Exército, em 2002, promoveu uma homenagem ao Dia do Soldado, mostrando na televisão imagens de veículos blindados de artilharia e carros de combate, junto com soldados marchando¹. Em 2006, a Marinha do Brasil divulga nas emissoras de televisão o concurso para fuzileiro naval. A propaganda mostrava militares pulando de paraquedas, se camuflando em meio ao pântano, desembarcando em praias a bordo de Carros sobre Lagartas Anfíbios (conhecidos pela sigla CLANF no Brasil) e fuzileiros disparando armas antitanque².

Possuíam uma estética aventureira. Apelavam para o espírito de desafio, patriotismo, defesa nacional, e talvez para o manuseio de equipamentos militares que geralmente não são presentes ao mundo civil. Essas propagandas de 30 segundos foram marcantes para as gerações dos anos 2000, construíram uma ideia de Exército e Marinha bem específica que marcou a memória de muitas pessoas, inclusive a minha. Ao assistir na televisão, desenvolvi o desejo de ser soldado das Forças Armadas, o que se estenderia até os 17 anos de idade, período em que decidi trilhar outro caminho, o trajeto acadêmico, e me envolver com as Forças Armadas pela posição de historiador que a investiga.

Provavelmente, as propagandas institucionais fazem parte da memória de muitos que ingressaram nas Forças Armadas naquele período e posterior. Essas imagens edificaram uma noção de Forças Armadas que acompanham a geração dos anos 2000. Foram pensadas para refletir uma imagem da instituição que atendesse à necessidade do momento, transmitindo uma coerência interna e uma imagem pública positiva (Mancuso, 2008).

¹ Dia do Soldado 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=omGU24hiAl4&ab_channel=Ex%C3%A9rcitoBrasileiro> Acesso em: 10/01/2024.

² Comercial Concurso Para Soldado Fuzileiro Naval Marinha do Brasil (2006). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_IBa_mGuU0Y&ab_channel=juliacupincha2015> Acesso em: 10/01/2024.

Existe, sim, a preocupação com a consolidação de um discurso público através do qual buscam organizar e conduzir de maneira positiva a construção de sua imagem social e estabelecer “oficialmente” seu lugar e seu papel na história nacional. Porém, essa construção não pode entrar em conflito com a imagem difundida internamente como elemento de doutrinação dos novos oficiais ao mundo no qual vão se inserir, “uma comunidade cujas exigências sobre sua existência diária transcendem seus deveres oficiais” (JANOWITZ, 1967: 176). Dessa forma, esse discurso precisa equalizar o confronto que possa existir entre a sua visão particular dos fatos e a construção de sua imagem pública, chegando a uma narrativa que seja coerente a esses dois mundos. (Mancuso, 2008, pág. 11).

A minha mudança de trajeto de vida, mencionado anteriormente, tem como motivo os processos políticos históricos dos anos de 2016 a 2018, momento em que percebi que existe um “partido militar”³ tutelando a república. Estes eventos políticos que se desenrolaram nesses anos iam contra a minha formação política que também estava em construção naquele momento.

Com a eleição de um governo que refletia a ascensão do fascismo⁴ na sociedade brasileira, percebemos que os governos de Michel Temer e Bolsonaro foram um “trampolim”⁵ para um controle mais direto dos militares em setores chaves do governo federal. Encontramos estes ocupando cargos do governo como a presidência da Petrobrás e até mesmo a vice-presidência da República, com o General Mourão⁶. Não é de a competência desta dissertação analisar o impacto das ações políticas promovidas pelos militares no governo Bolsonaro. Porém, foi nesse contexto histórico e político que Mourão, enquanto vice-presidente, publicou no *Twitter*⁷ um post comemorando os 374 anos da primeira vitória luso-brasileira contra os invasores holandeses no contexto colonial. Tratam-se de duas imagens que existem na obra do sesquicentenário *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo*, retratando a batalha do monte das Tabocas com um

³O termo “partido militar” é usado para designar as ações políticas das forças armadas dentro da política interna como um agente “moderador” e “tutelador” da democracia, não significa que haja de fato um partido político. (Penido, 2021, p. 473-489).

⁴ O historiador Fernando Horta aproxima as pautas reacionárias e conservadoras da direita com as características fascistas em uma coluna do Portal Geledés intitulada “O fascismo nosso de cada dia..”. O historiador publicou seu artigo em um jornal digital independente onde este é colunista. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/opiniao/o-fascismo-nosso-de-cada-dia-ou-quem-sera-comido-primeiro>> Acesso em: 08/03/2024. O mesmo historiador em uma coluna para o Brasil 247, um veículo de mídia que se define como progressista, comenta que o Brasil passou, com o governo Bolsonaro, por uma experiência fascista. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/blog/limongi-fascismo-e-o-quase-la-dos-academicos>>. Acesso em 08/03/2024.

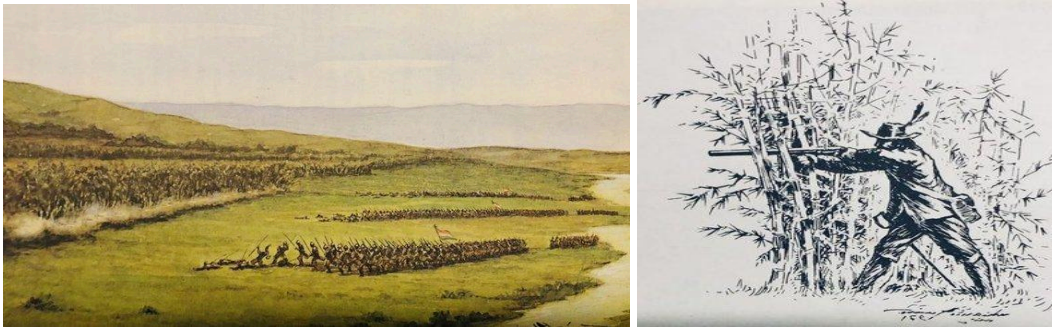
⁵ Em *Disfunção da Democracia*, publicado na *Carta Capital*, mídia considerada de esquerda, a pesquisadora Flavia de Holanda Schmidt critica aumento de militares em cargos civis sob Bolsonaro. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/pesquisadora-critica-aumento-de-militares-em-cargos-civis-sob-bolsonaro-disfuncao-da-democracia/>>. Acesso em: 08/03/2024.

⁶ Antônio Hamilton Martins Mourão hoje é da reserva remunerada do Exército, porém, ingressou nas Forças Armadas em fevereiro de 1972, ano do Sesquicentenário. Até fevereiro de 2018 esteve na ativa dentro do Exército se especializando em diversos cursos de aperfeiçoamento e ocupando cargos importantes. Na vida Civil, filiou-se ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, alcançando o cargo de Vice Presidente da República ao lado de Bolsonaro. Sua carreira política é repleta de polêmicas, porém hoje segue sendo Senador pelo estado do Rio Grande do Sul.

⁷ Twitter do general Mourão (na época, Vice-Presidente) de 2019 comemorando a primeira vitória contra o invasor holandês na insurreição pernambucana. Ele utiliza imagens que estão presentes na coleção da história do exército Brasileiro: Perfil militar de um povo. Disponível em: <<https://twitter.com/GeneralMourao/status/1157692824969732096>> Acesso no dia 08/03/2024.

pequeno texto saudando o evento e a vitória dos defensores das posses portuguesas. Uma imagem retrata tropas holandesas sendo atacadas por tropas luso-brasileiras de dentro da vegetação. A outra imagem retrata um arcabuzeiro luso-brasileiro em detalhes de sua indumentária e da forma que este operava sua arma.⁸

Figura 1: Ilustrações postadas por Mourão no Twitter retiradas da obra *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo*



Fonte: Disponível em: <<https://twitter.com/GeneralMourao/status/1157692824969732096>> Acesso no dia 08/03/2024.

Este trivial detalhe nos demonstra como as noções da memória social⁹ da instituição do Exército estão presentes na mentalidade do militar do atual momento e que elas ainda influenciam nas ações políticas e em sua identidade perante o resto da sociedade. O termo “memória social” é uma forma de simplificar “o complexo processo de seleção e interpretação em uma fórmula simples, e enfatiza a homologia entre os meios pelos quais se registra e se recorda o passado”. (Burke, 2006, pág. 71).

O General Mourão, ao evocar a vitória contra os holandeses, coloca as Forças Armadas como uma continuação do passado colonial e, assim, estariam por trás da formação da nação, buscando na memória histórica um suposto legado que os legitimam como continuadores desse processo.

Fica evidente que dentro das Forças Armadas ainda temos militares que se formaram e tiveram como referências essas mesmas produções feitas pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) do período da ditadura. Temos assim uma questão que não foi superada, pois os militares ainda possuem um pensamento tutelar sobre a República e isso é oficializado como doutrina militar.

⁸ Arcabuzeiro é o vendedor ou o manipulador do arcabuz. Consiste em ser uma das primeiras armas de fogo individuais

⁹ Entendo o conceito de memória social pelo debate promovido por Burke em seu livro “Variedades de História Cultural”, especialmente no capítulo “História como Memória Social”.

Por fim, vale lembrarmos também outro evento que particularmente nos interessa trazer em evidência. No aniversário de 200 anos de independência do país, tivemos durante o governo Bolsonaro o notório evento de trazer o coração de D. Pedro I para o país, em uma cerimônia solene em que participaram o embaixador português e autoridades do Ministério da Defesa do Brasil. O coração ficou exposto no palácio do Itamaraty.¹⁰ Este ato de comemoração ao 7 de setembro não me passou despercebido e o notei com as lentes de Burke (2006, pág.74), quando o autor menciona as formas de transmissão da memória social. Os “rituais de comemoração”, mencionados pelo autor, “são uma forma de reencenar o passado, uma tentativa de impor interpretações sobre ele, formar a memória e, a partir disso, construir a identidade social” (Burke, 2006, pág. 74). Nesse caso em específico, entendi o ato do governo em 2022 como uma imitação ou continuidade do que a ditadura fez em 1972. Não apenas ao ligar o presente com o passado “mítico” da independência, mas ligando-se com a maneira que a ditadura comemorou a independência e um dos seus principais símbolos, o primeiro Imperador.

A partir desta reflexão, ligando minha memória pessoal e a memória oficial do Exército, introduzo o tema da pesquisa sobre a memória institucional. Buscando entender como funcionam as instituições das Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro, percebo que essa instituição possui uma certa característica: as próprias forças de defesa produzem histórias de si mesmas. Isso significa dizer que a instituição tem uma preocupação de pensar a respeito de seu passado, sendo um movimento político também. Podemos entender que essa preocupação possui um lugar social, uma posição em que essa preocupação e essa escrita são produzidas.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, política e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (Certeau, 1982, pág. 66).

Entender esse lado é entender que as Forças Armadas na América Latina não são isentas de criarem memória com suas próprias perspectivas, que não se limitam apenas em exercer seu papel de serem instituições de estado e não de governo¹¹. Além disso, essa produção está sujeita, assim

¹⁰ Este evento foi divulgado por vários canais da mídia brasileira e também pelo Gov.br. Faz parte de uma série de comemorações que foram organizadas pelo governo para homenagear a efeméride da data, embora tenha passado quase que despercebido pela sociedade se compararmos com 1972. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/cultura-artes-historia-e-esportes/2022/copy_of_08/coracao-de-dom-pedro-i-chega-ao-brasil-para-festividades-do-bicentenario> Acesso em 08/07/2024.

¹¹ Nos discursos oficiais, o Exército pressupõe uma certa legalidade referente à política interna do país. Fica evidente esta postura no boletim publicado pelo comandante do Exército Tomás Paiva em que o mesmo diz que “o Exército Brasileiro (EB), Instituição de Estado, apolítica e apartidária, deve estar permanentemente pronto para o cumprimento de suas missões, garantindo a soberania do povo brasileiro, sua segurança e de suas riquezas naturais, sua cultura, seus

como todas, às questões do tempo em que foram e são produzidas. As contradições e pensamentos políticos existentes no período podem ser identificadas nessas memórias, que privilegiam alguns eventos e silenciam outros.

A presente dissertação tem como objeto a memória institucional na história militar e visa analisar qualitativamente as produções oficiais da instituição de defesa do Brasil, mais precisamente as produções do Exército Brasileiro publicadas em 1972 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e editadas pelo estado-maior da força terrestre com o título *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo*, que tem como percurso histórico o período do Brasil colonial até os dias modernos (1972). O contexto da união do IBGE e do Estado-Maior do Exército é o Sesquicentenário da independência do país. Foi criada, na ocasião, uma biblioteca com o nome “Biblioteca do Sesquicentenário”, cujos valores refletem não apenas a comemoração do sesquicentenário, mas também os da ditadura. Se esses valores ainda sobrevivem enquanto doutrina no tempo atual, logo elas ainda refletem na política do partido fardado, adaptadas ao novo contexto do neoliberalismo.

A importância deste estudo se faz presente no atual momento devido a uma série de fatores relacionados ao Exército e à produção historiográfica no novo milênio. Como defende José de Assunção Barros em um Podcast¹², “a historiografia em qualquer época atende às demandas de seu tempo” (A Contrapelo, 2020, min. 6:10). Segundo o autor¹³ (2019, pág. 249), a demanda historiográfica para este século está focada em “desenvolver-se no sentido da ‘responsabilidade social’, ‘criatividade na escrita’, ‘novas interdisciplinaridades’, ‘variedade de suportes’, ‘abrangência autoral’, e, por fim, ‘transferências de criticidade’”. O autor também entende que a historiografia do novo milênio deve manter a continuidade de uma “história-resistência” tendo em vista que, com o novo século, vêm surgindo novas formas de ditaduras, novos meios de dominação que não dependem essencialmente da violência física.

Dos 6 desafios que o historiador nos apresenta, destaco a importância para esta pesquisa da “responsabilidade social” e da “transferência de criticidade”.

valores e suas tradições”. Disponível em: https://www.defesanet.com.br/wp-content/uploads/2023/02/Diretriz-do-Cmt-do-EB-Gen-Tomas_141242FEV23.pdf
Acesso em: 15/03/2024.

¹² A CONTRAPELO PODCAST. Ep. 11 - Seis propostas para a Historiografia do novo milênio - Com o prof. José D'Assunção Barros. [Locução de]: Christian Henrique. [S.I.]: youtube.com, 12 de maio de 2020. *Podcast*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yV9KxZJpaws&t=1816s&ab_channel=Acontrapelo. Acesso em: 08/07/2024.

¹³ Barros, José D'Assunção. Seis desafios para a historiografia no novo milênio. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 21, n. 33, 2019 – ISSN 2237-8871.

Entender a mentalidade dos militares inclui entender que o processo de formação que estes tiveram nas escolas militares foi herdado da ditadura empresarial-militar¹⁴. Os elementos simbólicos e históricos da época do sesquicentenário, em que o documento foi produzido, ainda estão presentes dentro da instituição, o que se manifesta em datas comemorativas¹⁵ como a vitória das forças luso-brasileiras nas guerras holandesas. Castro (2002) define a data como uma tradição inventada e que persiste nas doutrinas difundidas na formação militar¹⁶. *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo* foi editada posteriormente em 1998 com a Odebrecht e mais tarde em 2019 com a Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil. Segundo Mancuso (2007, pág. 6), o documento, embora tenha sido feito para o público geral, possui uma circulação restrita, pelo menos no meio acadêmico, por ser considerada de baixo teor científico.

Esses valores herdados também estão inseridos dentro do contexto de avanço neoliberal e conservador que o século XXI testemunha. A responsabilidade social do historiador do século XXI, no sentido desta pesquisa, está em mostrar que setores das Forças Armadas continuam sendo instrumentalizados - e ao mesmo tempo os mesmos instrumentalizam - para atender aos interesses políticos da classe dominante, mas, diferentemente do período da ditadura empresarial-militar, agora atendem predominantemente às demandas neoliberais, misturando valores patrióticos de defesa e desenvolvimento do território nacional com os interesses privatistas e financeiros do neoliberalismo.

Podemos exemplificar essa posição com a tentativa de golpe do 8 de janeiro de 2023. A instrumentalização da desinformação como manipulação de massa e a suposta ameaça do perigo comunista encontram padrões no modo de operação no Exército e criam cenário ideal para as Forças Armadas se projetarem como salvadoras da democracia¹⁷, ou como agentes

¹⁴ Nesta dissertação usa-se o termo “ditadura empresarial-militar” cunhada pelo historiador e cientista político René Dreifuss por entender que é o termo que melhor define e abrange tal fato histórico, pois o autor enfatiza o caráter de classe presente no apoio civil à ditadura. (Dreifuss, 1981). Contudo, é importante lembrarmos que existem contrapontos e discussões a respeito da nomenclatura. Carlos Fico, embora concorde que a preparação do golpe tenha sido “civil-militar” com civis representantes do capital internacional ocupando cargos importantes no primeiro governo militar, destaca que as sucessivas crises do período fizeram militares ocuparem cada vez mais cargos em agências governamentais, acentuando o cunho militar do governo em detrimento dos civis (Fico, 2004).

¹⁵ O dia do Exército é comemorado em 19 de abril, data que marca a vitória das forças luso-brasileiras na batalha de Guararapes. As guerras holandesas são entendidas pela instituição como o momento de nascimento das Forças Armadas brasileiras junto com a própria nação. Disponível em: <<https://4rm.eb.mil.br/index.php/unoticias/824-o-dia-do-exercito-e-comemorado-em-19-de-abril>> Acesso em 04/03/2024.

¹⁶ O conceito de invenção da tradição utilizado por Castro foi cunhado primeiramente por Hobsbawm em seu livro *Invenção das tradições* em 1984. De maneira resumida, trata-se de “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente: uma continuidade em relação ao passado” (Hobsbawm, 1984, pág. 9).

¹⁷ A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão relaciona o golpe de 1964 com o caso do 8 de janeiro. Eles insistem na questão de que o esquecimento aos crimes da ditadura foi um incentivo aos militares se aventurarem no 8 de janeiro. Disponível em:

“revolucionários”, como os militares são representados na obra *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo*. Articulando brevemente as relações da tentativa de golpe do 8 de janeiro com as representações do Exército presentes em minha fonte, há de se notar como os padrões de entendimento sobre a realidade social são semelhantes. Na fonte, o governo João Goulart (1961-1964), no contexto do pré-golpe, teria sido marcado pelo tumulto e por uma agitação grave na política, “(...), mas o equilíbrio da atitude do Exército conseguiria evitar a guerra civil. Garantira a observância dos princípios democráticos do regime, apesar das dissidências inevitáveis, tanto nos meios políticos, quanto no seio das próprias Forças Armadas” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 978). O resultado das eleições de 2022 desencadeou manifestações golpistas no país inteiro com os acampamentos bolsonaristas nas portas dos quartéis território adentro, clamando por uma intervenção direta dos militares para impedir a posse do candidato eleito. Os acampamentos que estavam em Brasília promoveram, na data 8 de janeiro de 2023, uma invasão em massa desses manifestantes à praça dos 3 poderes, vandalizando os edifícios por completo. Investigações feitas pela Polícia Federal levaram ao celular de um Tenente Coronel chamado Mauro Cid que teria tentado movimentar tropas golpistas do Exército e forçar uma GLO¹⁸. O cenário político de tensão foi aproveitado (como também no passado) para justificar um controle direto do governo¹⁹.

Percebemos em nossa sociedade o uso de informações falsas veiculadas em redes sociais e até em mídias hegemônicas²⁰ para a manipulação do público para fins políticos. Embora não seja uma novidade deste século, esse processo foi facilitado e aprofundado nos últimos anos por novas dinâmicas tecnológicas e sociais. No caso do 8 de janeiro, a instrumentalização da memória feita por interesses econômicos e a máquina de *fake news* bolsonarista - como ficou conhecida -²¹ foram feitas a partir de um interesse semelhante ao de 1964: legitimar uma ação de golpe. Semelhante ao que acontece com as *fake news*, o passado também pode ser instrumentalizado para promover ações no tempo presente. A transferência de criticidade, dentro do contexto desta pesquisa, está no sentido de continuar com a combatividade que a ciência histórica acabou tomando no século XX.

<<https://www.poder360.com.br/poder-justica/justica/esquecimento-da-ditadura-levou-ao-8-de-janeiro-diz-procuradoria>> Acesso em 10/08/2024.

¹⁸ A mencionada GLO é uma sigla para Garantia da Lei e da Ordem. Uma lei constitucional que permite o uso das forças armadas pelo presidente em caso de falta de agentes de segurança em situação de “desordem” para garantir o funcionamento normal das instituições.

¹⁹ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/18/cpmi-do-8-de-janeiro-se-aproxima-de-militares-e-agora>>. Acesso em: 04/01/2024.

²⁰ O conceito de Mídia Hegemônica é entendido pelos escritos de Gramsci em seus *Cadernos do Cárcere*. Segundo Gramsci, o jornalismo serve aos interesses da classe dominante, contra a classe operária, num movimento de alienação para a conquista do consenso da massa para o sistema capitalista. Para saber mais sobre o assunto cf. Bravo; Oliveira (2014).

²¹ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537997311_859341.html> Acesso em: 16/01/2024.

Demonstrando como são feitas essas “invenções de tradições” (Hobsbawn, 1997), como a história e o passado podem ser manipulados para fins do tempo presente.

Para concluir, as propagandas institucionais de televisão dos anos 2000 reinventaram uma imagem estética das Forças Armadas diferente do que ela produziu de si mesma em anos anteriores, especialmente durante a ditadura. As doutrinas militares que permanecem desde o período ditatorial, reinventadas para as lides do tempo presente, buscam atualizar-se, ligando valores de defesa patriótica aos interesses neoliberais. Este trabalho tem como objetivo auxiliar a entendermos como, em 1972, a força terrestre criou uma memória de si para legitimar-se naquele tempo.

CAPÍTULO 1: HISTÓRIA MILITAR E HISTÓRIA ACADÊMICA. ENTRELACANDO DOIS MUNDOS.

O MÉTODO DO HISTORIADOR: A INTENCIONALIDADE NA FONTE HISTÓRICA.

Para iniciarmos, retornemos à década de 1960, período de grande efervescência na política nacional, durante o governo de João Goulart, em que se disputavam vários projetos para o país. Era um período em que a luta de classes estava acirrada, com as organizações sindicais e patronais mobilizadas na defesa de seus respectivos interesses. O partido comunista, embora estivesse na ilegalidade naquele momento, estava promovendo uma organização da classe trabalhadora junto com outros grupos progressistas, tanto no campo quanto nas cidades. Toledo (2004, pág. 18) nos mostra alguns dos vários projetos políticos de desenvolvimento que havia no debate público, entre eles: O liberalismo não-desenvolvimentista²², o liberalismo desenvolvimentista²³, o desenvolvimentismo privatista²⁴, o desenvolvimentismo nacionalista²⁵ e por fim o socialismo²⁶.

Ainda segundo Toledo, o golpe de 1964 representava um silenciamento a esse amplo e rico debate político, ideológico e cultural que nos anos 60 acontecia no seio da sociedade brasileira. “(...) conservadores, liberais, nacionalistas, socialistas e comunistas formulavam publicamente suas propostas e se mobilizavam politicamente em defesa de seus projetos sociais e econômicos” (Toledo, 2004, pág. 18). O golpe militar de 1964, portanto, não pode ser entendido como uma “revolução” como foi entendido por setores da classe dominante e continua sendo entendido por setores das Forças Armadas até os dias de hoje.

Assim, de imediato, rejeita-se a versão dos vitoriosos de 1964 que, na busca de legitimação e justificação do movimento, denominaram-no de Revolução. Por sua rara lucidez, as palavras do general-presidente Ernesto Geisel deveriam ser levadas mais a sério, até mesmo por historiadores e cientistas políticos não conservadores. Num depoimento em 1981, afirmou Geisel que “o que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções se fazem por uma ideia, em favor de uma doutrina” (Toledo, 2004, pág. 14).

O sentido da palavra golpe, entendido por Toledo (2004) para designar o movimento

²² Neoliberais que não visavam um projeto de industrialização para o país.

²³ Embora com projeto desenvolvimentista, não era nacionalista. Possuíam uma ideologia que se vinculava à burocracia pública.

²⁴ Industrialização por meio da iniciativa privada como a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

²⁵ Industrialização através do nacionalismo brasileiro, com apoio do Estado

²⁶Defendiam a revolução brasileira e um governo socialista no país.

vitorioso dos militares em 1964, representa uma repressão a esses debates políticos que demonstravam uma maior organização da classe trabalhadora, que buscava uma participação política maior. Além da repressão contra a classe trabalhadora, os movimentos estudantis e o movimento do Cinema novo, que visavam ser instrumentos de debates e conscientização da sociedade brasileira, também foram silenciados com o golpe militar. Assim, 1964 representou um golpe às instituições democráticas que se construía desde o fim do Estado Novo e conteve um processo mais amplo de organização e mobilização político-social de setores expressivos da sociedade brasileira. Em suma, o golpe não pode ser entendido como “revolução” porque o movimento representava a manutenção dos aparatos repressivos da classe dominante contra o aumento da participação política da classe trabalhadora (Toledo, 2004).

Embora todo o debate político na época pensasse o desenvolvimento do capitalismo brasileiro²⁷, “as classes dominantes e suas elites ideológicas e repressivas, no pré-64, apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças etc” (Toledo, 2004, pág 15). As elites alegavam o contexto da guerra fria e o medo da influência comunista no país. Os EUA já influenciavam também o mundo civil com diversos mecanismos, entre eles os *Think tanks*, os quais, segundo Motta (2000, pág. 340), tiveram um papel de destaque “(...) no desenvolvimento da propaganda anticomunista, fazendo pressões políticas e estimulando os grupos locais com suporte ideológicos”²⁸.

Dentro do contexto da ditadura já implementada, a partir de 1968 temos o endurecimento do regime empresarial-militar manifestado no ato institucional nº5 que “reiterava o controle e a suspensão das garantias constitucionais por tempo indeterminado” (Sosnoski, 2013, pág. 23). Paralelamente ao aumento da repressão, ou apesar dela, havia a preocupação do regime em aparentar ser “democrático”. Durante a ditadura empresarial-militar, “o Brasil vivia em um sistema de bipartidarismo, onde a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) era o partido da situação e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) era o partido oposicionista” (Sosnoski, 2013 , pág. 24 [nota de rodapé 14]). Além do bipartidarismo, as eleições presidenciais eram indiretas²⁹.

²⁷ Assim como o “plano trienal de desenvolvimento econômico-social” promovido por Celso Furtado, ministro do planejamento de Jango, as reformas de base do presidente João Goulart pretendiam desenvolver o capitalismo brasileiro. “Sem as reformas sociais e econômicas que poderiam promover uma melhor distribuição da renda e menor desigualdade regional, a democracia capitalista continuaria sendo um mero formalismo, pois distante das necessidades e demandas das classes populares e trabalhadoras” (Toledo, 2004, pág. 17).

²⁸ De maneira resumida, *think tanks* são instituições que podem ser financiadas tanto por governos ou pelo setor privado que funcionam como um laboratório de ideias. Produzem pesquisas e promovem debates que movem setores sociais de um país dentro da área de políticas públicas.

²⁹ A ditadura empresarial-militar proibiu, até 1972, eleições diretas para o executivo. Governadores, presidentes e prefeitos seriam eleitos indiretamente. A partir de 1972, seriam permitidas eleições diretas apenas para prefeitos e senadores com exceção das capitais (Câmara dos Deputados, 18 jan. 2022).

“Em termos conjunturais, antes de tudo, vivia-se sob o período mais repressivo do regime militar, durante a presidência do general Emilio Garrastazu Médici (1969/74), momento em que a repressão aos adversários políticos atingiu os mais elevados níveis” (Almeida, 2009, pág. 15). O AI-5 representava o pleno poder do estado ditatorial para prender e perseguir qualquer pessoa que o governo entendesse como um insurgente em potencial, e suspendia as garantias constitucionais desses presos. Além disso, a reação armada de organizações clandestinas estabelecidas em modo de guerrilha legitimava, aos olhos do próprio governo, as ações de repressão e violência contra opositores da ditadura (Almeida, 2009).

Em contrapartida à violenta repressão da população regada à censura e tortura, há um suposto equilíbrio. A classe média brasileira, em especial, conseguia desfrutar de uma euforia promovida pelo “milagre econômico”. O desenvolvimento econômico garantia ao governo Médici a adesão e/ou defesa do regime por parte dessa parcela da população que se beneficiava do milagre econômico (Sosnoski, 2013, pág. 23). Todavia, tratava-se de um plano econômico que favorecia a concentração de riqueza (Almeida, 2009).

Com efeito, a junção de fatores como a intervenção estatal, a existência de consórcios, a expansão do sistema de crédito e a ampliação dos prazos de financiamento, possibilitaram elevado crescimento econômico, permitindo especialmente às camadas médias o consumo de produtos duráveis (basicamente eletrodomésticos e automóveis); além disso, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) facultava, a esta camada, a aquisição da tão sonhada casa própria (Almeida, 2009, pág. 16).

Almeida (2009) nos mostra que, além da via econômica, a ditadura tentou legitimar-se por meio da produção e disseminação de livros didáticos que deveriam ser usados nas disciplinas de “estudos sociais”, isto é, “História, Geografia, Educação Moral & Cívica, Organização Social e Política Brasileira e Estudos dos Problemas Brasileiros, em todos os graus de ensino, abrangendo da alfabetização ao nível superior” (Silva *apud* Almeida 2009, pág. 16). Para além dos estudantes, o regime buscou legitimar também seu poder por meio de publicidade de cunho oficial para a população de um modo geral. Difundia-se, deste modo, as opiniões e os valores do Alto Comando das Forças Armadas tanto na área da educação quanto fora dela (Almeida, 2009). Ao mesmo tempo que o governo tentava produzir uma imagem positiva de si mesmo, “jornais e órgãos da imprensa viam-se impelidos a não publicar notícias e/ou opiniões – o que incluía fotos e textos – negativas a respeito dos sucessivos governos militares (Almeida, 2009, pág. 18).

Os militares viam-se como portadores de um novo tempo, afinal, entendiam-se até então como agentes “revolucionários”. E, para além das questões econômicas e sociais do presente, os militares precisavam legitimar-se perante o passado, “forjando raízes na história” (Sosnoski, 2013,

pág. 25). As datas comemorativas oficiais foram amplamente usadas pelo regime para legitimar-se, especialmente o Sesquicentenário da independência do Brasil. É nesse contexto que a fonte analisada neste trabalho se encontra.

O presidente em questão era Emílio Garrastazu Médici, sucedendo os presidentes Castelo Branco³⁰ (1964-1966) e Costa e Silva³¹ (1967-1969). Nesse momento foram definidas as “funções dos atos comemorativos” do Sesquicentenário da independência, que são entendidos por Sosnoski (2013, pág. 24) como “relacionados ao pressuposto da integração nacional, as partes deveriam estar contidas no todo, mostrando todos unidos numa só direção, tendo como suporte a construção de uma memória sobre a independência, lida como momento de fundação da nação soberana”.

A data inicial das comemorações do Sesquicentenário aconteceu oficialmente no dia 21 de abril de 1972, data que se rememora o enforcamento de Tiradentes, um dos símbolos máximos da República (Carvalho, 1990)³². Oficialmente, o calendário das comemorações começaria no dia 21 de abril e terminaria no dia 7 de setembro, mas houve uma intensa campanha publicitária antes da data de início, “convocando a sociedade para participar dos principais eventos, como o Encontro Cívico Nacional,³³ o traslado dos despojos de D. Pedro I e a mini copa de futebol, torneio desportivo organizado pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD), além da Campanha geral do sesquicentenário” (Cordeiro, 2012, pág. 110).

A festa, no entanto, incluiu outros eventos: livros editados e reeditados, congressos realizados, escolas e universidades mobilizadas; músicas compostas especialmente para a ocasião; competições esportivas organizadas por todo o país, premiando os vencedores com um “Troféu Sesquicentenário”. Dentre as competições esportivas, um campeonato internacional de futebol, a Taça Independência, com jogos realizados em diversos estados do país, reunindo seleções de diversas partes do mundo e, é claro, a seleção canarinho, Tricampeã Mundial em 1970 (Cordeiro, 2012, pág. 19).

O objetivo dessa comemoração consistia em lembrar a independência e “patentear o Progresso”:

Tem-se o uso das comemorações em prol de outra causa, a propaganda política do regime militar. O governo militar acreditava - ou ao menos tentava transmitir essa mensagem à população - ser o único capaz, assim como Dom Pedro I o foi em 1822, de manter a

³⁰ Este foi responsável por presidir a república após o golpe, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional. Foi responsável também por sancionar os AI-2 de 1965 (que resumidamente extinguiu o pluripartidarismo), o AI-3 de 1966 (que estabelecia a eleição indireta para governadores e vices) e o AI-4 também de 1966 (que revogou a constituição de 1946).

³¹ Responsável pelo AI-5 de 1968.

³² Para o Sesquicentenário, as datas de início (21 de abril) e de fim da comemoração (7 de setembro) eram consenso entre os funcionários da Comissão Executiva Central como aponta Cordeiro em sua tese (pág. 99)

³³ O encontro cívico nacional foi a abertura oficial das comemorações do sesquicentenário. Iniciou-se com um discurso do presidente Médici feito em 20/04/1972 às 18:30. No dia 21 houve panfletagem feita pela força aérea às 15:00 em Fortaleza e cidades vizinhas e à noite seria feito outro pronunciamento do presidente e o hasteamento da bandeira (Sosnoski, 2013)

unidade do Brasil e conduzi-lo seu destino de grandeza. (Sosnoski, 2013, pág. 36).

Outra característica importante do Sesquicentenário é lembrada por Almeida (2009, pág. 67): “A comemoração promovida pela ditadura constitui-se, em grande parte, na sua “autocomemoração”. Ou seja, houve uma instrumentalização do Sesquicentenário pela ditadura para festejar a si própria (Almeida, 2009).

Outra intenção do governo para com o Sesquicentenário seria a sua perpetuação no tempo, “do efêmero ao eterno” (Sosnoski, 2013). A Comissão Executiva Central das Comemorações do Sesquicentenário (CEC), criada para a ocasião, também previa a documentação do relatório produzido sobre o evento.³⁴ Antônio George Correa, presidente do CEC nomeado por Médici, criou um relatório que mais tarde tornou-se livro. De título *As comemorações do Sesquicentenário*, o presidente do CEC detalha todo o processo de planejamento e execução do Sesquicentenário (Sosnoski, 2013)³⁵. A Comissão entendia que as comemorações eram um exemplo de patriotismo a ser passado para as gerações vindouras, além disso, criou uma “biblioteca do sesquicentenário”, na qual se publicaram livros sobre o período da história invocada pelo regime (Sosnoski, 2013). A lista completa de obras da *biblioteca do sesquicentenário* é trazida por Sosnoski³⁶:

(...) *D. Pedro I Proclamações, cartas e artigos*, Pedro Calmon, *José Bonifácio-A Visão do Estadista*, Alfredo Buzaid, *Itinerário da Independência*, Eduardo Canabrava, *História do Império: A elaboração da Independência*, Tobias Monteiro, *Diário do Capelão da Esquadra Imperial comandada por Lord Cochrane*, Frei Manoel Moreira da Paixão e Dores, *História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole*, Adolfo Varnhagen, *História do Exército Brasileiro- Perfil Militar de um Povo*, Francisco Ruas, *A Iconografia do Meio Circulante do Brasil*, S. dos Santos Trigueiro, *O Ferro na História e na Economia do Brasil*, Edmundo Macedo Soares, *Pioneiros da cultura do café na era da Independência*, Gilberto Ferrez, *Opera Omnia* de Oswaldo Cruz, *Dragões da Independência- Tradição e História*, Alcides Tomaz de Aquino Filho, *As Quatro Coroas de D. Pedro I*, Sérgio Correa da Costa, *A Independência na Imprensa Francesa*, Aurélio de Lyra Tavares, *Uma filha de D. Pedro- D. Maria Amélia*, Sílvia Lacerda Martins de Almeida, *As Comemorações do Sesquicentenário*, Antônio Jorge Correa (Sosnoski, 2013, pág. 60).

A cláusula sétima do Diário Oficial do dia 26 de abril de 1972 dizia que o presidente do CEC indicaria não apenas entidades, mas também a quem deveriam ser oferecidos os livros publicados. Além das 16 obras mencionadas, encontramos os livros *A Guarda de honra do Príncipe Dom Pedro*

³⁴ Segundo Sosnoski (2013), o CEC foi criado pelo Decreto n.o 69.922, de 13 de janeiro de 1972.

³⁵ Sosnoski nos apresenta a biografia de Antônio George Correa antes de presidir o CEC. Este ingressou na Escola Militar de Realengo no Rio de Janeiro. Teria se formado aspirante em 1932 e sido promovido a segundo tenente em julho de 1933 e primeiro-tenente em agosto de 1934. Chegou a Major em 1948, a Tenente-Coronel em julho de 1952 e a Coronel em 1959. Após o golpe de 1964, foi promovido a General de Brigada 3a Divisão de Cavalaria, sediada no Rio Grande do Sul. Em 1968, foi promovido a General de Divisão e finalmente, em 1972, a General de Exército.

³⁶ Os nomes que aparecem na frente da obra são de pessoas ao qual cada exemplar foi oferecido, conforme mostra Sosnoski (2013, pág. 60).

na viagem de São Paulo: testemunhas do Grito do Ipiranga de Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, que a biblioteca identifica como a 17ª obra (Sosnoski, 2013).

A coleção da *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo* pertence à biblioteca do sesquicentenário. Foi produzida pelo Estado-Maior do Exército em conjunto com o IHGB e foi distribuída pelo IBGE. Além desses tomos, faz parte também *Dragões da Independência* e uma reedição do *Diário do Capelão da Esquadra Imperial comandada por Lord Cochrane*. Estes últimos livros mencionados tinham como tema principal o papel das Forças Armadas na história do Brasil e a “Segurança Nacional” (Sosnoski, 2013, pág. 90). A relação dos tomos aqui analisados com o IHGB consiste no seguinte: foi o próprio IHGB, aliado à Comissão Executiva Central (CEC), quem criou a biblioteca do sesquicentenário, sendo assim, suas noções de historiografia que remetem a uma memória conciliatória e não a uma investigação crítica do passado refletem na obra aqui analisada. Outro elemento importante a se levar em consideração é que, dentro da obra, também se veem características marcantes da comemoração, como por exemplo a atenção que o livro 2 dá ao primeiro imperador brasileiro. A representação do imperador relida pela ditadura, além de outras características, estão presentes nessa história militar e podemos analisá-la pelos métodos da história cultural.

Os métodos na história cultural são compreendidos por Chartier (2002, pág. 14) como uma “anexação dos territórios dos outros”. Foram emprestadas técnicas de análise da antropologia e da sociologia, sem deixar de lado os avanços metodológicos anteriores dentro da disciplina. A história cultural, entendida por Chartier (2002, pág.17), “tem como principal objeto identificar como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. “Trata-se de compreender que as percepções do social não são neutras, tendem a impor uma autoridade acima de outras, para legitimar ou justificar um projeto reformador e para os próprios indivíduos as suas escolhas ou condutas” (Chartier, 2002, pág. 17).

Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado (Chartier, 2002, pág.17).

Um importante termo para lidar com o objeto de estudo desta área é o de representação, que muito é debatido por Chartier. O autor trabalha com “representação coletiva”, que permite “conciliar as imagens mentais claras com os esquemas interiorizados, as categorias incorporadas, que as geram e estruturam” (Chartier, 2002, pág. 17).

Desta forma, pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objecto a compreensão das formas e dos motivos — ou, por outras palavras, das representações do

mundo social — que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse (Chartier, 2002, pág.19).

O autor considera que o conceito de representação permite articular 3 modalidades de relação com o social: O primeiro consiste no trabalho de delimitação e classificação que produz configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é construída de maneira contraditória pelos diferentes grupos. Segundamente, são as práticas que visam fazer valer uma identidade social, uma maneira própria de estar no mundo, uma posição. E por fim, formas institucionalizadas dos representantes ou do grupo de marcarem suas existências a modo de perpetuar-se no tempo.

Aplicando Chartier aos tomos, podemos observar que as representações coletivas das Forças Armadas representam o tempo presente da guerra fria. Há uma apropriação simbólica do passado inserida naquele presente. É por esta concepção que os símbolos e os eventos selecionados são percebidos. Os tomos selecionam eventos e processos que eram conhecidos e que eram compartilhados em termos históricos.

Compreendemos que a obra possui uma intencionalidade, uma concepção da realidade que impõe, através de esquemas intelectuais incorporados de experiências passadas, uma maneira de entender-se no presente. Não é a primeira vez que os militares se colocam como representantes da nação. Essa representação no contexto da guerra fria assume outros sentidos. Reivindicar o passado da instituição evocaria um sentido de solidez, capaz de combater a “anarquia comunista” que ameaçaria o país. Para Chartier, em suas disputas de natureza diversa, os sujeitos recorrem a experiências histórico-culturais já compartilhadas.

Não posso deixar de trazer para esta discussão algumas lições deixadas por Le Goff na hora de manusear a obra *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo*. Ao relacionar o autor com a fonte, o documento aqui se torna monumento. É escolhido de forma “manipuladora” para consolidar uma memória por meio de fontes históricas.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (Le Goff, 1990, Pág. 472).

Por se tratar de uma obra que elabora uma memória do passado militar, podemos colocar a escolha das obras eleitas pela comissão de história do Exército, pelo IHGB e pelo CEC, na condição de documentos/monumentos, segundo a compreensão de Jacques Le Goff. Segundo Le Goff, “o

monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos” (Le Goff, 1990, pág. 462).

Relaciono Le Goff com o uso do IHGB pelo governo, porque enxergamos como uma escolha que pretende construir um passado que silencia questões conflitantes para contribuir com uma imagem harmoniosa do país. Durante o ano de 1972, houve uma grande reedição de clássicos sobre a história do Brasil para a biblioteca do sesquicentenário. Almeida (2009) nos diz que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) destaca-se nesse período por ter recebido chancela oficial e apoio do ministério da educação para a realização do curso sobre o Sesquicentenário.

Agarrar-se a um acontecimento do passado e projetar um futuro de êxitos são meios de se obter aceitação pública. Nas comemorações do sesquicentenário o momento foi amplamente aproveitado pelo governo, exaltar os feitos de 1822 foi uma ocasião propícia para estabelecer uma ligação entre passado e futuro. Resgata-se o passado no intuito de recuperar uma memória, atribuindo um determinado sentido para o presente e para o futuro (Sosnoski, 2013, pág. 25).

A priorização do IHGB em detrimento das universidades é entendida por Almeida (2009) sobretudo devido à “aceitação da memória sobre a história” (Almeida, 2009, pág.pág. 21). A construção do passado enquanto memória, produzida pelo IHGB, poderia afastar-se de obras que criassem uma história crítica que problematiza, torna como um problema de investigação o processo de independência. Sendo assim, a priorização do IHGB evitaria polêmicas e atritos (Almeida, 2009).

Ora, nesse momento, as Universidades buscavam ocupar a posição central na produção da historiografia brasileira, desalojando o IHGB da posição proeminente; o conhecimento produzido no âmbito universitário norteava-se por padrões científicos, problematizando assuntos e, assim, dessacralizando o passado nacional. Nada mais distinto do que se realizava então nas dependências do secular Instituto Histórico, onde, com efeito, produziam-se textos que ressaltavam o “papel do indivíduo”, o “grande homem”, o “herói”, enfatizando os atos promovidos por ocupantes de funções no aparelho estatal. Neste sentido, o IHGB baseava suas análises primordialmente em monumentos, em detrimento dos documentos (Almeida, 2009, pág. 22).

Existe uma diferença nas metodologias de análises do IHGB e das universidades. O IHGB persistia em uma metodologia de sacralização do passado histórico ressaltando o papel do indivíduo e atos promovidos por ocupantes de funções no aparelho estatal. Na segunda metade do século XX, fora do Brasil, as universidades já buscavam, naquele momento, uma problematização do passado, muito em conta das novas tendências e correntes metodológicas que a ciência histórica ganhava

naquele momento com a escola dos Annales³⁷.

É importante dizer que, além de serem fontes eleitas pela comissão de história do Exército, temos a aprovação destas pela Comissão Executiva Central (CEC), que analisou todas as publicações da biblioteca do sesquicentenário. “Nada se publicaria sem a chancela do governo” (Sosnoski, 2013, pág. 57).

O processo de seleção de obras feito por esses órgãos do governo traça uma construção teleológica da memória, entendendo as raízes do país ainda no período colonial, ligando o território, o povo e as Forças Armadas em seleções de eventos eleitos como o “germe” da nação. “(...) dentro da ótica de se criar a biografia da nação, busca-se no passado colonial elementos que evidenciam o surgimento desta” (Forastieri. 1997, pág. 13).

Aos poucos passa-se de hipóteses, de suposições a afirmações, e a colônia é posta como um antecedente da nação. Constroem-se histórias nacionais. A partir dessa perspectiva a época colonial perde sua historicidade e passa a ser um "momento" da história nacional, e essa, por sua vez, pelo fato mesmo de apresentar-se como "nacional", unifica, homogeneiza, seleciona eventos supondo sempre uma direção unívoca, em que, mais uma vez, em nome da "história nacional" elide-se a própria história (Forastieri. 1997, Pág. 14).

Trabalhando mais a respeito do “Germe”, Forastieri (1997, pág. 19) nos alerta que se trata da ideia de que o presente estaria contido no passado colonial, ou que o passado é uma construção em direção a determinado presente. Deve ser evitado concordar com estes postulados. “A busca do passado da nação no período colonial é comum no país, uma vez que essas historiografias buscam nesse período, eventos, sinais que sirvam de "testemunho" e justifiquem a nacionalidade nascente" (Forastieri, 1997, pág. 13). Esse movimento é entendido por Forastieri (1997) como uma instrumentalização da História como a biografia da nação. Trata-se da montagem seletiva de eventos que justifiquem as características do presente.

"Uma das formas frequentes de se estabelecer o nexos entre o passado (colônia) e o presente da nação é apresentar o que, no texto de Gramsci, apareceu como "sentimento nacional", na nossa historiografia é traduzido como "sentimento nativista". Dessa maneira fica armado um esquema de explicação que, se não é verdadeiro, passa a imprimir sentido e significações entre o passado e presente (Forastieri. 1997, P. 14)".

Os militares, ao se apropriarem dos eventos históricos do Brasil para fundarem as bases do passado militar da nação, conseqüentemente se legitimam dentro de um discurso oficial. Assim como afirma Mancuso (2008), as críticas que a história militar oficial sofre “podem dar a impressão

³⁷ Os Annales é uma corrente historiográfica de origem francesa que rompe com a história tradicional, indo além da narração dos “fatos históricos” de maneira teleológica. Organiza a pesquisa a partir do problema que é a motivadora da mesma. Além dos Annales, o marxismo também teve papel fundamental nessa problematização do passado, baseando-se na análise da história como produto da luta de classes.

de que toda a construção histórica esteja comprometida pelo caráter utilitarista e doutrinário, como se fosse uma relação intransponível e presente somente na construção levada a efeito pela instituição militar" (Mancuso, 2008, pág. 10). Com isso, Mancuso nos ajuda a entender que mesmo a produção oficial e a história militar não estão fora de um discurso originário de um grupo que analisa e se sente contemplado dentro do que foi produzido, ou seja, existe essa dupla função. O que podemos notar é a equalização de valores culturais e simbólicos, socialmente compartilhados, a um grupo ou instituição, no caso, o Exército Brasileiro. Mancuso utiliza como base de sua argumentação os textos de Certeau para analisar por uma perspectiva da história cultural voltada à história militar.

Indo mais adiante nos escritos de Certeau, podemos observar sua fala sobre “um lugar social” e, a partir disso, entender o documento em questão. Dentro do que Certeau nos diz, existiria uma dupla função do lugar; a de permitir um tipo de produção e a de proibir outros, tornando possíveis certas pesquisas em uma determinada conjuntura, mas também servindo de censura para outros postulados presentes como questões sociais, políticas e econômicas (Certeau, 1982). Ou seja, nas palavras de Certeau, a história se define pela sua relação de linguagem científica com o corpo social e pelos limites que este corpo social impõe. A relação da historiografia com o lugar onde é produzida vai retirar da ciência histórica sua pretensão de reconstruir a verdade e traduzi-la em um fato histórico (Certeau, 1982, pág. 57). Para Certeau (1982, pág. 69), a história fica configurada no sistema ao qual é elaborada e sua fabricação pode ser localizada. O autor entende que considerar a posição social no qual se produz a história seria a forma que permite ao saber historiográfico escapar da inconsciência de classe que a prende na ignorância sobre si própria, e que permitiria entender a própria sociedade na qual está inserida dentro das relações de produção. Negar a origem ou posição social de um discurso historiográfico, para Certeau, seria negar toda a metodologia em história. Negar a particularidade do lugar em que o discurso se insere seria, nas palavras de Certeau, “a negação da própria história” (Certeau, 1982, pág. 69).

Trazendo os escritos de Mancuso e de Certeau para a análise dos tomos, podemos ter em mente que a produção historiográfica parte de um grupo que ocupa uma posição na sociedade, que se preocupa em passar uma imagem a ela, agregando seus valores morais e simbólicos. Castro (2002) se debruçou sobre esses símbolos;³⁸ diz que o Exército se inventa enquanto instituição, desenvolvendo o termo “tradição da invenção³⁹”. Para o autor, o Exército apelaria a valores morais

³⁸ Alguns exemplos de símbolos que Castro analisa são o Duque de Caxias e a construção dentro da instituição de seu mito e de seus feitos na história, além da atenção que o autor dedica para a comemoração da vitória da batalha de Guararapes nos anos 2000.

³⁹ Castro, em 2002, escreve sobre a invenção do Exército Brasileiro, sobre a qual o autor pega emprestado o termo “invenção das tradições” de Hobsbawm, já mencionado. Porém, este inverte o sentido e vai trabalhar as Forças Armadas

e simbólicos que “precisam guardar uma verossimilhança com o real sob o risco de não vingar” (Castro, 2002, pág. 10). Nesse sentido, as Forças Armadas do Brasil estão em constante reestruturação, mas guardam resquícios do passado em suas tradições e valores morais e simbólicos, a exemplo disso, a própria comemoração da vitória dos luso-brasileiros em Guararapes comemorada no livro *História do Exército Brasileiro* como uma vitória militar que funda a nação brasileira.

Além disso, no que se refere ao livro, podemos destacar Nelson Werneck Sodré (1911-1999) como um exemplo de exclusão relacionado ao lugar social do grupo responsável pela obra. Sodré foi um militar e historiador marxista que também produziu uma historiografia sobre a força terrestre do Brasil, cuja obra será aprofundada mais adiante. No livro não há – evidentemente – referências à produção historiográfica do autor, que analisa a história do Exército pelo materialismo histórico-dialético. Ora, essa análise sobre a força terrestre, que abrange também a estrutura econômica e de classe, não poderia ser aceita por um grupo que entende uma visão conservadora da história, que explica o passado não pela estrutura da luta de classe, mas pelo exemplo de figuras “ímpares” da história.

Outra questão importante para a história cultural é a noção de apropriação, porque ajuda a pensar a invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção dos esquemas intelectuais incorporados (Chartier, 2002). “Uma sociologia retrospectiva, que durante muito tempo fez da distribuição desigual dos objetos o critério primeiro da hierarquia cultural, deve ser substituída por uma outra abordagem, que centre a sua atenção nos empregos diferenciados, nos usos contrastantes dos mesmos bens, dos mesmos textos, das mesmas ideias” (Chartier, 2002, pág. 136).

Além disso, Chartier nos mostra a descrição do conceito de apropriação. O autor entende apropriação como sendo o uso partilhado de apropriação material ou simbólica de uma determinada classe de objetos. Mais à frente, Chartier nos diz que essas práticas devem ser entendidas como concorrências, e que os empregos diversos dos mesmos bens culturais se enraízam nas disposições do *habitus* de cada grupo⁴⁰.

Esse conceito de apropriação, estendido para a análise do meu objeto, pode ser posto em prática ao compararmos as produções de Nelson Werneck Sodré sobre a história do Exército Brasileiro e os tomos editados pelo IHGB da *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo*. Há uma disputa - embora as concorrências pela memória vão além de Sodré e as Forças

como um agente que tem tradição de se reinventar, criando novos símbolos e novas interpretações destes.

⁴⁰ O conceito de *habitus* originalmente criado por Bourdieu, é um conjunto de esquemas de percepção, pensamento e ação que são internalizados pelos indivíduos e que orientam suas práticas e comportamentos. Chartier considera o conceito como fundamental para construir o conceito de representação.

Armadas - sobre a memória dos militares, mas também do seu papel no tempo presente. Sodré pensa o papel do Exército como um agente democrático por seu caráter legalista; já o IHGB possui um caráter conservador e legitima as Forças Armadas estarem no poder no contexto da época por exemplos simbólicos de força, manifestados por exemplo na leitura própria que os tomos fazem de D. Pedro I, ao qual é incorporado como exemplo de governante que conseguiu manter a unidade nacional.

Por fim, a biblioteca do sesquicentenário, longe de ser neutra, possuía uma intencionalidade. Seu objetivo era legitimar a ditadura através da formação de uma memória do Exército atrelada à história nacional. Essa legitimação pela memória é importante para o regime, uma vez que a memória é palco de disputa política no tempo presente. Para legitimar essa memória, a ditadura recorreu ao IHGB e mobilizou uma perspectiva nacionalista de História.

A MATERIALIDADE DA FONTE: QUAIS SUAS CARACTERÍSTICAS?

Para desenvolver o referencial metodológico, é necessário abrir, antes de tudo, um debate sobre as produções de história militar para dar conta da fonte histórica em questão. Para isso, uso o artigo de Fernando Velozo Gomes Pedrosa (2019), em que o autor define a historiografia militar tradicional em três vertentes: a patriótica, a crítica profissional e a prática acadêmica.

A história militar “crítica profissional”, segundo Pedrosa (2019), é produzida pelos próprios militares profissionais com um caráter fortemente pragmático. Caracteriza-se por possuir um cunho positivista e muito utilitarista, características essas que Velozo (2019) reconhece como sendo as principais críticas dos historiadores acadêmicos frente à história militar tradicional. Seu principal objetivo é a “busca de ensinamentos para o desenvolvimento de doutrinas militares e para a formação e o desenvolvimento profissional da oficialidade” (Pedrosa, 2019, pág. 15).

A história militar tradicional acadêmica é feita com um rigor teórico metodológico bem mais acurado, mas vale lembrar que esses militares não necessariamente possuem formação acadêmica em História, porém, o rigor científico das obras dessas categorias podem ser comparadas aos trabalhos de profissionais da história (Pedrosa, 2019).

Por fim, temos a história militar tradicional patriótica, sendo esta focada “na exaltação de feitos guerreiros e de figuras heroicas” (Pedrosa, 2019, pág. 13). Segundo o autor, esse tipo de categoria não se destaca por um rigor científico, muito pelo contrário, exercendo um grande apelo emocional e de função educacional do militar.

Em geral, seus autores tendem à grandiloquência e ao uso excessivo de adjetivos para enaltecer ou desqualificar pessoas e eventos – como “bravo”, “nobre”, “ilustre”, “cruel”, “impiedoso” ou “covarde” – e adotam, com clareza, uma postura partidária entre os contendores, usando expressões como “os nossos”, “nossas tropas”, “o inimigo”, “os contrários”. Este tipo de historiografia exerce grande apelo emocional para os militares e tem uma função importante na educação militar, como instrumento de instilação de valores profissionais e de modelos de procedimento (Pedrosa. 2019, pág. 13).

Além disso, a história militar tradicional patriótica também cumpre a função de cultuar os mitos de seus grandes nomes e feitos heroicos. (Pedrosa, 2019). O autor entende o culto ao mito nesse tipo de história militar tradicional como uma consequência da própria ancestralidade da história militar, mas também devido às cargas emocionais que os eventos militares despertam (Pedroso, 2019). Para o autor, “as guerras resultam em ódios e ressentimentos e implicam na sobrevivência da nação ou de um grupo social” (Pedroso, 2019, pág. 14). Surge a necessidade de se justificar ações cruéis ou derrotas. Além destes pontos, temos a função do mito para o militar que se justifica, segundo o autor, no campo de batalha:

No caso das instituições militares, os mitos⁴¹ têm a função fundamental de estabelecer modelos de comportamento e difusão dos valores e tradições que são o sustentáculo emocional para os homens em combate, pois, quando o soldado está frente a frente com a morte, a pura razão não é suficiente para sustentar seu estado moral (Pedrosa. 2019, pág. 14).

É no campo da história tradicional patriótica que “*A história do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo*” se enquadra. Temos nos tomos uma história militar que, segundo seu próprio prefácio apresenta uma confissão de carência quanto a um rigor científico:

(...) A elas devem somar-se outras que, por certo, a crítica apontará. A primeira, reconhecemos, provém do fato de não se tratar de obra rigorosamente científica. Para isso fazer, teríamos de utilizar, de referência, as fontes primárias de nossa história militar, partindo de um levantamento sistemático e completo. Longe estamos, infelizmente, quer no setor dessa história, quer no da história geral do Brasil, de contarmos com uma pesquisa satisfatória. (Estado-Maior do Exército. 1972, pág. 4).

Um elemento descrito no prefácio da obra é o público-alvo. Há o desejo de que a obra contribua para informar ou para “a formação do caráter do jovem brasileiro, ao evidenciar os melhores valores espirituais e morais da Nacionalidade, tradicionalmente cristã” (Estado-Maior do Exército. 1972, pág. 6). Ao mesmo tempo, a obra se oferece para o Exército Brasileiro “como manual, que lhe faltava, para rever-se no passado e motivar-se para as lides do presente e do futuro” (Estado-Maior do Exército. 1972, pág. 7). A função desta obra comemorativa, então, seria a de

⁴¹ Pedrosa define “mito” com o que Durkheim entende pelo conceito: “mitos são essencialmente narrativas de caráter simbólico, e constituem uma das substâncias das representações coletivas”. (Durkheim *Apud* Pedrosa, 2019, pág. 14).

fundamentar entre os militares e os civis o mito do Exército Brasileiro como os emancipadores e continuadores dessa trajetória de construção da nação.

Um ponto importante a ser destacado nos escritos de Pedrosa é sua menção de que nem sempre são os militares os únicos a produzir esse tipo de material. No caso da *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo*, encontramos envolvidos no processo de elaboração dos tomos não apenas a ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército), mas também o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), um órgão civil que será abordado mais à frente. Além disso, encontramos após o prefácio do livro 1, os nomes dos participantes de todo o processo da elaboração da obra, incluindo os que estiveram no Simpósio de História do Exército Brasileiro de 1971, que foi responsável pelos estudos de “problemas de forma e comunicação da obra”. Além dos militares encontramos civis das áreas da educação, referenciados na obra como professores ou doutores. Algo curioso que vale ser mencionado é que há presença religiosa na obra, tendo o padre Hélio Abranches Viotti participado do simpósio de 1971. Embora apareça com o título de padre (que se destaca aos demais participantes), provavelmente participou como um pesquisador e historiador, tendo em vista suas extensas publicações na área.

Como dito anteriormente, temos referenciadas todas as comissões da organização da obra e todos os nomes e empresas envolvidas. Para iniciar, temos as diretrizes para a elaboração e coordenação baixadas pelo Estado-Maior do Exército, comissão de história do Exército Brasileiro, direção do projeto, os realizadores do simpósio da História do Exército Brasileiro e elaboração de monografias básicas, totalmente comandadas por oficiais e membros do Estado-Maior do Exército. Os civis começam a aparecer a partir da *Revisão dos aspectos históricos das monografias básicas* com os nomes de Adolfo Morales de los Rios Filho, Artur César Ferreira Reis e Carlos Maul, estes dois últimos tendo algumas de suas obras consultadas como referências bibliográficas⁴². É importante ressaltar que esta revisão foi feita em sua maioria por militares.

Temos nomes civis também fazendo a ligação entre a *Comissão de História do Exército Brasileiro* e o IBGE, como é o caso de Raimundo Olavo Coimbra, apresentado na fonte apenas como Professor. O *Estudo de problemas de forma e comunicação da obra, pelo Simpósio de História do Exército Brasileiro, reunido na Escola de Comando e Estado-Maior, em abril e maio de 1971*, foi a comissão onde mais houve participação civil. Todos aparecem com o título de Professor

⁴² Artur César Ferreira Reis: *O estado do Maranhão* (1950), *A incorporação da Amazônia ao Império* (1950), *Paulistas na Amazônia e outros ensaios* (1941), *História do Amazonas* (1931), *Gomes Freire* (1963), *Lobo de Almada* (1940), *Roteiro das histórias das fortificações no Amazonas* (1966). *As condições defensivas da Capitania do Pará ao findar do século XXIII* (1943), *A conquista do Acre* (1941), *A questão do Acre* (1936). Carlos Maul: *O exército e a nacionalidade* (1950), *No centenário de Pedro Américo - Pedro Américo, pintor de heroísmo brasileiro* (1943), *A glória do Bilac no seu centenário* (1966).

ou Doutor, sem mais detalhes da formação dos indivíduos. Embora se tenha tentado investigar a vida desses nomes, não foi possível encontrar informações precisas e relevantes, com exceção de alguns, a exemplo de Pedro Calmon, que foi presidente do IHGB de 1968 até 1985.

Chartier (2000) nos aponta que é importante termos ideia de que todo livro possui uma história. E dentro dessa história o autor nos diz que embora os livros existam desde a antiguidade, eles não são da mesma forma e tão pouco sua forma de leitura.

O essencial é superar duas limitações, a primeira é que na tradição da história da literatura, e mais além da história da literatura, muitos trabalhos sobre os textos se esqueceram que estes não existem fora de uma materialidade que os da existência. Esta materialidade geralmente é um objeto, um manuscrito ou um impresso, mas também pode ser uma forma de representação do texto sobre o cenário, uma forma de transmissão vinculada às práticas da oralidade: recitar um texto, ler em voz alta, etc. Todos esses elementos materiais, corporais ou físicos, pertencem ao processo de produção de sentido, e as formas mais radicais de ignorar esta dimensão são claramente as correntes da crítica literária mais estruturalistas, a *nouvelle critique* francesa e a *new criticism* estadunidenses, que se esqueceram por completo esta dimensão, na medida em que o enfoque está localizado em um funcionamento da linguagem dentro da obra sem preocupar-se com sua forma material (Chartier. 2000, pág. 34).

Para o autor, precisamos considerar a materialidade do livro e as práticas de transmissão deste texto. A construção desses sentidos se altera historicamente, e cada texto ou sua maneira de ler deve ser considerado na hora de analisar o documento. Abordar a leitura é considerar a liberdade irreduzível dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la (Chartier, 2002, pág. 123). Contudo, o que está ao nosso alcance nessa pesquisa é reconhecer as estratégias através das quais autores e editores tentam impor uma leitura ortodoxa. Algumas são explícitas, como os discursos dos prefácios, advertências, glosas e notas, conforme desenvolveremos no segundo capítulo. Outras são implícitas fazendo do discurso do texto uma maquinaria que, necessariamente, impõe sua justa compreensão.

Falando um pouco mais da materialidade dos tomos, temos duas edições feitas em 1972: existe uma edição em que a capa é branca e uma edição em que a capa é verde-oliva. O exemplar aqui analisado é a capa verde-oliva, a qual apresenta duas variações. Em uma delas, não apresenta título na capa frontal ou na contracapa dos tomos. O título da obra e o número do volume estão apenas na lombada com adornos em prata. Outro exemplo do modelo verde-oliva encontrado foi com a capa apresentando o título dos tomos, com o título aparecendo também na lombada do livro. Na capa encontra-se também o brasão do Exército.

Figura 2: Versões de capas em verde-oliva.

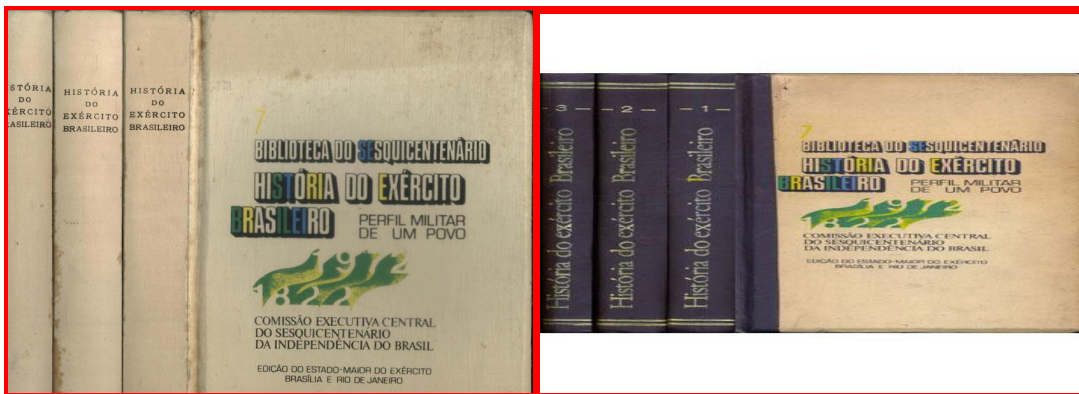


Fonte: À esquerda, uma das versões da capa disponível em:

<<https://www.brasillivros.com.br/peca.asp?ID=1964601>> Acesso em 10/02/2025. À direita, imagem pertencente ao autor.

A capa branca também é uma capa dura. Vem com os títulos *Biblioteca do sesquicentenário* e, abaixo, *História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo*. Abaixo desses títulos há o slogan do Sesquicentenário 1822-1972 e a *Comissão Executiva do Sesquicentenário da Independência do Brasil* é destacada como organizadora. Foi encontrada uma versão de lombada azul marinho do livro de capa branca, com os escritos *História do Exército Brasileiro* em dourado e adornos também em dourado. Porém, ao que tudo indica, essa lombada não é original e foi adicionada como substituta, como aponta o sebo que vendia esta versão.

Figura 3: Versões das capas em Branco e lombadas em azul marinho escuro.



Fonte: Imagem à esquerda disponível em:

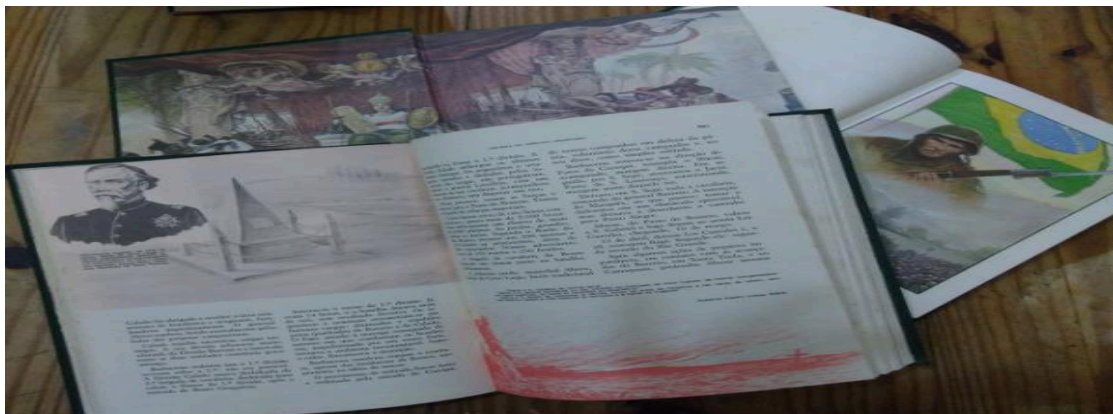
<<https://www.traca.com.br/livro/1193228/historia-exercito-brasileiro-3-volumes/>> Acesso em 10/02/2025. Imagem à direita disponível em:

<<https://sebodomessias.com.br/livro/historia-do-brasil/historia-do-exercito-brasileiro-3-volumes-2.aspx>> Acesso em 10/02/2025.

Não existe diferença na qualidade gráfica e de impressão das imagens entre os dois modelos, contendo igualmente fotos em preto e branco, gravuras preto e branco, ilustrações e imagens

coloridas, reproduções preto e branco e reproduções coloridas. O papel usado na impressão também é o mesmo, sendo o papel revestido⁴³. O sumário é colocado ao final do livro 3, antes das referências bibliográficas. A única diferença são os modelos de capas disponíveis para o mesmo material do sesquicentenário.

Figura 3: Escrita, imagens e ilustrações que existem nos 4 exemplares descritos.



Fonte: Disponível em: <<https://www.anamelloleioeira.com.br/peca.asp?ID=4987531>> Acesso em 10/02/2025.

É necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não dependa das formas através das quais chega ao leitor. Para isso, é necessário separar dois tipos de dispositivos: os que decorrem do estabelecimento do texto (as intenções do autor) e os dispositivos que resultam na passagem a livro ou a impresso, produzidos pela decisão editorial ou pelo trabalho da oficina, tendo em vista leitores e leituras que podem não estar de modo nenhum em conformidade com os pretendidos pelo autor (Chartier, 2002). Isso significa dizer que, além das intenções do autor, temos também as decisões editoriais que planejam a distribuição e edição das obras. Pensando mais especificamente a *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo*, podemos elencar nessa questão a Comissão Executiva Central (CEC) em convênio com o IHGB no período da ditadura empresarial-militar.

Podemos dialogar os escritos de Pedrosa e Chartier neste momento. Trazer a história militar tradicional para a metodologia de análise de Chartier implica entendermos que essa categoria de história militar tem um rito a ser seguido e a ser compreendido em sua leitura e absorção. Isto pode ajudar a evidenciar tanto as estratégias implícitas (neste caso, os apontamentos que o próprio texto faz sobre os fatos aqui apresentados e atribuindo juízos de valores aos mesmos) quanto às explícitas; no prefácio, por exemplo, temos o livro se apresentando como um material tanto de

⁴³ Papel revestido é quando as folhas de um livro recebem um revestimento químico que as tornam mais lisas e resistentes. Esse revestimento pode deixar o papel mais brilhante ou fosco.

doutrina para o militar quanto conteúdo didático para o civil, ao mesmo tempo em que o documento se assume não tendo um teor rigorosamente científico.

Temos também a clara intenção de criar uma memória histórica que ligasse o passado e o presente, legitimando o poder ditatorial e engrandecendo figuras históricas selecionadas pelo CEC e o IHGB em conivência com a ditadura. Isso nos ajuda a perceber que o livro não sobreviveu no meio civil, seja por conta do símbolo que esta memória representa, seja porque esta coleção não se equipara ao que já se produzia nas universidades ainda naquele momento (Almeida, 2009). O que podemos perceber, porém, é que esta coleção pode ser encontrada nos acervos do Exército Brasileiro⁴⁴.

Por fim, podemos problematizar a continuidade da obra do sesquicentenário perambulando ainda pelo imaginário militar. A existência por si só destes volumes nos arquivos da biblioteca do Exército não necessariamente nos diz algo. Contudo, se trazermos a tese de Mancuso para a discussão, percebemos a importância dos tomos. Afinal, estes volumes foram reeditados ao menos uma vez, em 1998, pela Odebrecht e, em 2019, um “livro de dimensões comuns” intitulado *Raízes do Exército Brasileiro* foi elaborado na Academia de História Militar do Brasil Terrestre do Brasil/RS, tendo como base a obra *História do Exército Brasileiro: Perfil Militar de um povo*. No caso deste último exemplo citado, a intenção do livro busca “proporcionar um acesso mais simples aos leitores, de forma que eles possam adquirir a obra e tê-la à sua disposição em qualquer tempo e lugar para simples leitura e consulta” (Exército Brasileiro, 2019, pág, 3). Esses dois exemplos citados demonstram o impacto na produção de história militar tradicional patriótica, cujos ecos ainda se fazem presentes. É claro que não se tratam de obras que buscam produzir uma teoria militar, mas os mencionados ecos são de doutrinas que ainda sobrevivem.

Mas por que esses ecos permanecem? Por que houve essas novas edições? Para responder essas questões, seria necessário fazer uma reflexão: mudar o discurso, a memória, implicaria em reconhecer falhas, erros e mudanças de rota. O Exército Brasileiro, ao manter essas doutrinas, reafirma a sua identidade enquanto instituição, e estabelece por elas a tradição. Mudar o conteúdo do texto implicaria em uma mudança de identidade da força terrestre. O que está escrito nos tomos de 1972 está consolidado de tal maneira no imaginário e enquanto doutrina do exército, que mudá-lo poderia representar uma ruptura, no sentido de que ressurgirá um novo Exército, sem as bases fundamentais antecessoras.

⁴⁴ Link do acervo online da biblioteca do Exército:

<https://consultaredebie.decex.eb.mil.br/pergamum/biblioteca/index.php>. Os tomos produzidos no Sesquicentenário são mais facilmente encontrados nos arquivos militares do que no mundo civil.

O QUE SE TEM PRODUZIDO? PESQUISAS QUE NOS ANTECEDEM.

Partimos de autores mais clássicos que abordam o tema da história militar ou que tem como objeto de pesquisa os próprios militares, para autores que vão tangenciando o objeto de estudo e o problema de pesquisa em questão.

Para iniciar, podemos citar os estudiosos mais clássicos dentro de pesquisas sobre as Forças Armadas do Brasil, sendo Nelson Werneck Sodré, com *História militar do Brasil* (1965), talvez um dos nomes mais conhecidos. O militar⁴⁵ e historiador marxista brasileiro descreve 3 fases do Brasil, sendo elas a colonial, a fase autônoma e a fase nacional, e dentro destas fases, as transformações das Forças armadas.

Em um primeiro momento, segundo Sodré, as Forças Armadas atenderam às necessidades coloniais, da expansão do território e defesa da empresa colonial. Em uma etapa seguinte, se desligam dos interesses metropolitanos e teriam começado a atender à classe dominante brasileira, especialmente em relação à manutenção da centralidade do poder, ao enfraquecimento da tropa regular e ao fortalecimento da guarda nacional⁴⁶. Por fim, inicia seu período nacional com a revolução de 1930, em que o autor coloca a burguesia em ascensão no país antagonizando com os interesses oligárquicos, quando o Exército estaria se desligando dos interesses do latifúndio. No esforço argumentativo de evidenciar que “só é nacional o que é de popular” (Sodré, 2010 [1965], pág. 494), o autor argumenta que o papel das Forças Armadas é assegurar a integridade das liberdades democráticas, no sentido de que a revolução brasileira seria inevitável, e invocar o afastamento das armas às questões políticas seria uma forma de assegurar o processo da revolução brasileira e, ao mesmo tempo, um ataque ao imperialismo e ao latifúndio (Sodré, 2010, pág. 492). Essa análise que o autor faz da Força terrestre é fundamentalmente diferente da memória que os tomos invocam. Os tomos abstraem o conceito de “povo brasileiro” como se fosse um organismo homogêneo, base de um pensamento conservador que procura diminuir e solucionar as contradições.

Além de Werneck Sodré, outro estudioso clássico das Forças Armadas é o cientista social Celso Castro, que possui diversos estudos sobre as Forças Armadas. As principais obras que aqui interessam são *Exército e nação* (2012) e *A invenção do Exército Brasileiro* (2002). Nessas obras, o

⁴⁵ Dentro do levantamento foi possível encontrar vários militares que, ao longo dos séculos XX e XXI, produziram muitas obras historiográficas como, por exemplo, Tasso Fragoso, autor de obras publicadas como *A revolução farroupilha* (1939) e *A história da guerra da tríplice aliança e o Paraguai* (1934).

⁴⁶ Esse enfraquecimento só se reverteria após a guerra da Tríplice Aliança, período em que as Forças Armadas ganharam coesão interna e estabilidade para ser o ponto de resistência do nosso organismo político (Sodré, 2010, pág. 176).

autor nos ajuda a enxergar o esforço historiográfico que a instituição faz ao reinventar-se constantemente com tradições, como a comemoração do dia do Exército Brasileiro imortalizado na vitória lusobrasileira na batalha de Guararapes. Segundo o autor, os militares seguem construindo e reconstruindo símbolos como a figura do Duque de Caxias, cuja biografia e imagem são reinterpretadas de acordo com o momento histórico. Caxias se apresenta como uma figura unificadora, legalista, que afasta a instituição da política consolidando-se como o símbolo máximo dos valores e tradições do Exército Brasileiro.

Além desses dois autores, temos os historiadores Fernando da Silva Rodrigues e Tassio Franchi, ambos contribuindo para a área da história militar. O livro organizado em 2022, *Exército Brasileiro: Perspectivas interdisciplinares*, nos interessa por apresentar uma recente análise das Forças Armadas em suas várias dimensões e por ter um caráter interdisciplinar. O livro é um compilado de artigos de pesquisadores civis e militares dividido em 3 partes: a primeira consistindo na organização militar e a guerra, a segunda tendo como tema a geopolítica, a estratégia e fronteiras, e por fim a terceira parte lida com os desafios da educação militar terrestre.

Interessam especialmente a primeira e a terceira partes. Na primeira parte temos estudos detalhados da estrutura militar brasileira durante o império e a república. A análise de Fernando Velôzo Gomes Pedrosa sobre a estrutura da força terrestre no império é importante para entendermos a real dimensão desta força, muito além da “história tradicional patriótica”, com a sua organização herdando o modelo português e também os processos de “drásticas reduções de efetivos” ao longo da história do século XIX (Pedrosa, 2022) - o que não é criticamente debatido em *História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo*. Ao destacar a redução de efetivos, Pedrosa questiona a real eficácia da tropa terrestre para o país de dimensões continentais.

Leandro José Clementes Gonçalves nos oferece um panorama das dificuldades enfrentadas pelas Forças Armadas durante a guerra do Paraguai, sua dificuldade na formação de uma logística de guerra, na utilização de novas tecnologias de materiais bélicos e nas questões das doenças que afetaram os aliados no campo de batalha. Gonçalves ainda destaca o próprio desconhecimento geográfico do território invadido, além da falta de pessoal capacitado para o combate (Gonçalves, 2002, pág. 73). Essa análise nos oferece, assim como a análise de Pedrosa, uma visão mais crítica das Forças Armadas, o que permite analisar os silenciamentos e as intenções dos tomos ao utilizar-se desse momento histórico em sua narrativa.

Carlos Alberto Daróz fica responsável por apresentar a situação do Exército no período republicano. O autor passa por todas as organizações e transformações do Exército do final do século XIX até os dias atuais, e sua distribuição no território nacional. O autor descreve as

influências das missões francesas e americanas no país -pós primeira e segunda guerra- que tinham como objetivo modernizar a força terrestre em termos de estrutura e organização e a venda de materiais bélicos como tanques de guerra desses respectivos países. Além disso, Daróz nos mostra o SIPLEX (Sistema de Planejamento do Exército), o qual surgiu em decorrência da observação da derrota argentina na Guerra das Malvinas de 1982 e que funcionaria até 2015. O objetivo desse sistema de planejamento consistia, segundo Daróz (pág. 63), em uma reestruturação da força terrestre para fim de superar as deficiências do Exército de se defender em caso de um eventual ataque.

Daróz não entra a fundo em questões históricas e políticas específicas, ficando esta parte reservada a artigos de Luiz Augusto Rocha do Nascimento e Durland Puppim de Faria. Sucessivamente, esses autores vão trabalhar as lições aprendidas pelo Exército Brasileiro na guerra de Canudos e a participação da Força Expedicionária Brasileira na segunda guerra mundial. No caso de Canudos, Nascimento descreve todas as deficiências do Exército no momento de combater os guerreiros no interior da Bahia. Além disso, o autor tece críticas ao positivismo, o qual o autor enxerga como responsável pela perda de capacidade operacional do Exército no período inicial republicano, e à dificuldade de se estabelecer uma rede de logística para abastecer a tropa no campo (Nascimento, 2022, pág. 105). Faria, no texto sobre a participação da FEB na segunda guerra, analisa a participação desta no campo de batalha e a articulação política de Getúlio com a Casa Branca (Faria, 2002, pág.124). O autor destaca a necessidade do Exército de se adequar aos moldes estadunidenses de Exército, além da compra de material bélico destes, e por fim destaca a vitória dos brasileiros na tomada de Monte Castelo, uma das principais batalhas travadas entre brasileiros e nazistas na guerra.

Por fim, a parte 3 do livro vai abranger a história da educação militar terrestre no país, do período imperial até os dias atuais. Convém para esta pesquisa Ramon Vilas Boas Ferreira, em seu texto sobre a construção e o fortalecimento da identidade militar. O autor analisa o sistema simbólico por trás da formação da escola de sargentos. O autor conclui que “os sistemas simbólicos exercem um poder e é transmitido por uma combinação praticamente invisível materializada em seus discursos e suas narrativas, ao qual também funciona como um instrumento político de manutenção do status quo” (Ferreira, 2022, pág. 371). O autor vai apontar que um livro de história, uma solenidade, a peça de um uniforme ou a atividade física podem contribuir para o afloramento da disciplina, do patriotismo e combatividade, “pois estes são carregados de significados que transmitem considerável influência ao sujeito até o ponto de modificar suas personalidades” (Ferreira, 2022, pág. 371). Beneficiei-me destas observações uma vez que minha fonte se trata de

um material de “história militar tradicional patriótica”, cujo objetivo é também produzir esses sentidos na formação do soldado que teve contato com o material e inclusive em civis.

Além dos estudiosos mais tradicionais, encontramos também sobre história militar os próprios militares produzindo artigos e estudos sobre a mesma. Embora seja fácil observar que se trata de um assunto pouco explorado, mesmo em revistas militares de história, podemos perceber que há uma preocupação em se utilizar dos avanços e contribuições de investigação da história social, como uma variedade maior de fontes e abordagens estruturais. Essas preocupações se manifestam, por exemplo, no terceiro encontro de história militar⁴⁷, evento que ocorreu em 2019 no Museu Militar do comando militar do sul. Um dos objetivos deste evento de 2019 era o de aproximar a história militar de outras áreas do conhecimento, como o direito e as artes, além das relações internacionais.

Alguns militares, no tempo presente⁴⁸, publicam artigos em revistas especializadas, como o oficial da reserva Fernando Velôzo Gomes Pedrosa. Em 2019, o autor publicou na *Revista Brasileira de História Militar* um artigo chamado *Por Uma História Militar Global: da História Militar tradicional à Nova História Militar*. O autor conclui que há um conflito entre os historiadores acadêmicos e os historiadores militares tradicionais sobre o significado da história e suas funções. Argumenta que, para os militares, a história militar tradicional possui como objeto a guerra em si e as próprias instituições, enquanto as contribuições da história acadêmica passaram a contribuir relacionando essas instituições com as sociedades às quais as mesmas servem, surgindo assim uma “nova história militar”.

Além deste, Fabio da Silva Pereira produziu um artigo em 2021 na *Revista da Academia de História Militar Terrestre do Brasil* intitulado *História Militar: Perspectivas sobre a forma de se escrever a história*. O autor analisa três correntes historiográficas dentro da teoria castrense: a tradicional, a marxista e a “da história nova”⁴⁹. Conclui que tais correntes podem contribuir para o aperfeiçoamento da história militar, em um movimento de integrar essas novas perspectivas de análise, diversificar as fontes e incorporar a própria história oral nas pesquisas do historiador militar, fornecendo um avanço para a área de estudos militares.

Dentro da área civil, é muito mais fácil encontrar estudos na área de interesse. Aproximando-se mais do tema e do objeto de pesquisa, podemos encontrar alguns estudos que são pertinentes. Merecem ser citadas, pelo menos, três pesquisas.

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.ebeventos.eb.mil.br/index.php/EHM/EHM-2019>>. Acesso em: 20/11/2023.

⁴⁸ Na principal revista do Exército Brasileiro, a *Defesa Nacional*, pode-se encontrar edições de 2006 e mais antigas com estudos de militares se debruçando sobre as contribuições da história social para o campo.

⁴⁹ De acordo com o dicionário, o termo “castrense” é relativo à classe militar.

Maurício de Almeida Sianes Castro (2004) analisa a obra *Canudos: visões e revisões*, escrito por Oliveiros Litrento⁵⁰ na ocasião do centenário do fim da guerra. Castro faz uma análise de artigos publicados na revista *Defesa Nacional* sobre o evento de Canudos e percebe uma tendência de se revisar o que se entendia sobre o fato histórico. Em suma, a obra de Litrento representa “uma ruptura com os autores militares anteriores a ele que viam em Canudos um inimigo, uma sedição monarquista, através da mobilização de fanáticos, que precisava ser vencida militarmente” (Castro, 2004, p. 72). Castro percebe uma aproximação de Litrento ao entendimento de Euclides da Cunha, no sentido de examinar a situação social e histórica do sertanejo. Para Litrento, analisado por Castro (pág. 77), a nova república teria deixado o sertanejo à própria sorte. Litrento busca entender a realidade do sertão pela ótica do próprio sertanejo, os fundamentos do pensamento antirrepublicano, que observa a monarquia como algo bom, uma vez que esta acabou com a escravidão, e a república nada mais teria feito do que cobrar altas taxas de impostos sobre o pequeno proprietário. Litrento, segundo Castro, trata o sertanejo como um irmão e não como um inimigo a ser combatido, analisa-o para além do fanatismo religioso utilizado como argumento pelo governo brasileiro para justificar a repressão a Canudos.

Em 2011, Rodrigo Perez de Oliveira analisa a construção da memória oficial do Exército Brasileiro sobre a guerra do Paraguai nos anos de 1881 a 1901, trazendo a construção da memória histórica sobre a guerra embrenhada nos contextos históricos e políticos de cada época, contextos estes que colocam as Forças Armadas como agentes centrais dentro da transição de regime monárquico para o republicano, e que utilizaria a memória da guerra para seus projetos políticos.

Os estudos de Perez nos oferecem um complemento aos estudos de Castro no tocante às invenções e reinvenções do Exército Brasileiro. No primeiro momento, o Exército utilizou nos anos de 1880, segundo Oliveira (2011), depoimentos de veteranos da guerra que foram publicados na *Revista do Exército Brasileiro* para produzir um discurso de crítica contra a elite monárquica que teria agido com descaso contra os militares. A partir do período republicano, as disputas políticas dentro desse contexto levaram a personificar a guerra na figura de Osório⁵¹ em um movimento de aproximar o ex-presidente Floriano Peixoto (1891-1894) do homenageado (Oliveira, 2011).

⁵⁰ Litrento foi um militar oficial com carreira intelectual, sendo doutor em direito e professor de direito constitucional, direito penal militar e direito Internacional Público na AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras). (CASTRO, 2004, pág. 70).

⁵¹ Manuel Luís Osório foi marechal do Exército, além de político. Destacou-se como “herói” de guerra no conflito da Tríplice Aliança.

Essa aproximação é entendida por Perez como um projeto simbólico jacobino⁵², que tinha como objetivo diminuir o eleito presidente civil (Prudente de Moraes). Uma vez o projeto jacobinista foi derrotado nas eleições de 1894, o passado seria instrumentalizado pelos jacobinos, representando a figura de Osório, reconstruído como uma personificação das mais elevadas virtudes militares (Perez, 2011), como um militar que lutou pela pátria e defendeu os interesses nacionais. “Nesse sentido, a política simbólica jacobina rerepresentou Osório como o predecessor de Floriano Peixoto na posição de principal herói do Exército Brasileiro (Perez, 2011, pág.93). O projeto em questão visava demonstrar os militares como os únicos capazes de administrar a república, pois os civis não estariam aptos para fazê-lo (Perez, 2011). Por fim, o autor analisa que a oficialização da memória da batalha do Tuiuti⁵³, após a entrada dos civis no comando da república, foi consequência do projeto civil para a desmilitarização da política nacional. O objetivo de “despersonificar” a guerra do Paraguai na figura de indivíduos militares seria uma maneira de apagar o entendimento jacobinista sobre o passado, o que era uma visão perigosa para se permitir manter durante o governo civil.

Um dos estudos mais importantes para esta dissertação é a tese de doutorado de Amanda Mancuso (2007), na qual a autora analisa os discursos oficiais e a memória do Exército e da marinha. Em sua análise, Mancuso usa os 3 volumes da *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo*, produzidos pelo estado-maior do Exército em 1972 e as versões reeditadas em anos posteriores. Para esta dissertação, a análise de Mancuso ajuda no entendimento do discurso militar que se utiliza da história para se firmar enquanto instituição sólida e tradicional no tempo presente. Parto dessa tese para encontrar as inconsistências e as dificuldades de se produzir uma memória sem pontos de divergências e as contradições que são difíceis para os militares e o IHGB silenciarem, além de estabelecer ligações com os símbolos eleitos para o sesquicentenário. Mancuso relaciona historicamente este documento com o momento mais tenso da ditadura, a guerra contra as guerrilhas de esquerda e também estabelece comparações entre edições posteriores à de 1972⁵⁴.

⁵² O jacobinismo é um termo que surge ainda na França revolucionária e vitoriosa sobre o Antigo Regime. Designa, de maneira ampla, o setor mais extremado, patriótico e republicano. No Brasil, após a queda do Império, essa influência francesa começa a permear a elite política, tendo os jacobinistas brasileiros como uma de suas principais características a ideia de um governo republicano forte e centralizado. Um dos principais representantes dessa ala seria o próprio Floriano Peixoto, apoiado por setores positivistas e militaristas.

⁵³ A batalha de Tuiuti foi uma batalha ocorrida na guerra da Tríplice Aliança, envolvendo o Brasil, Argentina e Uruguai como aliados, contra o Paraguai. É considerada a batalha mais sangrenta da guerra e teve como vitoriosa a tríplice aliança.

⁵⁴ A principal diferença entre as edições está nos elementos de “doutrinação” e “didáticos”. A versão de 1998, analisada pela autora, sugere uma queda do uso desses elementos em relação a de 1972, mas isso não significa que acarretaria uma mudança significativa no caráter narrativo da história, e nem que eles necessariamente tenham desaparecido. Mancuso também nos diz que a versão de 1998, patrocinada pela Odebrecht, transferiria o público-alvo da obra, que em vez de ser o núcleo interno da força terrestre, seria apenas o público geral (Mancuso, 2007).

Além dos pontos considerados pela autora, consideramos necessário relacioná-lo ao Sesquicentenário e enfatizar sua materialidade.

Além de Mancuso, encontramos alguns estudos mais avançados no tempo que, embora não abordem propriamente a história militar, são extremamente importantes para contextualizar a produção dos volumes na dimensão política e temporal. A já citada Thaisy Sosnoski (2013), em sua dissertação intitulada “Historiografia e Memória: Biblioteca do Sesquicentenário da independência do Brasil (1972)”, aborda a constituição da biblioteca, a sua função de editar e reeditar obras sobre a independência e outras que fossem importantes para o período.

Janaina Martins Cordeiro (2012), por sua vez, trabalha com as festas cívicas dos 150 anos de independência como elemento de diálogo entre sociedade e regime, uma “convocação nacional”. Demonstra nas festividades solenes e seus espaços hierarquizados que a ditadura pretendia estruturar um consenso social estável com uso de propagandas que apelassem para uma linguagem que atingisse toda a população. 1972 foi um ano de festividade institucional que durou 5 meses e se apoiou em figuras históricas como Tiradentes e D. Pedro I, numa produção intelectual que relembriaria o passado nacional, além de competições desportivas que incluíram um campeonato internacional de futebol e a “Taça Independência” e que premiaram com o “Troféu Sesquicentenário”.

A autora nos chama a atenção que os pesquisadores precisam “superar os limites impostos pelas batalhas de memória” do período (Cordeiro, 2012, pág. 27). Para isso, trabalha com os “anos de chumbo” para além da dicotomia “estado opressor e sociedade vitimizada”. A autora nos explica que “os modos de proceder das pessoas comuns não podem ser definidos de modo sistemático e hermético” e, assim, não é possível afirmar que houve um apoio ao regime de forma homogênea (Cordeiro, 2012, pág. 23). A autora traz a análise de Musiedlak sobre o regime Fascista na Itália, onde o autor enxerga uma maneira “polissêmica” de lidar com o regime, “todavia não é estranho à complexidade mesma que se pode observar nas sociedades ocidentais confrontadas com experiências de autoritarismo” (Musiedlak, 2010, pág. 387 *apud* Cordeiro, 2012, pág. 22)⁵⁵.

⁵⁵ Ao mencionar o autor Musiedlak, Cordeiro nos diz, em nota de rodapé, a fonte à qual ela teve contato com o autor francês. Trata-se do historiador José Aarão Reis, autor de obras como *A revolução e o socialismo em Cuba, ditadura revolucionária e construção do consenso*, presente no livro *Construção Social dos Regimes Autoritários*. No livro mencionado, a nota de Rodapé de número 20, na Página 387, Reis define o conceito de consenso baseado no que Musiedlak define ao analisar o regime Fascista italiano. Consenso então é definido como uma relação complexa entre a sociedade e um regime autoritário, que vão desde um apoio ativo até um sentimento de total impotência. por se tratar de tonalidades diferentes, podem evoluir em direções distintas, mas todos envolvem a sustentação de um regime político ou o enfraquecimento de uma eventual revolta contra o mesmo. Contudo, consideramos a análise de Reis sobre o regime Cubano insuficiente para explicar as particularidades da ilha. Especialmente porque nessa escrita, Reis não considera o contexto de pressão imperialista que Cuba sofre dos EUA.

Conclui assim Cordeiro que o sesquicentenário, uma festa cívica de proporções nacionais, recebeu apoio dos mais variados tipos. Todos, porém, concorrendo para a estabilização do pacto social naquele momento. A autora enxergou no passado da ditadura uma construção, porém não “de cima para baixo”, mas um “produto histórico da sociedade brasileira” (Cordeiro, 2012).

Outro autor que trabalhou com o Sesquicentenário, durante a ditadura, foi Adjovanes Thadeu Silva de Almeida em *O regime militar em festa: A comemoração do sesquicentenário da independência brasileira (1972)*. O autor aborda a relação do governo Médici com diferentes setores da sociedade brasileira através da Comissão Executiva Central (CEC) e publicações do IHGB. O autor destaca também a análise da aproximação entre os governos brasileiro e português durante as comemorações dos 150 anos da independência e a excursão dos despojos de D. Pedro I pelas capitais estaduais do país. O autor, por fim, embora demonstre a adesão de segmentos da sociedade brasileira (como alguns sindicatos e clubes de maçonaria) às comemorações, em sua conclusão questiona o quanto a sociedade brasileira de fato aderiu aos festejos do Sesquicentenário como os eventos desportivos ou o comparecimento ao cortejo do imperador D. Pedro I. Contudo, Thadeu enfatiza que o questionamento não significa negar o envolvimento da sociedade brasileira com o evento cívico.

Finalmente, temos o artigo de Clarice B. Araújo Berkowicz chamado “Da Biblioteca do Exército à Biblioteca Militar: o lugar ocupado pela instituição no Estado Novo⁵⁶”, no qual a autora descreve os contextos históricos que circundam a biblioteca militar.⁵⁷ Durante o golpe do Estado Novo (1937), reformas foram feitas para diminuir a fragmentação que existiam dentro do Exército na revolução de 30⁵⁸, fragmentações estas sendo heranças das agitações, revoltas, greves e protestos que houveram na primeira fase da República no Brasil⁵⁹. Esse cenário de tumulto não impactou apenas o mundo civil, mas também setores dentro da força terrestre.⁶⁰

⁵⁶ A ditadura do Estado Novo foi implantada por Getúlio Vargas em 1937 e durou até 1945. Teve como início o fechamento do Congresso logo após a divulgação pelo governo do “plano Cohen”, uma carta falsamente atribuída aos comunistas que dizia ter um plano de tomar o poder no Brasil. O Estado Novo tinha como uma de suas principais características o anticomunismo, o nacionalismo, a censura, a centralização do poder no Executivo e o forte controle da propaganda. (Skidmore, 2010).

⁵⁷ A biblioteca militar (hoje biblioteca do Exército) é a instituição do Exército que compõe bibliografia de consulta para civis e militares.

⁵⁸ A revolução de 30 configura-se como um movimento político de cunho liberal promovido por políticos da Aliança Liberal (Entre eles, Getúlio Vargas) com o apoio de parte das Forças Armadas do Brasil contra a “República velha” que representava os interesses das elites cafeicultura paulista e Agropecuária Mineira. Apesar do nome, é preciso alguma cautela para ler a Aliança Liberal como liberal. Afinal, houve a derrubada de um governo constitucional.

⁵⁹ Berkowicz em seu artigo utiliza o conceito de “República Velha” para se referir à primeira fase republicana na história do Brasil. Esse termo é criticado na historiografia recente e tal termo foi usado por Vargas para promover a “mudança” que 1930 teria provocado.

⁶⁰ Um grande exemplo de revolta que aconteceu dentro da Força terrestre nesse período foi o movimento tenentista. Esse movimento foi encabeçado por jovens oficiais (conhecidos como tenentes) que buscavam soluções a problemas sociais que a o país passava nos anos de 1920.

Dentro desse novo pensamento, ganha força um projeto de Forças Armadas conservador, projeto este que entende o Exército como uma “expressão da nação” e não mais uma “encarnação do povo”, como defendiam setores mais radicais (Berkowicz, 2011). Berkowicz nos apresenta (2011, Pág. 7) um relatório de 1940 do ministro Góis Monteiro em que relata restrições no ingresso de novos cadetes, as quais excluíam não católicos, judeus, negros, filhos de pais não legalmente casados e filhos de pais com ideias que não agradassem ao regime. Além das restrições, Berkowicz (pág. 7) comenta que houve um “aperfeiçoamento dos mecanismos internos de homogeneização ideológica do oficialato para imunizá-los de doutrinas consideradas corrosivas contra a corporação e a nacionalidade, sendo o primeiro livro *Em guarda* uma coletânea de autores que abordam temas anticomunistas.

Como podemos observar após esse estado da questão, os temas Forças Armadas e história militar são profundamente explorados tanto pela academia civil como pela academia militar. Percebemos que dentro do próprio círculo militar há uma preocupação em se atualizar a produção da história militar, nutrir a produção historiográfica com os novos avanços da ciência histórica, diversificar suas fontes e também suas perspectivas metodológicas. Dentro da área civil, temos uma interdisciplinaridade entre as áreas científicas da história e das ciências sociais, preocupadas em analisar não só os discursos políticos implícitos em suas produções oficiais, mas também as características específicas de suas memórias históricas e a formação destas memórias no passado e no tempo presente. Temos também dentro de estudos civis um interessante cuidado de se analisar as comemorações do Sesquicentenário da independência promovido pela ditadura, sua relação com a sociedade apelando para o sentimento patriótico e sua produção bibliográfica de memória.

CAPÍTULO 2: ENTRE TEXTOS E CONTEXTOS. A ESCRITA DA HISTÓRIA DO EXÉRCITO EM 1972. O PASSADO PARA LEGITIMAR O PRESENTE.

O CONTEXTO: A TRIPLA RELAÇÃO IHGB- ECEME-CEC NO SESQUICENTENÁRIO. QUAL HISTÓRIA E COMO O EXÉRCITO NELA APARECE?

Para abordar essa questão, vamos, inicialmente, discorrer sobre a história do IHGB e sua relação com a ditadura empresarial-militar.

O instituto surgiu em 1838, ainda no período imperial. Trata-se de uma das primeiras instituições intelectuais a serem criadas no país pós independência (Mendes, 2019). O século XIX foi bastante interessante para o IHGB, especialmente o Segundo Reinado, devido à sua relação com o imperador Pedro II, que proporcionou ao instituto usufruir de uma parceria sob a perspectiva financeira e a de prestígio (Mendes, 2019).

Com o século XX, o IHGB ficará negligenciado e sem grandes investimentos públicos para a sua manutenção física (Mendes, 2019). Os anos 50 e 60 foram palco da tentativa de se conseguir uma nova sede para o mesmo com articulações políticas feitas pelo próprio presidente do IHGB, na época Macedo Soares, que já tinha conhecimento de como funcionavam as negociações políticas devido à sua rede de contatos, seus canais de influência e favores que constituiu ao longo dos anos. Porém, tais negociações só avançaram após o golpe militar e a tentativa de aproximação do instituto com o governo ditatorial. “Com a subida de Castello Branco ao poder, o IHGB seguiu sua tradição e elegeu, por unanimidade, o chefe de Estado como presidente de honra da instituição, recebendo-o para a cerimônia de posse na sessão magna de outubro de 1964, quando comemorava seu 127º aniversário” (Mendes, 2019, p. 5). Não foi a primeira vez que o instituto faz uma articulação de aproximação com o governo para sobreviver. Temos as mesmas movimentações em outros momentos da história.

Fundado majoritariamente por membros pertencentes à burocracia do Estado monárquico, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) manteve uma relação de proximidade com o Estado brasileiro desde a sua fundação, estabelecendo vínculos, em maior ou menor grau, com os diferentes regimes e governos vigentes na história do Brasil. Alguns fatores estabeleceram e evidenciavam uma relação orgânica mantida entre a instituição e as esferas do Estado, sendo o principal deles, o título de Presidentes Honorários da instituição concedido aos chefes de Estado quando no exercício do cargo. (TREVISAN, 2024, pág. 2).

A aproximação do IHGB com o governo Vargas pode ser um bom exemplo. Temos nesse contexto uma relação em que ambos os personagens se beneficiam com o que parece ser uma ajuda mútua (Trevisan, 2024). De um lado temos o IHGB se beneficiando do governo tendo seus

membros ocupando cargos importantes dentro do mesmo⁶¹, do outro, Vargas, “ao aproximar-se de uma das instituições culturais de maior prestígio daquele contexto, reciprocamente, era por ela reconhecido e legitimado” (Trevisan, 2024, pág. 18).

Com o governo militar de 1964 aconteceria algo similar. As aproximações do instituto com a ditadura começaram antes mesmo da chegada ao poder de Médici e da presidência do IHGB por Calmon. Embora as aproximações acontecessem de maneira fluida, o instituto, todavia, encontraria dificuldades de encontrar maneiras de financiar a construção de sua nova sede, sendo apenas resolvida uma vez que estes personagens surgem: Calmon em 1968 e Médici em 1969. Após a posse de Médici como Presidente de honra, Pedro Calmon iniciou uma nova estratégia, a de conseguir um empréstimo a longo prazo. “Calmon e membros da diretoria foram pessoalmente entregar o ofício elaborado para o presidente militar e saíram de lá com uma resposta positiva.” (RIHGB, *apud* Mendes, out./dez. 1971, p. 107). O presidente militar teria solicitado ao chefe da Casa Civil da época, João Leitão de Abreu, que entrasse em contato com a Caixa Econômica para dar sequência à questão (RIHGB, *apud* Mendes. 1971).

Mesmo com a obra inacabada, foi dado prosseguimento ao planejamento que previa a inauguração da nova sede como parte das comemorações do sesquicentenário da Independência. A inauguração aconteceu no dia 5 de setembro de 1972 e contou com a presença do presidente Médici, do ministro das Relações Exteriores Mário Gibson Barbosa, do chefe do Gabinete Militar João Figueiredo, do chefe da Casa Civil João Leitão de Abreu, do governador da Guanabara Chagas Freitas, dentre outros convidados. Médici visitou partes das instalações, assinou a ata de inauguração do prédio e descerrou uma placa feita em sua homenagem, na qual ficava registrada sua participação na conclusão da nova sede (Mendes, 2019, p. 8).

As universidades nos anos de 1960 foram alvo do projeto ditatorial. Convém esclarecer com um pouco mais de detalhes esse projeto para entendermos as diferenças entre essas duas instituições de pesquisa e a preferência do regime pelo IHGB.

Até 1960, as universidades no Brasil eram hierarquizadas tendo como base as cátedras, “ocupadas por catedráticos, espécies de “mandarins” com cargos vitalícios, enormes poderes e privilégios” (Cunha, 2016 pág. 15). Diogo Cunha (2016) nos apresenta as correntes reformistas existentes dentro do projeto reformista ditatorial. Havia as correntes tradicionalistas e modernizadores autoritários. As correntes modernizadoras ganharam a disputa com a substituição

⁶¹ Um exemplo que pode ser dado é o caso de Carlos Macedo Soares, o qual foi um sócio correspondente do IHGB e teve participação direta no governo provisório. Assumiu o cargo de secretário do interior, executado missões diplomáticas na Europa em 1932, foi constituinte em 1934 e nomeado Ministro da Justiça em julho de 1937.

de Suplicy⁶² por Pedro Aleixo⁶³ no ministério da educação em 1966, um reformista (Cunha, 2016). A partir disso, seria criada a “Lei da Reforma Universitária” implementada pelos militares através do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária de 1968 que iria reestruturar o campus universitário brasileiro.

Ela sintetizava os textos anteriores e abolia definitivamente os catedráticos – que se tornaram professores titulares – e reestruturou a carreira do professor; reforçou o poder dos órgãos centrais das universidades em detrimento das faculdades, o que os permitia ter mais controle sobre estas últimas; aumentou as dotações globais a fim que os reitores pudessem ter mais ascendência sobre os deanos das faculdades; a representação estudantil foi fixada em 1/5 em todas as instâncias colegiais. O vestibular, ao invés de um exame, tornou-se um concurso classificatório, o que resolveu o problema dos excedentes. Com o objetivo de melhorar a carreira do professor, o GTRU propôs o estabelecimento de um regime de trabalho com dedicação exclusiva (Cunha, 2016, pág. 16).

Podemos perceber com essas reformas que as instituições universitárias sofreram um plano de modernização estruturante, o que diferenciava os professores do tipo de profissional que se tinha no instituto IHGB. As medidas implementadas no contexto da ditadura para as universidades permitiram a formação do “professor-pesquisador”, um novo tipo de intelectual que é “especialista em algum domínio específico e autor de uma produção reconhecida pelos seus pares” (Cunha, 2017, pág 18). Cunha conclui que os intelectuais universitários que surgiram dentro do contexto dessas reformas promovidas pela própria ditadura mantiveram uma postura de militância política contra o regime militar, o que pode mostrar um certo paradoxo. Cria uma legitimidade na qual o “discurso competente” se impõe e permite ao intelectual ascender à esfera política no contexto de autoritarismo” (Cunha, 2017, pág. 14).

Por outro lado, temos outro campo entendido pelo autor como “em declínio” (Cunha, 2015, pág.18), que se caracterizava por ser tomado por intelectuais “tradicionais”. O IHGB faria parte desse campo. Cunha descreve o intelectual deste campo como sendo um “polígrafo conservador formado nas tradicionais faculdades de direito, simultaneamente político, escritor e jornalista” (Cunha, 2015, pág.18). Como já dito anteriormente, a escolha do IHGB como instituto que produziria o conhecimento histórico a ser utilizado na biblioteca do Sesquicentenário em detrimento das universidades se deve à postura de sacralização do passado que o mesmo promove. Em sua origem, a função institucional era a de desenvolver uma história utilitarista aos moldes tradicionais, dos grandes nomes que mereceriam ser exaltados como exemplos (Cunha, 2016). Os membros do

⁶² Flávio Suplicy de Lacerda foi engenheiro e professor, além de Reitor da UFPR. Foi convidado pelo governo de Castelo Branco a assumir o ministério da Educação onde ficou conhecido pelas leis que impediam atividades políticas em órgãos de representação estudantil.

⁶³ Pedro Aleixo foi advogado, jornalista, professor e político. Foi Vice Presidente em 1967 e 1969, durante o regime militar e, em 1969, foi impedido pela junta militar de assumir o cargo de presidente do país após o falecimento do ditador Artur da Costa e Silva (196-1969). Durante o governo de Castelo Branco foi ministro da educação.

instituto eram pertencentes às elites econômicas e intelectuais do país e recrutados “por critérios sociais em detrimento das competências intelectuais” (Cunha, 2016, pág. 6). “O montante das alocações destinadas ao IHGB, assim como o engajamento pessoal do Imperador, mostra que a criação de uma história e de uma memória oficiais tinham uma importância estratégica (Cunha, 2016, pág. 6)”. Esse papel da instituição seria então prontamente aproveitado pelo Sesquicentenário que se utilizaria dessa tradição historiográfica.

Acrescente-se, ainda, que a participação do IHGB nos festejos poderia lhe acarretar capital simbólico em sua disputa para permanecer como referência na historiografia brasileira, no mesmo momento em que os primeiros programas de pós-graduação em Ciências Humanas entravam em funcionamento, o que ameaçaria – a longo prazo – a proeminência da produção intelectual do Instituto Histórico (Almeida, 2009, pág. 90).

Convém lembrarmos de um detalhe: o IHGB concorria com as universidades brasileiras, mas essas ainda produziam predominantemente a mesma historiografia tradicional. Na década de 1970, segundo mostra Falcon (1997), a universidade recebeu apoio do governo repressivo. Podemos dialogar com Falcon e Cunha: se por um lado investimentos pesados foram feitos pelo regime ditatorial no âmbito das universidades, por outro o aparato repressivo da ditadura também controlou esses espaços acadêmicos (Cunha, 2016). Além disso, mostra-nos Falcon que, embora houvesse controle dentro das universidades, as forças de mudança atuaram quase sempre fora das instituições de ensino, o que mostra um espaço de contestação e de disputa (Falcon, 1997).

Os livros de Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, José Honório Rodrigues, Nelson Werneck Sodré, bem como os textos clássicos de Victor Nunes Leal e de Raymundo Faoro, cada qual com sua especificidade e influência, apesar de quase nunca serem indicados à leitura dos jovens estudantes de história — o establishment da história política devotava-lhes solene desprezo — foram para muitos daquela segunda geração de historiadores a leitura paralela e obrigatória realizada quase sempre fora da universidade (Falcon, 1997, pág. 130).

Contudo, podemos concluir que a escolha do IHGB como agente legitimador da memória ocorreu por ser um instituto tradicional, que também conferia destaque entre as concorrentes acadêmicas de mesma produção historiográfica. O instituto surge para essa finalidade, a de criar uma memória oficial, fora visto pelo imperador como estratégico e o era agora pelos militares. Para o Sesquicentenário e sua biblioteca, seria importante legitimar os militares como continuadores daquele legado de heróis do passado e, para isso, nada melhor do que o próprio IHGB.

Além do mais, como Almeida mostra, as reformas dos cursos de pós-graduação nas universidades ameaçavam a longo prazo o prestígio do IHGB, porque seriam concorrentes no mesmo segmento de produção historiográfica, não necessariamente por apresentarem uma história-problema que superaria a história tradicional, pois essa história ainda estava distante da

realidade brasileira devido ao controle que os militares fizeram dentro de suas reformas (Falcon, 1997). O que estava em jogo neste momento era a “disputa para permanecer como referência na historiografia brasileira” (Almeida, 2009, pág. 90).

Temos, assim como no período de Vargas, governo e instituto beneficiando-se mutuamente. O IHGB participaria então da Comissão Executiva Central (CEC). Representaria, ademais de outras instituições de conhecimento, o tipo de história a ser consagrada. Não podemos perder de vista também o benefício que o IHGB receberia ao participar do sesquicentenário. Para além da autonomia financeira que o instituto ganharia promovendo palestras, cursos e alugando andares do próprio edifício construído no governo Médici (Almeida, 2009), o IHGB garantiria, através do sesquicentenário, um espaço para a história tradicional no século XX, a qual era alvo crescente de questionamentos fora e dentro do Brasil. Nesse sentido, o instituto ganhou importância central dentro da Comissão, com Pedro Calmon e Antônio Jorge Correa assinando o Convênio pelo qual o CEC passaria ao IHGB o valor de 400 mil cruzeiros para a edição de documentos que fariam alusão à independência do país. Esses documentos “deveriam ser selecionados pela Subcomissão de Assuntos Culturais e aprovados pelo presidente da Comissão Executiva Central” (Cordeiro, 2012, pág. 205).

Se por um lado temos o IHGB produzindo a história legitimada pelo regime (e por ela, o regime sendo legitimado), a Comissão Executiva Central (CEC) seria o encontro entre a ditadura e o mundo civil. O decreto de lei nº 69.344 de 1971, segundo Sosnoski (2013, pág. 31), criou uma Comissão Nacional para designar e coordenar as comemorações dos 150 anos da independência. Essa Comissão Nacional seria responsável pela criação da Comissão Executiva Central e teria seu presidente nomeado pelo presidente Médici – o General de Exército Antônio Jorge Correa.

Cordeiro (2012) nos mostra a função do CEC de diálogo com a sociedade, baseado na volta ao passado e na celebração do tempo presente. A sociedade participa desse diálogo, mas devemos lembrar que não se trata da sociedade em abstrato, mas de uma parcela desta. Esse segmento da sociedade correspondia aos que pensavam o passado da mesma forma que os militares, intelectuais do IHGB e membros da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), embora, conforme demonstra Cordeiro (2012), a AIB sempre mantivesse uma postura mais rígida ao regime militar devido aos jornalistas presos e perseguidos. Apesar da defesa da liberdade de imprensa, a ABI “se aproximou do regime em muitos momentos, especialmente quando dos festejos de 1972” (Cordeiro, 2012, pág. 214). Cordeiro analisa a aproximação desse segmento social a partir do conceito de ambivalência. Essa ambivalência, segundo a autora, vai de acordo com a discussão sobre consenso e consentimento desenvolvida por ela.

Assim, se *consenso* pode designar um *acordo* que diz respeito a um conjunto de pessoas, *consentimento* é, antes, aceitação e pode dizer respeito a uma única pessoa. Tal *aceitação* pode também se apresentar sob diferentes formas, engendrando *reações* distintas à mesma situação. Este conjunto de reações, individuais ou/e coletivas, expresso pelo que chamamos de *consentimento*, geram o que podemos designar como uma *atmosfera consensual*, na qual vislumbramos o pacto, o consenso ou, nas palavras de Daniel Aarão Reis, o *acordo de aceitação do regime*. O consentimento, portanto, compõe o consenso, mas este é mais amplo que aquele (Cordeiro, 2012, pág. 197).

O CEC, na leitura de Cordeiro, demonstra o consenso em relação ao Sesquicentenário ou em relação ao regime. A ditadura conseguiu, através dessa comissão, aglutinar um pacto social em torno do regime e das comemorações (Cordeiro, 2012).

Outro órgão importante que compõe o CEC é o Conselho Federal da Cultura (CFC), criado em 1966 por Castelo Branco. O objetivo era criar um plano nacional de cultura e coordenar as atividades culturais do MEC (Ministério da Educação), visando o projeto da integração nacional, um projeto da própria ditadura (Cordeiro, 2012). Dentro do CEC, o CFC orientaria o “sentido cívico e histórico que as comemorações deveriam seguir” (Cordeiro, 2012, pág. 206). Cordeiro traz os estudos de Tatyana de Amaral (2012), que diz sobre o CFC possuir intelectuais que eram atuantes da área de proteção e divulgação do patrimônio nacional desde a era Vargas de 1930 a 1945. “Trouxeram para o centro das políticas culturais o “espírito da nacionalidade” tão veiculado durante o Estado Novo por meio da valorização do folclore, do passado histórico, da literatura nacional, da arquitetura histórica, forjando, a partir de então, a “consciência nacional”” (Amaral, 2012, pág 231). Essas noções são importantes, pois demonstram as bases da ditadura para sua política de cultura e memória nacional. Os valores cívicos e patrióticos da ditadura empresarial-militar, manifestados no CFC, que por sua vez atuou dentro do CEC para o sesquicentenário, possuem influências de intelectuais atuantes no período de Vargas. Porém, na ditadura, essas influências foram radicalizadas.

Tal projeto modernista entrará em um processo de radicalização nacionalista ao incorporar o ideário cívico propagado durante a ditadura civil-militar. Os intelectuais do CFC adotaram muitos dos programas já executados no Estado Novo (1937-1945), incorporando novas práticas discursivas e adaptando tais programas ao otimismo pregado pela orientação governamental, sob a égide de um valor considerado essencial para a manutenção da nação, o civismo (Amaral, 2012, pág 231).

Com isso, podemos concluir o sentido da relação entre o CFC e o IHGB dentro do CEC. Foram como baluartes intelectuais, ambos trabalharam em função da construção do sentido das comemorações cívicas, que buscavam no passado a sua legitimação no presente, semelhante ao movimento feito por Vargas.

Podemos voltar à obra específica da *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo*. Temos no prefácio uma explicação da elaboração da obra. O prefácio traz a *Comissão de História do Exército Brasileiro*, criada em 1970, elaborando um *Plano de Obra*, seguindo as *Diretrizes* do Estado-Maior do Exército (Estado-Maior do Exército, 1972). A pesquisa, realizada pelos alunos do 2º ano da Escola de Comando e Estado-Maior, deveria “objetivar a melhor bibliografia existente, a qual foi posta à disposição dos oficiais na própria área de estudo” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 2). Ao mesmo tempo, foi realizado o já mencionado Simpósio de História Militar Brasileira com o objetivo de cooperar na confecção do projeto referente à forma de comunicação com o público.

Encontramos também no prefácio uma demonstração de vontade por parte do Estado-Maior do Exército de dialogar com o mundo civil usando a obra em questão como uma chave que ligaria os dois âmbitos: “Do certame participaram setenta e cinco historiadores, escritores, jornalistas e professores, civis e militares, que ofereceram excelentes sugestões, oportunamente atendidas” (Estado-Maior do Exército. 1972, pág. 2).

No final do prefácio também existe o convite, sugerido pela própria comissão de história, às editoras para desenvolverem a partir desta obra comemorativa “histórias em fascículos, em quadrinhos e com ilustrações mais sugestivas” (Estado-Maior do Exército. 1972, Pág. 7), pois o Estado-Maior do Exército apreciaria as editoras que “se interessassem pela publicação dessas modalidades de história popular” (Estado-Maior do Exército. 1972, Pág. 7).

Podemos perceber que o encontro entre o IHGB e o ECEME se dá nesses dois momentos. No levantamento bibliográfico e nesse simpósio de história promovido pela própria Escola de Comando e Estado-Maior. Percebemos que o presidente do IHGB, Pedro Calmon, não só participa do Simpósio, como também tem seus livros consultados e levantados pelos alunos do ECEME. Como se trata de uma obra que tinha o objetivo de compor a biblioteca do Sesquicentenário, as diretrizes objetivavam seguir as especificidades do CEC. Como a obra abrange desde o período colonial, até o tempo em que se comemora o sesquicentenário, o ECEME esforça-se para encaixar a presença da força terrestre em todos os momentos da história do Brasil. O Exército está presente antes da própria independência e surge na união das 3 raças (o branco, o negro e o indígena) que é simbolizada por Guararapes no contexto das invasões holandesas. É com o mito de Guararapes que o ECEME e o IHGB se encontram no sesquicentenário. Esse é o ponto de partida, mas temos também vários outros pontos de encontro entre o IHGB e o ECEME da narrativa da obra.

Não podemos deixar de mencionar o subcapítulo *Nos estudos históricos e geográficos e na fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, o qual é uma aproximação - um tanto

quanto simbólica - dos militares ao próprio IHGB. O texto trata de justificar e contextualizar a relação do Exército com os estudos da História e da Geografia, o que o texto trata como “decorrência natural de suas atividades profissionais” (Estado-Maior do Exército. 1972, Pág. 120). O subcapítulo entende que a aproximação da área da Geografia com a vida militar constitui-se como rotina devido ao contexto de interiorização.

Exploração do interior, do litoral e de recursos econômicos, elaboração de roteiros, estudos corográficos, trabalhos cartográficos e investigações científicas constituíam atividades normais do militar de terra no período colonial, e que prosseguiram e ampliadas durante o Reino e o Império, com a abertura de estradas e a construção sistemática de obras públicas, tudo significando conhecimento de aspectos da nossa geografia (Estado-Maior do Exército. 1972, pág. 1021).

Para a questão histórica, o texto menciona que os militares brasileiros precisam receber “conhecimento objetivo da realidade brasileira, motivador de atitudes políticas autênticas” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 120):

Por outro lado, integrados plenamente, como sempre estiveram, na vida brasileira, os militares da terra tinham de envolver-se nos magnos acontecimentos da história do Brasil. Atuando em lutas externas, nos movimentos da Independência e nas lutas internas que a esta sucederam, estavam no âmago de nossos principais fatos históricos. Dar uma contribuição para os estudos históricos ou destes participar, passou a ser decorrência lógica. Lembremos a vasta e variada documentação relacionada com a participação de militares nos acontecimentos de 1822, 1824, no período de 1831 -48 e das guerras de 1851 -2 e 1864 -70, sem a qual não se pode estabelecer o fato histórico dessas épocas (Estado-Maior do Exército. 1972, pág. 121).

O subcapítulo também apresenta nomes militares pertencentes ao IHGB no período imperial, em uma ligação simbólica entre as duas instituições tradicionais:

A presença do general Raimundo José da Cunha Matos entre os egrégios fundadores do benemérito Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 1838, longe de ser simples coincidência, representa aspecto significativo e coerente. Podemos dizer que é altamente simbólico, pois na verdade, e com justiça, Cunha Matos representava uma plêiade ilustre de Geógrafos e historiadores pertencentes ao exército. (...) (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 121).

Esses encontros entre o IHGB e o ECEME dão o tom da historiografia reclamada não só pela instituição histórica tradicional e Forças Armadas, mas também por setores da sociedade que compartilhavam de uma mesma perspectiva sobre o passado da nação. Um dos objetivos da biblioteca do Sesquicentenário, segundo demonstra Sosnoski (2013), é de legitimar os três objetivos da ditadura: integração, segurança e desenvolvimento nacional. Sosnoski entende que “Alguns livros apresentam relação com uma das tarefas especificamente enquanto outros expõem todos os ideais no decorrer do texto” (Sosnoski, 2012, pág. 88). Em sua dissertação, a autora entende que a

obra *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um Povo* compreende o pilar da segurança nacional, uma tarefa específica da obra, pois, junto com as obras *Dragões da Independência* e *Diário do Capelão da Esquadra Imperial comandada por Lord Cochrane*, “valorizam as Forças Armadas e reforçam a importância da presença militar na história do país desde a Independência” (Sosnoski, 2012, pág. 90). Existe nos textos dos tomos uma necessidade de valorizar o Exército para além do campo da segurança nacional, relacionando-o também à responsabilidade pelo papel do desenvolvimento e da integração do país.

Conforme é bem colocado pela autora, ao analisarmos mais de perto o conteúdo específico da *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo*, percebemos como a obra, além da segurança nacional, abrange os outros dois pilares fundamentais da ditadura. Os capítulos da obra preocupam-se, por exemplo, em dar conta de mostrar os engenheiros militares aplicados na infraestrutura do país e preocupados com a integração nacional. Utilizam do passado como argumento legitimador do tempo presente.

O capítulo *Contribuição do Exército para a Integração Nacional nos primórdios da República* representa um esforço historiográfico de colocar as Forças Armadas num papel modernizante do país no período da república. Perpassa por várias questões que a obra entende como “modernizantes”, conforme indicam os títulos dos subcapítulos: *A construção das primeiras rodovias e ferrovias de interesse nacional*, *A ampliação da rede de comunicações* e *a Integração dos silvícolas*. É importante mencionar que o capítulo também apresenta outros subcapítulos⁶⁴, porém, os mencionados são os que mais resumem a intenção do mesmo. Neste capítulo, a figura histórica exaltada é o Marechal Cândido Rondon⁶⁵, militar encarregado de expedições do Exército no interior sertanejo, responsável também por conhecimentos no campo da botânica, zoologia e mineralogia, além de ser conhecido por sua relação com os indígenas.

O subcapítulo *A construção das primeiras rodovias e ferrovias de interesse nacional* inicia problematizando a construção de estradas e linhas telegráficas que “ligariam partes do território nacional mais afastadas do litoral” (Estado-Maior do Exército. 1972, pág. 790). Estas obras de infraestrutura seriam apresentadas como uma necessidade urgente e como um problema que a “iniciativa privada” não teria interesse em atender. Caberiam então apenas a uma instituição tal

⁶⁴ Todos os subcapítulos são: *Herança de encargos*, *Imperativo nacional*, *Problemas a enfrentar*, *O Exército como fator de integração nacional*, *Construção das primeiras ferrovias e rodovias de interesse nacional*, *Efeitos paralelos*, *Ampliação da rede de comunicações*, *Vida e obra de Rondon*, *As ligações com Mato Grosso*, *Extensão das linhas telegráficas até a Amazônia*, *Descoberta do Juruena*, *Penetração na Amazônia Ocidental*, *Integração dos Silvícolas*, *Outras contribuições no campo científico* e *Na demarcação e conhecimento das fronteiras terrestres*.

⁶⁵ Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon foi um militar conhecido por suas expedições no interior do Brasil, cujo objetivo era conectar o sertão com o litoral. Atravessou o “sertão”, na maior parte habitado por indígenas bororos, terenas e guaicurus. Abriu estradas, expandiu o telégrafo e ajudou a demarcar as terras indígenas.

papel: “A utilização de um poder vivo eterno e onipresente (...) representado pelas Forças Armadas e, mais particularmente pelo exército (...)” (Estado-Maior do Exército. 1972, pág. 791).

Infelizmente, a conveniência estrangeira nem sempre coincidia com as necessidades da nova Nação. Além disso, os traçados escolhidos atendem melhor a empenhos particulares do que a reclamos da causa pública. (...) Implantam-se vias de transportes, ligando simplesmente, o interior ao litoral, a zona produtora ao porto, sem ideia de rede ferroviária, sem ideia integradora (Estado-Maior do Exército. 1972, Pág. 791).

Aqui percebemos os militares se apresentando como preocupados em integrar os interiores às metrópoles litorâneas, e eles reconhecem que os interesses privados diferiam das “necessidades da Nação”, sobrando então às instituições armadas o cumprimento dessa tarefa, pois teriam como missão o desenvolvimento nacional e seriam dotados de conhecimento técnico para tal. Nesse momento de transição, o livro aproxima o país das Forças Armadas da seguinte forma: o Exército foi o principal condutor da transição da república, e ao mesmo tempo seria o Exército quem iria sanar todas as deficiências estruturais do país, sendo uma alternativa mais viável do que a iniciativa privada ou estrangeira.

Uma vez o setor de engenharia do Exército tendo concluído diversas linhas férreas que ligariam o interior do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso, o Sul com o Sudeste (Porto Alegre - São Paulo), Paraná e Mato Grosso, agora dedicava-se a construir rodovias federais ao sul do país⁶⁶ (Estado-Maior do Exército. 1972). Para além dos serviços de infraestrutura, o subcapítulo *A ampliação da rede de comunicações* dá conta de abordar todas as linhas telegráficas produzidas pelo Exército naquele momento, sendo realizadas ligações no Rio Grande do Sul, Paraná, no Norte do país, Goiás e Mato Grosso (Estado-Maior do Exército, 1972). É neste subcapítulo que a figura histórica de Rondon aparece e é destacada, sendo descrita como “maior expressão humana, patriótica e cultural” (Estado-Maior do Exército. 1972, pág. 794). Cândido Rondon é apreciado na fonte como símbolo da integração nacional, mas também como um humanista que aceitaria o trabalho de ligar Mato Grosso com Amazonas sob a condição de realizar levantamentos topográficos, botânicos e mineralógicos durante a missão⁶⁷, e também proteger sob a responsabilidade da Comissão os povos indígenas que provavelmente seriam encontrados durante a missão (Estado-Maior do Exército. 1972). A partir disso, o capítulo dedica-se em relatar alguns

⁶⁶ Segundo o próprio, “iniciou-se a construção de rodovias e, algum tempo depois, o sul do país dispunha de importantes ligações, Curitiba-Ribeiro, Curitiba-Joinville, Lajes-Vacaria-Passo Fundo e Lajes-Rio do Sul” (Estado-Maior do Exército. 1972, Pág. 793).

⁶⁷ A comissão em questão, segundo a obra *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo*, seria a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, estabelecida em 11 de Março de 1907 (Estado-Maior do Exército. 1972, pág. 795).

momentos de dificuldade da missão, trazendo ao texto o que o próprio Rondon descreve em seus relatos.

O subcapítulo *Integração dos silvícolas* começa com o lema de Rondon “Morrer se preciso for, matar, nunca!” e o subcapítulo é concluído com uma avaliação sobre os indígenas e a interiorização dos militares e de suas ações no Brasil⁶⁸:

Ao considerar a pessoa humana do aborígine e seus direitos de liberdade e de prosperidade, as comissões de construção de linhas telegráficas consolidaram a doutrina sociológica de integração por absorção.

A evolução gradativa para estágio mais adiantado, julgada perfeitamente coerente com o inegável grau de inteligência de nossos índios, seria atingida pela constante adaptação dos costumes primitivos às palpáveis vantagens dos processos civilizados de habitação, de alimento e de utilização de técnicas e ferramentas (Estado-Maior do Exército. 1972, pág. 799).

A percepção deste capítulo é a de que a integração dos indígenas seria feita por absorção destes pela civilização, de modo a abandonarem suas práticas primitivas em benefício do conforto civilizatório. Mas o ponto principal disso tudo é que a integração nacional, ponto importante para o Sesquicentenário em 1972, é relacionada à construção de infraestrutura de transporte e comunicação e “civilizar” o povo indígena. Essa integração teria sido promovida pelos militares em detrimento das forças civis. Este capítulo serve de exemplo para entendermos o esforço do Exército de se inserir como agente histórico de condução da integração nacional. Temos outros capítulos que abordam essa questão. O capítulo *Na política nacional de transportes e problemas correlatos* (pág. 1078), por exemplo, traz a integração para o seu tempo presente. Este último capítulo mencionado será abordado mais adiante.

Para além do pilar da integração, temos o pilar do desenvolvimento nacional, o que também é algo muito debatido nos tomos, especialmente no Livro 3. Os capítulos *Atuação do Exército Brasileiro no campo da economia* e *Contribuição do Exército para o desenvolvimento nacional durante o império* são as demonstrações de que a força terrestre teria tido historicamente a tradição de atuar no desenvolvimento do país, o que legitimaria sua participação no tempo presente (1972).

Em relação ao segundo capítulo mencionado acima, temos nele a função de demonstrar os militares por trás de todas as construções de engenharia, telegráficas, astronômicas e industriais durante o segundo reinado⁶⁹.

⁶⁸ O lema de Rondon tornou-se lema também do serviço de proteção aos Índios. Refere-se ao fato de que a expedição liderada pelo militar iria recuar em caso de ataque dos indígenas e não atacar de volta. A presença dessa frase nos tomos e nesse momento do texto tem como função reforçar de maneira sucinta toda a missão e a figura do Cândido Rondon.

⁶⁹ O capítulo completo é formado pelos seguintes subcapítulos: *Na formação de engenheiros civis e militares*; *Engenheiros militares no campo das atividades civis*; *No desenvolvimento do Observatório Astronômico*; *Na indústria e na formação de artefícios especializados*; *-Arsenal de Guerra da Corte, o mais importante dos Arsenais*; *Laboratórios Pirotécnicos*; *-Na indústria siderúrgica- A Fábrica de Ferro de S. João de Ipanema*; *Na criação do telégrafo elétrico e*

Neste capítulo - especialmente grande -, os seguintes subcapítulos dão conta de trabalhar as Forças Armadas na área de desenvolvimento industrial: *Na indústria e na formação de artífices especializados*; *Arsenal de Guerra da Corte, o mais importante dos arsenais*; *Laboratórios Pirotécnicos* e, por fim, *Na indústria siderúrgica- A Fábrica de Ferro de S. João de Ipanema*.

No subcapítulo *Na indústria e na formação de artífices especializados*, temos o texto contextualizando a desindustrialização do país no segundo reinado com a tese de Henrique Boiteux *Razões Históricas do Atraso do Brasil*. Boiteux relaciona a desindustrialização aos atos proibitórios do século XVIII de Portugal contra sua colônia brasileira. Numa relação entre colônia e metrópole, é comportamento comum a metrópole não permitir a proliferação de manufaturas em suas dependências coloniais, mantendo assim seus territórios subordinados dependentes de seus produtos. Contudo, mesmo com a independência política do Brasil, não foi possível assistir ao crescimento de indústrias no país agrário (Estado-Maior do Exército, 1972). Coube ao Exército descobrir o que poderia ser feito diante desse cenário:

Não havendo este despertar para o progresso, em termos que se assemelha, mesmo em menor escala, ao desenvolvimento dos Estados Unidos da América do Norte, cuja independência ocorrera quarenta e seis anos antes, a produção industrial de nossa terra, período do Império, expressão fraca. O Brasil, essencialmente agrícola, conceito da maioria. Importem-se os manufaturados (Estado-Maior do Exército. 1972, pág. 1009).

No subcapítulo *Arsenal de Guerra da Corte, o mais importante dos arsenais*, temos a descrição de uma fábrica bélica promovida pelo Exército, o Arsenal de Guerra da Corte⁷⁰. Além de demonstrar que ali fabricavam-se canhões e peças de uniformes, o texto ressalta a produção de materiais para o uso em construções civis. Tratava-se, portanto, de uma fábrica que fundia metal para o emprego bélico e também civil (Estado-Maior do Exército. 1972).

Além de descrever outros arsenais militares, cuja função era diminuir a importação de artigos militares (Estado-Maior do Exército. 1972), o texto destaca a existência de companhias de menores aprendizes. “Além do aquartelamento, alimentação e uniforme, recebiam instrução primária e profissional, sendo os menores, sua totalidade, de origem humilde” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 1011). Ao que tudo indica, a intenção do texto com a descrição desses arsenais basicamente consiste em demonstrar a produção industrial bélica em função do desenvolvimento industrial brasileiro, mas também convertendo sua produção para fins civis, tanto em produto quanto em formação de mão de obra capacitada.

instalação de linhas telegráficas; Nos estudos históricos e geográficos e na fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, por fim, *A identificação do exército com os interesses nacionais e sua vocação democrática*.

⁷⁰ Criado em 1762, o arsenal de Guerra da Corte foi um arsenal militar do período do império que produzia pesquisas na área de armas e munições, além de fardamento. Hoje chama-se Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. Continua a produzir armas e desenvolver pesquisas na área, especialmente morteiros de 81mm.

Laboratórios Pirotécnicos é o subcapítulo que descreve a produção de cartuchos para os armamentos das Forças Armadas. Segundo o texto, houve produção não só para a força terrestre, mas também para a força naval. Demonstra o texto como uma indústria importante, assim como as outras levantadas pelo Exército para diminuir a dependência das importações deste e de outros produtos.

“A atuação do exército no desenvolvimento nacional verificou-se, também, em empreendimentos, atinentes a outros Ministérios; entretanto, o governo imperial confiou a sua execução ao Ministério da Guerra” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 1013). O subcapítulo *Na indústria siderúrgica- A Fábrica de Ferro de S. João de Ipanema* demonstra a atuação do Exército no esforço de transformar as minas de ferro em S. João de Ipanema em uma produção frutífera. O texto descreve as trocas de comando da fábrica entre os Ministérios da Guerra e o Ministério do Império e a falta de atenção do próprio Ministério da Guerra durante a “guerra no exterior, 1851-52⁷¹” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 1014). Outro problema relatado é a falta de mão de obra qualificada. Somente em 1870 que o Capitão Joaquim de Souza Mursa conseguiria colocar a fábrica em pleno funcionamento.

A conclusão que podemos ter é que esses capítulos mencionados aproximam o Exército das capacidades industriais brasileiras, de uma tradição da força terrestre em conduzir o mundo civil, levando-o para o progresso. É importante mencionar que temos também subcapítulos encarregados de aproximar as Forças Armadas das áreas da engenharia e astronomia. São eles: *Na formação de engenheiros civis e militares; Engenheiros militares no campo das atividades civis e No desenvolvimento do Observatório Astronômico*. Tanto as questões industriais quanto as questões de engenharia servem, como já dito anteriormente, para legitimar no tempo presente a atuação do Exército na sociedade em 1972. É importante desmembrarmos esses subcapítulos mencionados para percebermos os pilares da ditadura.

O subcapítulo *Na formação de engenheiros civis e militares* relaciona a criação da Escola Nacional de Engenharia com os militares. O texto começa apresentando os objetivos do ainda Príncipe D. João de criar um estabelecimento militar que “formasse oficiais de classe de engenheiros Geógrafos e Topógrafos, que pudessem também ter o útil emprego de dirigir objetos administrativos de Minas e Caminhos, Portos, Canais, Pontes, Fontes e Calçadas” (Estado-Maior do

⁷¹ O documento não menciona que guerra teria acontecido, contudo, o conflito mais relevante que teria acontecido para o Brasil nesse período específico foi a guerra do Prata ou guerra contra Oribe e Rosas. Esse conflito também é conhecido como “questão platina” ou “guerra do Prata”, e é apenas um capítulo na longa história da disputa dos países Uruguai, Argentina e Brasil pela hegemonia na região platina. O governador de Buenos Aires Juan Manuel de Rosas pretendia trazer para área de influência argentina o Uruguai e o Paraguai, com planos de recriar o Vice-Reinado do Prata. Porém, esse plano passava pelos interesses brasileiros na região.

Exército, 1972, pág. 999). Seria a Academia Militar esse estabelecimento, uma vez que nela fossem ensinadas as ciências da matemática, física e militares.

Para atingir o objetivo do Príncipe, o benemérito Conde de Linhares, Ministro da Guerra da época, inseriu na Carta de Lei que levou ao seu Augusto Senhor, que a Academia, em seu curso, teria aulas de “Ciências Matemáticas, de Ciências de Observação, quais a Física, Química, Mineralogia, Metalurgia e História Natural” não esquecendo, obviamente, as “Ciências Militares” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 1000).

Foram essas as disciplinas então ministradas na Academia Militar, que em 1839 tornou-se Escola Militar da Corte. Essa instituição de formação de oficiais seria responsável, segundo o texto, pela formação de engenheiros militares. “Nota-se, por este brevíssimo histórico, a fraterna vinculação existente entre os civis que frequentam cursos da Escola Nacional de Engenharia e os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 1002).

O subcapítulo *Engenheiros militares no campo das atividades civis* consiste em uma continuação do assunto, informando que o papel do engenheiro militar no período imperial foi a de desenvolver mais rápido o império, tendo em vista sua aplicabilidade na construção de igrejas, aquedutos, edifícios públicos, palácios e obras de uso coletivo (Estado-Maior do Exército, 1972). Isso tudo, claro, além de construírem as fortificações militares.

Por fim, o subcapítulo *No desenvolvimento do Observatório Astronômico* mostra que coube ao Ministério da Guerra a construção do mesmo. O objetivo do observatório era de “orientar os estudos geográficos, geodésicos e astronômicos no território e satisfazer as necessidades da navegação” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 1007), além de formar os alunos da escola militar nas observações astronômicas. Após a conclusão das obras e de seu pleno funcionamento, o observatório é passado do Ministério da Guerra para a Repartição do Império (Estado-Maior do Exército, 1972). “Terminara mais uma tarefa do Exército, campo estranho às suas atividades precípuas, mas cumprida em prol do desenvolvimento e do prestígio nacionais” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 1008).

A *História do Exército Brasileiro: Perfil Militar de um Povo* exprime historicamente o compromisso da força terrestre com a segurança nacional e evidencia a participação da força terrestre como espinha dorsal do desenvolvimento e da integração nacional. Como Sosnoski coloca em sua dissertação, esses eram os pilares que os militares desenvolveram durante a ditadura. O IHGB, junto com o ECEME dentro da Comissão Executiva Central, busca o diálogo não só da ditadura com a sociedade civil em seu tempo presente, mas também o diálogo da ditadura com o passado, encontrando-se legitimada pelo instituto tradicional de História e pelo papel do Exército, o qual, segundo a obra, teria ido muito além de suas funções tradicionais de defesa.

O CONTEXTO: A POLÍTICA DO EXÉRCITO. O RETRATO DO TEMPO PRESENTE E SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS.

O livro 3 apresenta o passado como legitimador do presente, como já abordado anteriormente. Vimos um traçado histórico buscando vestígios - ou raízes - das tradições das Forças Armadas do tempo presente na história do país. Existem também capítulos que trazem o papel do Exército nos anos da ditadura, sendo eles: *Vocação democrática do exército*⁷², *Participação do Exército na vida nacional*⁷³, *Aspectos políticos da atuação do exército*⁷⁴, *Atuação do Exército Brasileiro no campo da economia*⁷⁵ e, por fim, *Na política nacional de transportes e problemas correlatos*⁷⁶. Serão analisadas partes fundamentais desses capítulos, abordando os títulos que mais convém para esta dissertação.

Daremos especial atenção ao final do capítulo *Contribuição do Exército para o desenvolvimento nacional durante o império*, o subcapítulo *A identificação do Exército com os interesses nacionais e sua vocação democrática* nos mostra uma suposta vocação democrática das Forças Armadas, tendo uma relação de zelo e tutela da política nacional, defendendo os interesses do Brasil ao longo da história até a revolução de 1964. “(...) Longe de ser casta, classe ou instituição dominante, como ocorre em Estados de regime militarista, a força terrestre brasileira se origina do povo, já foi todo este praticamente em armas, e hoje, dele, amostra legítima e expressiva” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 1023). O texto expressa as Forças Armadas no tempo presente (1972) como uma expressão legítima da população brasileira e distancia a força terrestre de características ditatoriais de regimes militaristas, uma vez que, se as Forças Armadas originam-se do povo, é por ele legitimada: “homem comum no Brasil sempre se lembra de apelar para as Forças Armadas, em particular o Exército, todas as vezes que se defronta com algum problema de sua

⁷² Os subcapítulos que o compõem: *O que é o Exército*, *O Exército*, *congraçamento de raças e classes sociais*, *Exército*, *sustentáculo da unidade do Brasil* e por fim. *Exército, núcleo de apoio social no interior*.

⁷³ Os subcapítulos que o compõem: *O conhecimento do território nacional, base e motivo dessa participação*, *O Exército e a Cartografia*, *O Exército em certames cartográficos e geográficos*, *O Exército nos estudos da Geopolítica*, *Vigilância das fronteiras*, *Ação colonizadora do Exército*, *A contribuição do Exército no campo étnico e econômico*, *No campo migratório e ocupacional*, *Aglutinação do imigrante*, *Saúde e higiene*, *Nas competições desportivas*, *Educação Moral e Cívica*, *Ensino e Pesquisa*, *Nos estudos de Geografia e História* e, finalmente, *Na publicação de obras e periódicos*.

⁷⁴ Os subcapítulos que o compõem: *Missão constitucional do Exército*, *Atuação de militares na Política Nacional e Segurança Interna*.

⁷⁵ Os subcapítulos que o compõem: *Indústria militar no Brasil*, *O advento dos mísseis*, *problema do petróleo no Brasil* e, finalmente, *Problema dos minérios*.

⁷⁶ Os subcapítulos que o compõem: *Participação no Plano Rodoviário Nacional* e *Atividades específicas realizadas e atuais*.

comunidade, cuja solução escapa às suas possibilidades de resolvê-lo” (Estado-Maior do Exército. 1972, pág. 1023).

Um aspecto que não tem sido explorado pelos historiadores e sociólogos está no fato de terem sido militares, ou indivíduos plenamente integrados na força militar, a maior parte dos nossos governantes, em quase três séculos da nossa história. Os governadores, capitães-generais e vice-reis, quando não militares, viam-se, com frequência, obrigados a atuar como chefes militares, o caso de Mem de Sá, aliás, com brilhantismo. Identificar, pois, a força terrestre ou seus integrantes com o poder civil, ou vice-versa, deve ter sido atitude habitual nos velhos tempos, por parte do homem comum brasileiro. E isso explica não só aquela atitude assinalada pelo sociólogo recifense, como inversamente, os anseios de militares ou da força terrestre pelo futuro do Brasil, ou, em termos mais amplos, pela segurança nacional brasileira (Estado-Maior do Exército. 1972, pág. 1023)⁷⁷.

Esse legado histórico explica, conforme o próprio texto conclui, a “revolução de 1964”, “a própria formação histórica do Brasil, quando nos mostra a identificação, mais do que secular, da força terrestre com os supremos interesses da nacionalidade” (Estado-Maior do Exército. 1972, pág. 1023).

Logo em seguida encontramos o capítulo *Vocação democrática do Exército*, cujo subcapítulo *Exército conagração de raças e classes sociais* merece destaque. Este subcapítulo encontra nas Forças Armadas a instituição de união das raças dentro do país, como agentes que não segregam, mas que integram desde períodos coloniais:

Desde então começaram a surgir unidades de pretos e de pardos que, com as tropas milicianas, mais povo que forças armadas, constituiriam, ao longo do tempo, nas diversas regiões do país, a infraestrutura militar que deu alma própria ao Exército Brasileiro da Independência.

Vem, desde esses tempos, o trabalho permanente, fecundo e silencioso do quartel, no sentido de transformar em cidadão o elemento nativo, de baixa categoria na escala social, no contexto colonial. Foi a condição de soldado que começou a recuperar o negro para a Nação, dando-lhe instrução, educação e, até mesmo, certa parcela de autoridade, muito antes da abolição, considerando-o como pessoa e não como máquina de servir (Estado-Maior do Exército. 1972, pág. 1025).

O sentido de democracia invocado no subcapítulo não se refere à política nacional, no sentido de representatividade das classes sociais nas decisões políticas, do pluripartidarismo ou das eleições. O objetivo do subcapítulo busca trabalhar a ideia de igualdade racial dentro das Forças Armadas. O levantamento histórico é importante, pois é no passado que se forma a suposta tradição da igualdade de tratamento entre as raças dentro das fileiras do Exército. A democracia racial, ideologia adotada pela ditadura, precisa encontrar seus vestígios na história, e é no quartel do Exército (ainda no período colonial), que os pretos e pardos vão ser integrados e constituírem-se como “cidadãos”.

⁷⁷ O sociólogo recifense mencionado na citação é Gilberto Freyre.

Na *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo* há um discurso sobre o histórico democrático do Exército. Há a tentativa de trazer para as fileiras milicianas de segunda linha a responsabilidade de serem a infraestrutura militar brasileira. É o momento em que as tropas portuguesas (estas sendo de primeira linha) do período colonial são omitidas para celebrar a união das 3 raças dentro do contexto colonial. Trata-se, afinal, da invocação do legado de Guararapes. Esse passado é invocado para completar-se no presente:

Hoje, como ontem, o dia festivo da incorporação de novo contingente, em cada quartel do Brasil, oferece a mais autêntica e convincente demonstração do que é o Exército Brasileiro, na heterogeneidade de tipos e padrões sociais dos homens que recebe, para irmaná-los, uni-los e identificá-los, dentro do mesmo espírito de corporação, sob as mesmas normas rígidas da disciplina, como soldados do Brasil. O mesmo acontece com a formação da oficialidade, núcleo permanente do enquadramento da instituição militar; nela, também, preside o sentido eminentemente democrático do nosso Exército, podendo qualquer cidadão ingressar nos seus cursos de formação de oficiais, bastando-lhe, para isso, fazê-lo, por vocação, sujeitando-se, pelo esforço pessoal, às servidões militares: físicas, intelectuais e morais, impostas pela carreira, indistintamente, a todos quantos queiram abraçá-la. O exército não é casta; é o povo em armas. Esta, uma das suas grandezas. (...) (Estado-Maior do Exército. 1972, pág. 1026).

Assim, o Exército Brasileiro, segundo o mesmo, dá a mesma chance a todos os cidadãos que desejarem ingressar ao ofício das armas. A democracia racial, dentro do Exército, além de tratar com igualdade as pessoas com cores de pele diferentes, trata também com igualdade as pessoas das mais diversas classes sociais. As Forças Armadas seriam um agente uniformizante que nivelaria os diferentes cidadãos de raça ou classe social, sendo todos brasileiros dentro dos quartéis.

O que podemos perceber no documento é a manifestação, através do mito da democracia racial, do controle da população negra a partir de seu ingresso ao Exército. A lei de segurança nacional restringia o espaço dos movimentos sociais e das lutas antirracistas do movimento negro, uma vez que esses movimentos eram entendidos como contrários ao regime, e muitas vezes cooptados por movimentos “terroristas” (Pires, 2018). A informação 437/74 da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça faz alusão a uma apropriação do discurso racial pelo movimento “terrorista” MR-8 e “destaque para pessoas “de maior lastro cultural”, responsáveis pela difusão de ideias que contrariam a harmonia entre as raças no Brasil” (*apud* Pires, 2018, pág. 1061).

Pires (2018) demonstra que o movimento negro do país, além de representar para a ditadura uma ameaça e perigo internos, também almejava denunciar o regime no exterior: “interessava ao Brasil blindar-se da interferência de organizações relacionadas à proteção de direitos humanos que, no que diz respeito especificamente à questão racial, estavam bastante atentas aos processos de

independência africanos, movimento por direitos civis nos EUA e regimes instituídos de apartheid como o da África do Sul” (Pires, 2018, pág. 1061).

(...) houve no período da ditadura uma repressão orientada a neutralizar os processos de articulação negra. Não por se tratar de uma mobilização política como outra qualquer, mas por colocar em xeque externamente a imagem que o Estado pretendia cultivar – de paraíso racial – e internamente por ser capaz de aglutinar um contingente significativo de pessoas predispostas a desafiar os processos políticos, sociais, econômicos e culturais de opressão e subalternização do negro na sociedade brasileira (Pires, 2018, pág. 1062).

A intenção do regime ao adotar a ideologia da democracia racial, como demonstra Pires, era de manter as estruturas racistas que privilegiam a supremacia branca dentro do país e seus privilégios, ao mesmo tempo que a população negra era controlada e impedida de contestar a sua posição de oprimido (Pires, 2018).

O capítulo *Participação do Exército na vida nacional -1930-72* dedica-se em exibir as funções do Exército na vida nacional dos anos 30 até 1972. Dedicar-se especial atenção ao tempo presente do texto, com os subcapítulos *A contribuição do Exército no campo étnico e econômico, no campo migratório e ocupacional, aglutinação do imigrante, saúde e higiene, educação Moral e Cívica*.

Seguindo a ordem mencionada, o primeiro subcapítulo é peculiar por trazer as influências do Exército no campo étnico e econômico pela perspectiva micro. O pequeno subcapítulo diz que os formados pelas academias militares, quando enviados para as diversas guarnições militares por todo o território nacional, geralmente casam-se com as moças residentes do local, o que contribui ainda mais para o entrelaçamento dos brasileiros dos diversos cantos do país, uma vez que construiria uma integração nacional maior e contribuiria também para a formação da nacionalidade (Estado-Maior do Exército, 1972). Para além dessa integração indireta, que faz o oficial militar vindo de longe, criar suas raízes e constituir família no local em que atua, o pequeno subcapítulo demonstra o peso nas economias locais que essas unidades possuem:

A população já se acostumou a ver nos quartéis fator de desenvolvimento social e econômico para as regiões onde estão localizados. Quando uma unidade é transferida do local, há grita geral, pois é certo que o comércio, a situação cultural, etc., vão ressentir-se de sua falta.

Os oficiais e sargentos costumam, junto com as esposas, formadas em curso normal, dar aulas nos diversos colégios das cidades do interior. E a presença de uma guarnição federal, além da segurança que fornece, assegura êxito certo às campanhas de caridade e assistência, em geral, às classes pobres, pelas ações cívico-sociais que já se tornaram normais dentro do exército (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 1052).

As pequenas vilas formam-se nos arredores dessas unidades militares em busca de segurança e também pelo potencial econômico que essas unidades podem fornecer. É pela perspectiva

microsocial que a integração nacional e o desenvolvimento econômico e cultural são expostos nesse pequeno subcapítulo.

No campo migratório e ocupacional é um subcapítulo que permite-nos observar um reflexo do tempo presente da obra que era muito importante: a questão dos fluxos migratórios das populações dos interiores do país para as grandes metrópoles em busca de melhores salários e empregos, uma vez que o “milagre econômico” focou a instalação de indústrias nas metrópoles já consolidadas. O texto trabalha com a ideia de o Exército contribuir para amenizar o problema da migração construindo estradas que valorizariam as regiões:

Exemplo frisante: o trabalho realizado pelas unidades de engenharia de construção, cuja característica é localizarem-se em áreas desprovidas totalmente de assistência. Ao instalar-se, elementos do exército, a população que migrava para fugir do desamparo a que estava exposta, permanece em suas terras que se valorizam com as estradas. Fica estimulada para plantar e trabalhar, pois o exército consome os seus produtos e aproveita a mão-de-obra que ela fornece. Além disso, os brasileiros que vão trabalhar nos quartéis de engenharia de construção adquirem-lhes as especialidades inerentes: motoristas, tratorista, mecânico, torneiro e outras, que contribuem para o desenvolvimento mais rápido dessas regiões. (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 1053).

Esse é o único exemplo que está dentro do subcapítulo. Conclui-se que o Exército se apresenta como preocupado em levar o desenvolvimento industrial para o interior do país, como demonstrariam as funções de mecânico ou torneiro estimuladas pela construção de estradas. Porém, o que fica evidente nesse trecho é sua resposta aos fluxos incontroláveis de migrantes para as grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro. A tentativa é de dar uma resposta a esses fluxos, amenizando um problema da época para a população interiorana.

O subcapítulo *Saúde e Higiene* trabalha com o problema da saúde pública do país na época. Não havia, naquele momento, a existência do Sistema Único de Saúde (SUS). Havia um financiamento do governo ditatorial que beneficiou hospitais privados para compra de equipamentos. Segundo o médico sanitário Nelson Rodrigues dos Santos (Unicamp) (*apud* C.E.E. 2018), “A ditadura militar interrompeu o debate que se espalhava em toda a sociedade pelas reformas de base – reforma agrária, reforma tributária, reforma urbana, e reforma sanitária. Foram 21 anos de ditadura. E, sob a ditadura, o país viu acirrar seus contrastes e desigualdades”. A saúde pública é apresentada como um papel também do Exército, que desenvolveria essa função com prestígio graças a seus hospitais militares que atendem não só o pessoal militar, mas também civis, graças a seus laboratórios, clínicas e postos de saúde. É o ministério do Exército que atende a saúde pública do país (Estado-Maior do Exército, 1972). Aqui, o serviço público civil recebe apoio fundamental do Exército para dar conta da demanda por saúde do país, uma vez que durante a

ditadura, as desigualdades sociais foram cada vez mais aumentadas pelo “milagre econômico”. O Exército apresenta-se como solução a esse problema.

Muitos brasileiros, somente quando vão prestar o serviço militar é que ficam sabendo da existência de instalações sanitárias, escova de dente e banho diário. Adquirem todos esses hábitos e aprendem ainda a fazer ginástica. Ficam conhecendo os benefícios de uma cadeira de dentista. Aprendem que verde não é só a paisagem, e que se come alface, couve, repolho, cenoura. Recebem alimentação adequada que os deixam mais fortes e saudáveis. E levam todos esses ensinamentos para casa, melhorando as condições sanitárias da região onde moram (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 1053).

Caberia ainda ao Exército a instrução da higiene básica que as populações mais pobres careceriam. Este é o discurso do tomo para a questão. O treinamento militar perpassa pela instrução da higiene pessoal e pela necessidade de comer bem para dar conta do treinamento. Porém, pode-se imaginar que essas questões só se realizam dentro do Exército por este oferecer condições materiais para que tais questões sejam realizadas. A cadeira de dentista, mencionada no texto, não é de acesso ao brasileiro apenas por uma questão de falta de instrução, mas também porque seu acesso a esse tipo de saúde era somente mediante consulta particular. O mesmo pode-se dizer sobre a questão alimentar: o acesso a alimentos saudáveis é tratado como uma questão de conhecimento, desvinculada de questões materiais. Deixam de ser reconhecidos como direitos associados à cidadania e passam a ser apresentados como benefícios promovidos pelo Exército.

Lembremos brevemente que as questões de ginástica são disputas antigas do Exército dentro da sociedade. Castro (2012) nos traz a história do surgimento da educação física no país, sendo esta implementada com a “missão militar francesa” no Brasil⁷⁸. Nas primeiras décadas do século XX, permanecia na mentalidade militar europeia a noção de “nação em armas”, o que significa que as Forças Armadas seriam responsáveis pela defesa e por “uma espécie de “escola da nacionalidade”, já que idealmente recrutariam elementos de todos os setores da população, de todas as origens sociais, dotando-os de um sentimento de unidade nacional (Castro, 2012, pág. 85). Essa noção, que muito bem descreve o tom da *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo*, também nos demonstra que essa mentalidade foi importada dos franceses para o Brasil ainda naquela época. O currículo de educação física seria implementado nas escolas federais civis durante o século XX com a finalidade de preparar minimamente os brasileiros para os desafios do cotidiano dos quartéis, dando-lhes uma saúde física condizente com as demandas do quartel (Castro, 2012). Embora

⁷⁸ A missão militar francesa foi uma expedição de militares franceses no Brasil de 1920 até 1940, com o objetivo de adestrar os militares brasileiros à doutrina militar europeia. A missão envolveu instruções, treinamentos e até materiais bélicos da França. Tratou-se de um “pacote” comprado pelo Brasil para atualizar a tropa terrestre ao que eles entendiam como a mais moderna doutrina de guerra da época.

houvesse uma disputa do mundo civil e dos militares pela disciplina de educação física, foi vitorioso o currículo militar durante a era Vargas, como demonstra Castro (2012)⁷⁹.

Embora a fonte aqui analisada não aborde diretamente a questão analisada por Castro, pode-se perceber resquícios do entendimento de “nação em armas” aplicado na área da educação física e da atividade de ginástica, importadas da França. O Exército Brasileiro, em seus 3 volumes publicados, atribui ao serviço militar obrigatório a função da educação dessas funções básicas de aprendizado. Seria o quartel o responsável emanador desses valores de nacionalidade relacionados às atividades físicas e ao cuidado com a saúde.

Partindo para o subcapítulo *Educação moral e cívica*, aparece o objetivo de instrumentalizar a educação como arma contra o comunismo. A educação moral e cívica parte de dentro do quartel, vindo do treinamento militar, que ensina ao jovem que ingressa no serviço militar inicial os valores de civismo e a importância de ter uma religião e praticá-la (Estado-Maior do Exército, 1972). Para o subcapítulo, os valores espirituais e cívicos reforçam o espírito da nacionalidade que são armas poderosas contra o comunismo e suas ideologias “anárquicas”.

Contribuição do mais alto valor para a continuidade de todo esse esforço, mais de três décadas, em benefício do fortalecimento do caráter do brasileiro para resistir à subversão, foi a que deram os militares que governaram o País em seguida ao impedimento do Presidente Costa e Silva, ao aprovarem, o Decreto n.º 869, de 1969, instituindo a Educação Moral e Cívica em todos os níveis e ramos do ensino. O fato ocorreu depois de larga campanha de que participaram, com destaque, oficiais do Exército. (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 1055).

A educação moral e cívica é um plano da ditadura, segundo o próprio tomo, de reforçar os valores cívicos dentro da sociedade brasileira. Esses valores cívicos elevados ao extremo, o que já foi discutido nesta dissertação, é uma continuação da política de Vargas, instrumentalizada durante a ditadura contra o pensamento comunista. O subcapítulo nos apresenta 2 momentos da história nacional em que se justifica a intervenção militar para a defesa desses valores: a insurreição comunista (1935), quando houve uma reação do Exército ao recriar a Biblioteca do Exército. Outra medida foi o aparecimento da revista *Nação armada* promovendo palestras e conferências cívicas nos quartéis e estabelecimentos de ensino, divulgando temas de história nacional e da geografia, focalizando valores da construção do país (Estado-Maior do Exército, 1872).

⁷⁹ A disputa mencionada refere-se à crítica feita pela Associação Brasileira de Educação (ABE) ao projeto militar de intervenção nas escolas por meio da educação física. Castro (2012) apresenta o projeto paralelo da ABE para a educação física nas escolas. Esse projeto consistia na criação de uma escola de educação física anexada à Universidade do Brasil para preparar civis como instrutores das aulas de educação física nas escolas primárias, secundárias e normais, e tais instrutores seriam selecionados pelo Ministério do Interior, órgão encarregado dos assuntos da educação na época. Os militares, por sua vez, queriam intervir nas escolas e garantir uma Educação Física que melhor atendesse às exigências do Exército, pois estes alunos seriam conscritos do Exército no futuro.

O segundo momento se apresenta durante o governo Jango pré-golpe, diante da “fase subversiva preparatória da “comunização”” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 1055) que o governo teria. Os militares e civis preparam estudos sobre a guerra revolucionária comunista, dentro e fora dos quartéis e em estabelecimentos de ensino do Exército para instruir “aqueles que cumprindo seus deveres profissionais do trabalho quotidiano, não podiam alcançar toda a extensão do perigo que ameaçava a Pátria” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 1055). Essas justificativas mencionadas são os motivos da implementação da educação moral e cívica nas instituições de ensino. Seria como uma medida preventiva contra a proliferação do pensamento comunista dentro da sociedade.

Em toda obra, os conceitos “comunistas”, “marxistas” e “esquerdas” não são bem definidos, há no lugar uma generalização de que esses pensamentos são contra os valores cívicos e nacionais, que não defendem o patrimônio nacional e corrompem o indivíduo e o jovem. No mesmo subcapítulo, temos uma descrição que entende o comunismo como uma “influência nefasta de ideologias malsãs, ateístas, pragmatistas ou neutras no campo moral” (Estado-Maior do Exército, 1872, pág. 1056). O jovem que quisesse seguir os ensinamentos da educação moral e cívica, além de uma proteção contra esse pensamento corruptível do ser, teria o “conhecimento objetivo da realidade nacional, visando a motivá-los para trabalhar pela grandeza do Brasil” (Estado-Maior do Exército, 1872, pág. 1056).

O capítulo *Aspectos políticos da atuação do Exército* é pequeno em comparação a outros títulos. Dedicar-se atenção a 2 dos 3 subcapítulos mais convenientes, uma vez que ambos se complementam.

A começar pelo subcapítulo *Missão constitucional do Exército*, no qual o texto do tomo apresenta seu entendimento sobre o que seria o cumprimento da constituição por parte do Exército:

Há, entre os militares, predominância de alheamento às questões de política interna, embora vinculados a elas por contingências próprias de integrantes de uma instituição armada a serviço da Lei e da Ordem, e da Segurança Nacional. Missões constitucionais de fazer respeitar a soberania do Estado brasileiro, em suas relações com outros Estados e de mantenedores da Constituição seja pela eventual intervenção ativa, seja pela simples ação de presença, as forças armadas desempenham e desempenharão relevante papel na formação e na evolução histórica da nacionalidade. (...) (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 1063).

Esse trecho expressa muito bem o pensamento das Forças Armadas quanto ao seu papel político e constitucional. Baseia-se na constituição de 1967 criada pelos próprios militares, criando o sentimento de “poder moderador” dentro do Exército, o qual interviria pelo bem da segurança nacional, prevista, inclusive, na própria constituição.

Há uma necessidade, como já dito anteriormente, de se criar uma imagem democrática das Forças Armadas. Para além da *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo*, a estrutura política que a ditadura buscava criar era uma espécie de “simulacro de democracia” (Batistella, 2021). O AI-2 foi o ato formulado pelos militares em 1965. Ficou conhecido pela extinção dos partidos políticos e a criação de um sistema bipartidário: “não cairia bem proibir a existência de partidos políticos e nem adotar o modelo de partido único (associado às ditaduras monopartidárias)” (Batistella, 2021, pág. 4). A ditadura então buscou criar um forte partido político de apoio ao regime (ARENA) e um partido mais enfraquecido e dócil de oposição (MDB). Batistella conclui que o bipartidarismo foi “produto artificial do autoritarismo” (2021, pág. 4), no qual havia um teatro cujos atores eram os partidos mencionados. Quem não desempenhasse o papel designado era penalizado pela ditadura, e se o parlamento ultrapassasse os limites impostos pelo regime, era fechado temporariamente.

O subcapítulo *Segurança interna* trabalha um aspecto fundamental da constituição de 1967, a Lei de Segurança Nacional. Caberia ao Exército Brasileiro o compromisso de preservar a Unidade Nacional e os valores espirituais e morais do Brasil (Estado-Maior do Exército, 1972). A Lei de Segurança Nacional é direcionada contra o movimento comunista, ao qual o Exército combatia por “ameaçar” a unidade do país. O tomo entende que existiam duas correntes comunistas em 1972 a serem combatidas: A *linha chinesa*, que defende a luta armada, e a *linha soviética*, que defende a conquista por meios pacíficos através do alcance de postos-chaves “pelo suborno, chantagem, intimidação e até pelas eleições, aproveitando-se das fraquezas das democracias desprevenidas ou vacilantes” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 1065).

Não basta aos países democratas propalarem ao mundo essa condição. Devem fomentar a democracia e fortalecer espiritual, moral e materialmente sua população para resistir à ideologia comunista. E qualquer democracia para sobreviver tem que se defender dos extremismos. Democracia não é sinônimo de Anarquia e sim de Responsabilidade. Daí decorre a missão precípua da segurança interna (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 1065).

Lembremos do contexto político da época, a guerra fria no século XX colocou os EUA no posto de liderança do bloco capitalista. O discurso desse bloco perpassa por uma defesa em abstrato dos sentidos de liberdade e democracia em oposição ao autoritarismo e ditadura atribuídos ao socialismo. Não cabe nesta dissertação um debate mais aprofundado desses conceitos, porém, o discurso da *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo* segue o plano de alinhamento ideológico capitalista e, conseqüentemente, os mesmos ideais estadunidenses. Além do mais, como já foi debatido, houve apoio estadunidense aos golpes militares na América Latina, treinamento dos

militares latino-americanos pelos mesmos e, para continuarem recebendo apoio norte americano, era necessário demonstrar o combate interno ao comunismo.

Apesar desse financiamento norte americano na América Latina pela caça aos comunistas, já existia dentro das Forças Armadas brasileiras um sentimento anticomunista antes do golpe, como ficou demonstrado pela perseguição gradual aos comunistas a partir de 1935 dentro das Forças Armadas (Pimentel, 2011, pág. 9). Porém essa perseguição demonstra que existia uma certa influência do pensamento marxista dentro das fileiras militares. Mesmo sendo raros os exemplos de militares adeptos do pensamento socialista, “sempre houve a presença de militares de esquerda na história do Brasil, principalmente no período republicano” (Pimentel, 2011 pág. 8).

Partindo para o capítulo que trata da atuação das Forças Armadas em seu tempo presente (1972), o capítulo *Atuação do Exército Brasileiro no campo da economia* destaca o papel da força terrestre no desenvolvimento de tecnologias. Destaco o subcapítulo *O advento dos Mísseis*. Antes de entrar nesse assunto, a narrativa traz um breve histórico da indústria nacional até o advento do desenvolvimento de tecnologias na área de comunicações, sendo esta entendida como uma das mais poderosas e dinâmicas ferramentas de integração nacional (Estado-Maior do Exército, 1972). O tomo, neste subcapítulo, traz o desenvolvimento de um foguete (R-108) pela Comissão Central de Mísseis, criada em 1961 (Estado-Maior do Exército, 1972).

Os êxitos vieram: 31 de agosto de 1965, surgiu o foguete de duplo estágio e o foguete R-108, cujas experiências foram realizadas no Forte Copacabana. Abrilhou-se, naquela mesma ocasião, a Parada do Dia da Pátria, com o desfile público de um novo tipo de viatura militar, protótipo do Instituto Militar de Engenharia. Aquelas armas, em emocionante cortejo, sobre viaturas lançadoras de foguetes, deslizavam pela Avenida Presidente Vargas, em plena cidade do Rio de Janeiro, diante de imensa assistência (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 1070).

Retornemos novamente ao contexto histórico. A corrida espacial entre os EUA e a URSS fez com que as tecnologias de mísseis balísticos se desenvolvessem muito rapidamente. Os foguetes projetados para enviar satélites ou seres vivos ao espaço não eram apenas uma demonstração de capacidade tecnológica, mas também de capacidade de alcance intercontinental desses equipamentos. O peso da carga que os foguetes pudessem levar poderia também ser convertido em ogivas nucleares.

Embora o Brasil neste momento não apresentasse uma indústria militar à altura das grandes potências industriais, a *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo* coloca o Exército na disputa pela corrida da tecnologia de foguetes. O foguete mencionado, R-108, não necessariamente objetivava a corrida espacial. Seu projeto, como diz o tomo, tinha como objetivo a atualização do país no emprego desse novo tipo de arma. É sobre a segurança do território nacional

que o emprego desta arma se justifica pelo subcapítulo. Além do mais, trata-se, segundo o tomo, de um projeto nacional.

Por fim, no capítulo *Na política nacional de transportes e problemas correlatos*, destaca-se o subcapítulo *Participação no Plano Rodoviário Nacional*. É neste subcapítulo que a obra da rodovia transamazônica (um dos projetos promovidos pelo “milagre econômico”) é mencionada brevemente, comparando-a com as atividades dos bandeirantes, e tornando um “bandeirante moderno” o próprio marechal Rondon.

A nossa população, por exemplo, ainda está, maioria, concentrada na faixa litorânea, sem se beneficiar dos imensos recursos que, indiscutivelmente, possuímos no interior, de origens vegetais e mineral. A transformação destes recursos em riquezas é tarefa exaustiva a realizar em imensas e vastas regiões que já foram consideradas impenetráveis e de habitação difícil.

São conhecidas as penetrações dos bandeirantes e mais recentemente a atividade transcendente do maior bandeirante do século XX, marechal Rondon (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 1081).

Além da preocupação do escoamento dos recursos para do interior do país – o que se relacionava ao projeto de integração nacional dos militares - a transamazônica visava diminuir o desequilíbrio entre as regiões geoeconômicas, facilitando a circulação de pessoas e produtos dentro do território nacional. A infraestrutura das rodovias e ferrovias seria para o desenvolvimento comercial dessas regiões isoladas. A falta de integração nacional e o isolamento de regiões fariam com que o Brasil fosse, “um arquipélago de estados” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 1079).

Desses capítulos mencionados, conclui-se que os militares se apresentam com uma preocupação em dar respostas à sociedade para problemas que marcavam o país como a migração e as desigualdades sociais no acesso à saúde e alimentação – problemas acentuados pelo próprio milagre econômico com a sua concentração de renda e industrialização concentrada no Sudeste. Os militares se preocupavam em demonstrar as ações que promoviam no plano econômico do país, além de exaltarem um ar de legalidade democrática que existira no país. As obras de infraestrutura e as tecnologias militares desenvolvidas por indústrias bélicas representariam também soluções daquele tempo presente e indicariam que o país estava inserido internacionalmente e preparado para os desafios que se colocavam naqueles anos. Os mísseis e tecnologias de foguetes remetem ao contexto da guerra fria, da necessidade de a ditadura de estar a par das tecnologias aeroespaciais. Ao mesmo tempo, a educação moral e cívica serviria como uma prevenção da ameaça comunista dentro do país, seguindo o plano da segurança nacional, prevista na constituição de 1967. Esses capítulos da *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo* respondem às questões de seu tempo, como o suposto compromisso com a democracia, o combate ao racismo, a saúde pública, os fluxos migratórios, a ameaça comunista e a tão necessária indústria nacional e

infraestrutura. É por meio do Exército que os tomos dizem que tais virtudes e soluções existiriam na nação brasileira. Busca-se na história esses vestígios e o tempo presente os comprovariam.

O TEXTO: O MITO DA ORIGEM NA HISTÓRIA DO EXÉRCITO. A GÊNESE NO SESQUICENTENÁRIO E O REFLEXO DA DEMOCRACIA RACIAL NO PASSADO DA NAÇÃO

Para iniciar, retomamos a discussão a respeito de Guararapes para o Exército Brasileiro e, a partir disso, entenderemos o que esse evento histórico representou para a força terrestre no ano de 1972. Porém, para tal, é importante compreendermos como o texto se refere ao processo de colonização.

O “início” da história consiste em uma descrição da administração militar portuguesa e o modo de guerra indígena. Brevemente, a arte da guerra indígena é apresentada no capítulo *1 Primeiros habitantes da terra recém-descoberta*. Como o principal foco do capítulo é a guerra entre os indígenas, os subcapítulos *Arte Guerreira, Cautela, surpresa e violência nos combates e Índios famosos*, dão especial atenção no físico dos indígenas, nos motivos de se fazer a guerra e como se davam esses combates antes do período colonial. É importante notarmos que o livro 1 enfatiza que a guerra entre os indígenas não era causada para conquista do território, “porque estas sobravam para todos. Não pretendiam tampouco enriquecer com os despojos dos vencidos ou provocar o resgate de prisioneiros. Eram, na realidade, impelidos pelo propósito de vingar pais e amigos presos e devorados no passado pelo inimigo (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 7). A descrição evoca um estado permanente de guerra, característica cultural de alguns povos indígenas do território que viria a ser o Brasil. As “qualidades” do guerreiro indígena são exaltadas neste pequeno capítulo, pois será elemento muito importante para enfatizar a união das 3 raças mais à frente⁸⁰.

Os portugueses muito aprenderam da arte da guerra com os índios e também utilizaram sua capacidade guerreira nas lutas que tiveram de sustentar contra os europeus, na manutenção da colônia. Serviram-se dos seus recursos industriais, conhecimentos da natureza, alimentação, medicina e higiene, para melhor poderem vencer seus habitantes e o próprio meio ambiente. (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 12).

⁸⁰ É necessário explicar um detalhe importante: a obra, ao abordar as nações indígenas, é pouco precisa. A tendência do discurso é homogeneizar os povos indígenas que vivem durante o período. Porém, os indígenas são mencionados por suas respectivas etnias em subcapítulos que exploram as expedições dos bandeirantes.

Mancuso, ao analisar a narrativa desse trecho, busca nas análises de Castro pistas para entender esta mitologia. Observa que aqui existe um objetivo: a união das 3 raças (branco, negro e indígena). Seria dessa união que surgiria o povo brasileiro, mas, além disso, essas 3 raças também dariam origem ao Exército Brasileiro na batalha de Guararapes (Mancuso, 2007). Contudo, dentro da mitologia a respeito de Guararapes, a parcela negra da população fica reduzida a Henrique Dias e seu terço de homens pretos. Não existe um aprofundamento a respeito dos negros na colônia, semelhante ao dos indígenas no primeiro capítulo, provavelmente, devido à escravidão nos engenhos de açúcar e a conseqüente formação dos quilombos. Esse silenciamento pode ter sido necessário para não apresentar contradições dentro da memória, já que os tomos iriam utilizar a figura do bandeirante como uma figura heroica em seus capítulos na abordagem do período colonial. A abordagem do negro e do indígena no passado do país seguem também, como dito anteriormente, o preceito da democracia racial. Eles são personagens históricos que, invocados na memória, aparecem em momentos convenientes para doar aos portugueses e posteriormente à nação brasileira seus atributos. Porém, o livro também relata o extermínio desses dois povos em consequência das campanhas dos bandeirantes, com as bandeiras destinadas a escravizar indígenas ou destruindo o Quilombo dos Palmares.⁸¹ Essas questões não são discutidas dentro da obra, na verdade são reduzidas. Os momentos em que se menciona a contribuição do negro para a formação da nação brasileira estão localizados na discussão da escravidão durante o segundo reinado.

O papel do negro é debatido mais profundamente no capítulo *Vozes africanas no Brasil*, capítulo dedicado a problematizar a escravidão.

Eis o quadro da escravidão do Brasil. Ressalte-se que a bondade, a tolerância e o espírito paternalista da maioria dos lares brasileiros e dos portugueses aqui residentes, amenizavam muito o viver dos cativos. Mas que estes não se descuidassem dos seus deveres, nem se revoltassem contra as ordens dos senhores. O açoite zurzia nas carnes cansadas e, certos casos, de acordo com o grau de insensibilidade ou crueldade do senhor, morte (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 668).

O livro contextualiza - com um viés bem negativo - o tráfico de escravizados e as condições com que estes sofriam no período do século XIX. Cita exemplos de anúncios no *Jornal do Comércio* de venda de escravizados e inclusive parece justificar a demora das Forças Armadas em se somar à causa abolicionista, justificando que as ocupações das forças terrestres de manter a integridade territorial e a Guerra do Paraguai no século XIX os impediam de participar de maneira

⁸¹ Esses dois fatos mencionados aparecem no documento no capítulo *Aspectos militares das entradas ou bandeiras*. Neste capítulo, o bandeirante é uma figura heroica. Trava batalhas contra as reduções jesuíticas, contra os indígenas e o Quilombo dos Palmares é destruído. Trata-se de um capítulo que entende o bandeirante como contribuinte para a formação da força terrestre brasileira. Tanto os povos indígenas quanto o quilombo dos palmares não são descritos com uma apresentação prévia e em detalhes, pois a figura central do capítulo são os bandeirantes. Os povos indígenas e os quilombos são apenas os alvos dos bandeirantes neste capítulo.

mais intensa dessa luta, atribuindo, inclusive, aos britânicos, a voz mais ativa contra esse mal. (Estado-Maior do Exército, 1972).

Além disso, a aproximação do Exército com as questões abolicionistas é feita através de 3 principais características. Uma delas foi a guerra contra o Paraguai:

Pode-se alinhar entre as consequências da guerra da Tríplice Aliança, a decisiva contribuição para a emancipação dos escravos no Brasil. Além da motivação apontada, havia, na tropa brasileira em campanha, a presença de inúmeros negros alforriados, combatendo, ombro a ombro com a elite do exército. Isso proporcionaria aos oficiais inúmeros ensinamentos. Deu-lhes a oportunidade de se inteirar a melhor conhecer os problemas, as dificuldades e as injustiças contra os negros. Estes homens lutavam tão bravamente quanto os soldados recrutados, os guardas-nacionais e os voluntários da pátria que correram, pressurosos, a se alistarem nos quartéis, às primeiras notícias dos ataques das forças de López (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 669).

A segunda teria sido a atitude do tenente coronel Sena Madureira ao receber Francisco do Nascimento⁸² no quartel do Rio de Janeiro como um símbolo de aprovação aos ideais abolicionistas.⁸³

A terceira está apresentada no texto sobre a *lei Áurea*, com uma carta de Deodoro da Fonseca se dirigindo à princesa Isabel sobre a "fidelidade do Exército à casa real" e com uma súplica para não esmagar uma coluna de escravizados fugidos⁸⁴.

Por fim, temos que Berkowicz nos apresenta em seu artigo sobre a biblioteca do Exército editora: uma vez que o projeto conservador vence no interior do Exército, uma nova política dentro das próprias Forças Armadas começa a ser implementada. Um relatório do ministro Góes Monteiro, de 1940, estabelecia algumas exigências para o ingresso de novos alunos em escolas militares: Pessoas negras, judias, com pais divorciados ou não casados devidamente como cumpre a lei, ou com pais cujo pensamento político não agradasse o regime não seriam aceitos na escola preparatória de cadetes (Berkowicz, 2011, pág. 6). Esse projeto conservador que visa ser o representante da nação brasileira, na verdade idealiza o que é a nação brasileira, silenciando na memória os conflitos que quebram o que se projetou.

⁸² Francisco Nascimento foi líder jangadeiro abolicionista que teria sabotado e dificultado ao máximo o transporte de escravos em jangadas.

⁸³ O tenente coronel Antônio de Sena Madureira foi um veterano da guerra do Paraguai. É lembrado por ser um apoiador da causa abolicionista e por suas críticas ao sistema escravista mantido pela monarquia. A recepção de Francisco do Nascimento no quartel do Rio de Janeiro está contextualizada nas disputas políticas entre o governo e os militares. O governo brasileiro teria vetado o uso da imprensa por militares para criticar as instituições governamentais, e a resposta de Madureira para isso teria sido a recepção deste abolicionista no quartel.

⁸⁴ O contexto dessa fuga e a súplica de Deodoro estão relacionadas na *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo* à fuga de escravizados de 1887 das lavouras de café em São Paulo. O exército, representado na carta de Deodoro, foi contra seu emprego para a captura destes.

Para concluir esse debate da presença do negro na obra, ele aparece no período colonial, como já dito anteriormente, representado pela fibra de Henrique Dias. Esta figura histórica é mencionada pela primeira vez no subcapítulo *Feito épico*, pertencente ao capítulo *Guerra holandesa - 3º período - Governo de Maurício de Nassau*, o qual descreve suas ações que prejudicaram os planos de Nassau⁸⁵.

Voltando para os capítulos que abordam a questão colonial, o capítulo 2 *Organização militar portuguesa no século XV* trabalha com as estruturas militares do período renascentista português. Este capítulo apresenta uma evolução na organização militar portuguesa, que de uma infantaria armada de bestas⁸⁶ apoiadas por uma cavalaria, entre 1415 e 1498, passaria, em 1508, a adotar a organização militar espanhola de *tercios*⁸⁷ (Estado-Maior do Exército, 1972). Para além da força terrestre, há uma descrição da força naval portuguesa, que foi melhorada por D. João II, príncipe de Portugal. Seria ele o responsável por artilhar as novas caravelas lusitanas, com canhões de grande calibre (Estado-Maior do Exército, 1972).

O capítulo também aborda, no subcapítulo *Operações anfíbias*⁸⁸, que os soldados que embarcavam nas caravelas e naves portuguesas detinham conhecimento tanto para o combate terrestre quanto no mar. “Não existia separação nítida entre combatentes de terra e combatentes do mar. Muito pelo contrário, aqueles que se engajaram para as grandes e perigosas aventuras de além-mar o faziam segundo suas especialidades e aptidões, num corpo capaz de enfrentar o inimigo tanto nos oceanos quanto nos continentes” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 17). Foram esses conceitos militares que os colonizadores portugueses, segundo o tomo, trouxeram ao Brasil durante o processo de colonização. Seriam essas artes militares distintas que se encontrariam no novo mundo. Mancuso dedica uma atenção especial aos aspectos anfíbios trazidos pela força colonial portuguesa:

⁸⁵ O feito épico mencionado no subcapítulo de mesmo nome consiste no desembarque de tropas luso-brasileiras liderados por Luiz Barbalho na retaguarda das posições holandesas, ao norte de Salvador. Por 4 meses, a coluna militar, ao qual Henrique Dias também participava, marchou em direção ao sul até chegar em Salvador, combatendo tropas holandesas pelo caminho e recrutando pessoas para a coluna.

⁸⁶ As bestas são armas de disparos que consistem em um arco de flecha adaptado a uma das extremidades de uma haste e acionado por um gatilho, o qual projeta dardos (pequenas flechas). As bestas se tornaram populares na Europa durante a idade média por não exigir especializado treinamento para o manuseio da mesma, diferente do arco e flecha. Embora mais conhecida pelo seu uso na Europa, sua origem é na China no século VI A.C. e possui diversos tamanhos (sendo portáteis de uso pessoal ou como máquinas de cerco) (Costa, 2015).

⁸⁷ Os *tercios* são unidades militares do império espanhol do período renascentista. São compostos por armas combinadas, isto é, o implemento de múltiplas armas no campo de batalha. Consiste em uma formação que envolve um quadrado de infantarias armadas com piques (lanças de até 5 ou 7 metros) com as laterais - ou mangas - protegidas por arcabuzeiros (infantarias armadas com as primeiras armas de fogo que chegaram à Europa). Usava-se também uma cavalaria, porém, diferente do emprego desta arma na idade média, ela foi relegada ao papel de apoio, uma vez que nessa organização predominava o papel da infantaria no campo. Também eram protegidas por unidades de artilharias.

⁸⁸ O capítulo mencionado é estruturado pelos seguintes subcapítulos: *Libro de las Siete Partidas*, *Regimento dos Coudéis*, *Força marítima*, *operações anfíbias* e *Franceses na arte da guerra no ultramar*.

Dessa forma, não havia uma distinção muito clara, em primeiro lugar, entre os empreendimentos de colonização e os militares, seja de conquista ou defesa, não havendo gente destinada à tarefa militar e gente destinada à colonização, pois estes eram dois aspectos do mesmo projeto. (Mancuso, 2007, pág. 43).

Para além das artes militares, Mancuso chama a atenção para um detalhe importante: as operações anfíbias descritas pelo documento estão inseridas no contexto de comércio muito lucrativo dos europeus com o oriente. A organização militar nesse contexto vai se desenvolver e se misturar com os objetivos comerciais. São esses os elementos lusitanos que desembarcam no Brasil.

A partir do capítulo 3 *Portugueses ocupam, administram e defendem a nova possessão*⁸⁹ aumenta o tamanho dos capítulos e conseqüentemente as informações e são apresentados os aspectos militares do processo de ocupação e da administração da colônia. Destaca-se a necessidade de criar organização militares com ênfase no alistamento militar obrigatório. Mancuso analisa essa parte do discurso histórico. O objetivo nesse momento é de apresentar a organização colonial como uma administração também militar devido à necessidade de proteger as posses coloniais portuguesas (Mancuso, 2007).

Para ampliar o panorama geral do contexto invocado, podemos dialogar com os trabalhos de Mancuso com Sodré a respeito dessa primeira fase colonial. O autor nos demonstra que a burguesia portuguesa que se alia à coroa lusitana - processo⁹⁰ que é mais acelerado do que em monarquias vizinhas- é uma burguesia especializada no processo de comercialização de produtos, mas que não se especializa na produção de algo. “Para essa gigantesca empresa comercial, não se tratava de produzir - ela jamais se ocupou da produção - mas de trocar, tão somente de trocar. E os seus lucros, conseqüentemente, eram apenas aqueles obtidos na troca” (Sodré, 2010, pág. 22). Isso vai se apresentar como uma grande dificuldade no processo de colonização da nova terra empossada, uma vez que, para a colonização necessitava-se ocupar a nova terra e, para ocupar, necessitava-se produzir (Sodré, 2010). O que se produzia pelos povos indígenas não era cogitado pela empresa mercantil portuguesa, primeiro porque a produção era para seu próprio consumo, e segundo, que o

⁸⁹ Os subcapítulos são: *Terra de portugueses, riquezas de flibusteiros. Despertar da Metrópole, Primeira fixação do colonizador, Nau chamada Pellerine, Capitánias, primeira organização militar terrestre. Primeiros tempos das capitánias, A primeira organização militar em São Vicente, Aspectos da colônia em 1548. Tomé de Souza, primeiro Comandante de Tropas. Ação de Tomé de Souza, Aspectos militares do governo de Duarte da Costa, Franceses na Guanabara, Mem de Sá no Governo-Geral, Guanabara livre de franceses, Atuação de Estácio de Sá, Nova divisão administrativa, Bases da organização do Exército permanente e, por fim, Amplia-se o comando militar.*

⁹⁰De maneira geral e simplificada, a Europa medieval, especialmente em sua região ocidental (França, Inglaterra, Portugal, Espanha e Itália), não possuía instituições estatais que unificaram a língua, moeda, leis, características básicas de um estado nacional. Esse processo de consolidação do estado moderno, agente integrador do território (antes composto por feudos da nobreza), vai acontecer de maneira lenta e gradual a partir do século XV e de diferentes formas pelos reinos europeus. Portugal, ao consolidar-se como um reino independente da Espanha, adquire um rápido processo de consolidação de seu estado nacional devido às suas particularidades políticas e geográficas, entre elas o seu acesso ao oceano, suas batalhas contra os Mouros ao sul da Península Ibérica e à forte influência do catolicismo na política e cultura do Reino.

que se produzia não era do interesse do mercado consumidor europeu (Sodré, 2010). A escolha do açúcar, segundo Sodré, recaí nas características territoriais e históricas daquele momento que se encaixavam com essa especiaria. “Não se podia produzir qualquer coisa, mas sim produzir um gênero que a terra, largamente disponível, estivesse em condições de fornecer, pelas suas exigências ecológicas; que fosse tradicionalmente aceito no mercado consumidor europeu (...) (Sodré, 2010, pág. 25). Por fim, Mancuso (2007) demonstra que a *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo* confere às capitânicas hereditárias uma característica militar, devido à necessidade de proteger a produção de açúcar de possíveis investidas inimigas. Os tomos entendem que a primeira organização militar teria surgido em São Vicente em 9 de julho de 1542 (Termo da Câmara de São Vicente) por 2 aspectos: “O início do serviço militar obrigatório e a primeira sistematização de defesa da terra” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 32).

Esse argumento que o tomo apresenta de conferir características militares às capitânicas advém do subcapítulo *Capitânicas, primeira organização militar terrestre*, o qual demonstra as funções militares que o donatário, em caso de guerra, deveria exercer na defesa da propriedade e da produção.

O donatário era um locotenente do rei e os filhos da terra, os escravos e os agregados, em caso de guerra, ficavam obrigados a servir sob seu comando. As autoridades do reino forneciam-lhe armas, munições e até mesmo alguns oficiais de linha, aos quais incumbia armar, instruir e comandar as forças que organizassem. Cabia ao donatário empregá-las, tanto na manutenção da ordem interna como na defesa contra as agressões externas (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 25).

Sendo assim, o Termo da Câmara de São Vicente seria importante devido ao seu cunho sistematizante da defesa militar, uma vez que as próprias capitânicas seriam, devido à maneira em que elas foram organizadas, uma organização militar. Porém, ao trazermos Sodré para essa questão, entendemos que as capitânicas, embora realmente tivessem seus aspectos militares, não possuíam tamanha importância militar de primeiro momento. A coroa portuguesa vai dar liberdade ao produtor (colono) na área da produção, onde a metrópole não interferirá, mas na área de circulação do produto, o monopólio seria conferido à metrópole, atividade que mais conferia renda (Sodré, 2010). Como a Coroa não interferia na produção, foram conferidos ao donatário amplos poderes políticos dentro das capitânicas, fazendo assim o ente privado exercer o papel particular do estado (Sodré, 2010). “O senhor de Terras será, conseqüentemente, autoridade pública” (Sodré, 2010, pág. 26). A segurança naval seria o espaço de circulação monopolizada pela metrópole, sendo assim, seria conferida a ela a responsabilidade de proteger as embarcações “contra as investidas oceânicas de larga escala” (Sodré 2010, pág. 26), enquanto as capitânicas, segundo o mesmo autor, seriam responsáveis pela defesa em menor escala da segurança terrestre de seus empreendimentos.

O século XVI é bastante rico em desafios para os colonizadores, de acordo com o tomo. As capitanias hereditárias não foram um sucesso e o próprio capítulo reconhece. Segundo os tomos, a respeito dos Capitães Donatários, “Nenhum deles foi feliz. Gastaram toda a fortuna e chegaram alguns a morrer na mais horrível penúria, deixando a família na Miséria (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 32). A implementação do governo geral e seus respectivos governantes tiveram de enfrentar os piratas e indígenas que estavam “na rota dos colonizadores” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 55).

O indígena é apresentado como um importante contribuinte à cultura nacional e ao próprio Exército, porém são os valores militares lusitanos que mais conferem importância devido à necessidade de proteger as produções de açúcar contra as investidas dos franceses, corsários e até outros indígenas hostis nessa primeira fase de ocupação das terras coloniais. Os tomos ainda não falam de um sentimento nativista e nem de pertencimento à terra, porém estão preparando o terreno para o momento da batalha de Guararapes, fato essencial para o Exército e a nação brasileira. O maior exemplo disso é a leitura sobre o Termo da Câmara de São Vicente, em que o mesmo enfatiza o alistamento militar obrigatório. Essa característica está de acordo com o conceito de “nação em armas⁹¹” que os tomos adotam. O volume 1 também não menciona, nesse primeiro momento, a contribuição dos negros para a formação da nação brasileira.

A partir do Século XVII,⁹² a *História do Exército Brasileiro: Perfil Militar de um povo*, continua com as séries de ataques tanto europeus quanto indígenas ao projeto colonizador português. Mancuso percebe que existe um movimento dentro da estrutura do texto.

A história das organizações militares dispostas na colônia no início do século XVII é narrada de maneira linear, numa perspectiva que destaca como característica dos primeiros anos a movimentação na faixa litorânea, muito embora, ao mesmo tempo, já tivessem início as primeiras movimentações rumo ao interior do território. Esse período será retomado somente após a descrição das invasões estrangeiras no litoral brasileiro, num movimento que indica que, para tomar consciência do espaço territorial e da importância de sua integração e unidade, foi preciso lutar primeiro contra o invasor estrangeiro antes de lidar com as questões internas. Assim, a construção do Exército como o povo em armas se deu pela união de seu povo na luta contra o invasor, um “outro” que não brasileiro. (Mancuso, 2007, pág. 45).

⁹¹ O termo Nação em Armas surge inicialmente na França revolucionária, porém, aplica-se em diferentes momentos da história do País e até fora dele, como na Prússia. Resumidamente, o conceito tem 3 significados distintos, sendo eles: Primeiramente se associando à revolução; secundamente representando um verdadeiro Exército de cidadãos; terceiramente refere-se à capacidade de um estado nacional de recrutar soldados sem abrir mão de um Exército profissional (Chaby, 1991).

⁹² Os capítulos que tratam das batalhas na defesa da propriedade do latifúndio são: *Portugueses ocupam, administram e defendem a nova possessão; Conquista da Paraíba; Mais piratas e índios na rota dos colonizadores; capitania de ilhéus, capitania do Espírito Santo; Pirataria e heroísmo no recôncavo; Pernambuco e Rio Grande do Norte; Capitania de Porto Seguro; Reconhecimento e ocupação do Ceará; Franceses no Maranhão; Ocupação e defesa do Pará; O Brasil militar na segunda década do século XVII.*

Mancuso percebe que, nesse momento, especialmente entre o final do Século XVI e início do Século XVII, há o surgimento da miscigenação no território colonial, embora de fato não possa ainda ser chamada de brasileiro. Mancuso entende que se desenvolve um sentido da organização colonial a fim de defender a existência de um povo que, embora ainda não seja brasileiro, está miscigenado. E por tal miscigenação haveria um sentimento de amor pela terra, que mais adiante transformar-se-ia em sentimento nativista (Mancuso, 2007).

Werneck Sodré discorre a respeito da organização militar no período colonial. O autor demonstra que a separação das funções de segurança de patrulhar os mares e proteger o transporte naval de ameaças de grande envergadura perde o sentido com o passar dos anos e todo esforço militar ficará encarregado na própria empresa colonial (Sodré, 2010). Esta, que inicialmente seria responsável por lidar com as investidas inimigas de menor envergadura (corsários e indígenas), desenvolverá 3 tipos de organização na força terrestre: as regulares (vindas da metrópole como as que acompanhavam os governadores gerais), a semirregular (do tipo de Ordenanças⁹³) e as irregulares, organizações feitas a partir dos próprios moradores à margem da vontade de seus governantes para atender uma necessidade de defesa (Sodré, 2010). Semelhante ao que os Tomos apresentam, Sodré enfatiza o caráter militar dessas empresas colonizadoras. Conclui (pág. 33) que se tratavam de empresas militares inequívocas. “Os particulares estavam, dessa forma, sujeitos às eventualidades da luta armada e não apenas por força da legislação vigente, mas por força de suas próprias necessidades”. Além do mais, as estruturas do engenho deveriam ser instaladas na foz dos rios, o que se somava aos perigos dos ataques indígenas e de corsários, (Sodré, 2010). “Não é de surpreender, assim, que a organização mais ampla e mais estável tenha sido a das Ordenanças, em que os povoadores eram postos em armas e agremiados para o combate em conjunto” (Sodré, 2010, pág. 34). A função principal da posse do território, da expulsão dos indígenas e sua captura para o trabalho escravo nas lavouras dariam um aspecto de fortaleza a esses empreendimentos e à dinâmica social, assemelhando-se às sociedades medievais.

E as povoações parecem burgos medievais, com os seus muros, valos, cercados e fortificações. E os povoadores se organizam em bandos armados, como no medievalismo, com o senhor de terras à frente: “Organizando-se no meio da selvageria, o domínio defende-se a si mesmo. Assediado por todos os lados, é forçado a constituir-se militarmente. Forma, então, dentro dos seus muros, um pequeno exército permanente - pronto, ágil, mobilíssimo, talhado à feição do inimigo.” (Sodré, 2010, pág. 34).

Das tropas das ordenanças, o principal ponto a se destacar são suas características: na maioria das vezes, segundo o autor, são compostas por indígenas que são apoiados por poucos

⁹³ As semirregulares, de acordo com Sodré, são tropas que eram regularizadas do ponto de vista de que eram institucionalizadas pela legislação, mas que eram irregulares por não se tratar de soldados profissionais, mas de moradores locais que eram convocados para defender a região quando necessária.

colonos que aprendem com eles as técnicas específicas de combate no terreno, as técnicas dos indígenas hostis e o conhecimento da terra (Sodré, 2010).

São, também muitas vezes, índios contra índios, dilacerando-se e destruindo-se em benefício dos dominadores portugueses. E os senhores de terras não se distinguem apenas pela extensão de suas posses e pelo número de seus escravos, mas também, particularmente em São Paulo de Piratininga, pelo vulto de seus bandos guerreiros: “Então, a importância social dos grandes senhores é dada pelo número de homens de que eles podem dispor, isto é, pelo número de “arcos”, como se diz (Sodré, 2010, pág. 35).

É através dessa organização militar que as ordenanças vão se desenvolver ao longo dos anos e que as empresas coloniais vão conseguir se estabelecer. Além de assegurar o empreendimento empresarial colonial, essas ordenanças vão gerar uma estrutura militar característica da colônia. Embora a *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo* aponte também para essa estrutura militar característica da colônia, que dará origem à guerra brasílica⁹⁴, o documento consiste em explicar esse período histórico como a gênese das condições de surgimento do sentimento nativista e, conforme aponta Mancuso, o surgimento do próprio Exército, e também como a origem da mistura das 3 raças (embora, ainda nessa altura, a contribuição do negro não seja apresentada). Sodré descreve as características militares da colônia a fim de explicar o sistema de exploração econômica promovida pela metrópole. Conclui o autor que a organização militar espelha de alto a baixo a forma de exploração aqui estabelecida e a posição relativa das classes (Sodré, 2010, pág. 35). A partir da produção do latifúndio, seria necessário protegê-lo das investidas piratas e dos ataques indígenas por maneira mais eficiente, as tropas semirregulares. Segundo Sodré, a defesa dessa propriedade privada seria comandada pela própria empresa colonial e expandida com o apoio dessa força terrestre.

Uma das principais diferenças entre os estudos de Sodré e a obra do sesquicentenário é a maneira que ambas as análises tratam os termos das primeiras organizações militares. Sodré dá atenção, como a maioria dos historiadores, ao primeiro termo que regulamenta a administração militar, a carta de 17 de dezembro de 1548 destinada a Tomé de Souza. O autor entende como “não apenas uma carta política de extraordinária importância, mas também uma diretriz militar” (Sodré, 2010, pág. 27). Para ele, essa carta amplia as legislações militares que conferiam aos donatários títulos de capitães já inicialmente pré-estabelecidos no acordo colonial. Além do mais, Sodré analisa a história militar do país pela perspectiva do materialismo histórico-dialético, uma visão marxista aplicada à história militar que abre um panorama sobre a estrutura militar montada nesse

⁹⁴ A guerra brasílica é uma estratégia militar colonial luso-brasileira desenvolvida durante o contexto das invasões holandesas. Consiste em táticas de guerrilha para desgastar as tropas invasoras, uma vez que não havia disposição de equipamento e nem de braços para fazer frente ao Exército holandês.

primeiro momento da história da colônia; essa visão enfatiza a defesa da propriedade privada e sua expansão territorial escravizando os indígenas no processo.

A História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo consiste em entender que as empresas coloniais em suas estruturas militares vão formar a alma do Exército e da nação brasileira por meio da mestiçagem, conforme Mancuso demonstra. Esse movimento está dentro do conceito de nação em armas, já abordado, e privilegia o “Termo da Câmara de São Vicente” de 1542 pela característica do alistamento obrigatório, tendo em vista recrutar um Exército profissional no meio das massas. É a maneira de legitimar-se no presente enxergando uma suposta construção no passado.

Nesse processo colonial inicial, segundo o tomo, estariam a base da mestiçagem e do amor à terra, o que teria motivado o colono a defender a colônia. Em seguida aparece o assunto que vai tomar os próximos capítulos da obra do sesquicentenário, as invasões holandesas. Mancuso chama a atenção para a estrutura do tema e a construção da narrativa a respeito da população luso-brasileira como “gente da terra”.

Outra característica observada até este momento e essencial para compreendermos a continuação da narrativa foi sua preocupação em formar uma imagem da “gente da terra” e das condições políticas e sociais trazidas com a colonização. Isso é fator fundamental, pois baseada nas características dessa gente que formou o Brasil o Exército começa a estabelecer a sua própria imagem. Com a consolidação dessa imagem começa a se desenhar uma imagem “dos outros” a quem o Exército irá se contrapor (Mancuso, 2007, pág. 48).

Ainda segundo Mancuso, é construído a partir dessa narrativa uma dicotomia entre a população colonial e o invasor estrangeiro. O holandês é apresentado como o subjulgador da gente da terra, o oposto do mesmo, o cruel dominador. Enquanto a gente da terra representa o bem, já bem construída enquanto povo solidário e miscigenado nos outros capítulos, a gente da terra vai fortalecer seus laços de amor à terra ao defendê-la da invasão (Mancuso, 2007). Outra característica que o tomo apela é para a moral, pois as questões de fé também são postas em dicotomia. Os holandeses são apresentados enquanto estrangeiros calvinistas ávidos pelo lucro, enquanto os luso-brasileiros são representados pela fé católica, disseminada pelas metrópoles portuguesas e espanholas.

O capítulo que inicia essa discussão é a *Guerra holandesa - As causas*⁹⁵. Nesse momento existe uma contextualização histórica a respeito da união ibérica. Após a morte do Cardeal D. Henrique, rei de Portugal, em 1580, Felipe II, rei da Espanha, ascendeu ao trono Português

⁹⁵ Os capítulos que compõem o tema, são: *Guerra holandesa - As causas*; *Guerra holandesa - 1º período - A invasão da Bahia*; *Guerra Holandesa - 2º período - Invasão de Pernambuco*; *Guerra holandesa - 3º período - Governo de Maurício de Nassau*; *Guerra holandesa - 4º Período - Insurreição e restauração pernambucana*.

(Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 101). A união ibérica traz para Portugal, agora incorporado ao poderoso império espanhol, os inimigos da Espanha. A Holanda, anteriormente dominada pela Espanha, conquista sua independência na guerra dos Flandres e, em 1602, a Companhia das Índias Orientais é fundada no país recém independente (Estado-Maior do Exército, 1972). A partir dessa empresa colonial, a Holanda vai disputar a predominância comercial do mundo. A resposta espanhola determina o fechamento dos portos luso-espanhóis aos barcos holandeses que lucravam com os fretes de transportes marítimos, que conduziam açúcar do Brasil (Estado-Maior do Exército, 1972). Uma característica importante a ser destacada é que, além do objetivo de barrar o empreendimento empresarial rival, o tomo menciona que o ato do fechamento dos portos também servia para frear o “expansionismo calvinista” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 101). Devido a essa resposta espanhola, os holandeses investiram em expedições militares nas colônias brasileiras.

Após essa contextualização, o texto foca em 3 características principais: a defesa da Bahia, a invasão de Pernambuco, o governo de Nassau e a Insurreição e Restauração Pernambucana. Essa é a primeira vez que a contribuição do negro aparece nos tomos. Aparecerá também pela primeira vez o termo “brasileiro” para se referir aos luso-brasileiros. É destacado, também, o surgimento da guerra brasílica, modo de guerra que é explicado pelo tomo:

Sem ajuda militar e desamparados da metrópole, os luso-brasileiros improvisaram meios para enfrentar a potente e bem treinada parcela de um grande e famoso Exército. Através de judicioso aproveitamento do terreno e do emprego de táticas de guerra nativas brasileiras, organizavam as companhias de emboscadas, compostas de 25 a 40 homens, para levarem a luta sem quartel ao invasor. Surgiu, assim, no Brasil, novo tipo de guerra, a “Guerra Brasílica”, que tanta surpresa e admiração iria causar entre os europeus (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 109).

Apesar da queda de Salvador para os Holandeses em 1624, a invasão da Bahia é descrita através da resistência luso-brasileira movida pela fé, pelo amor à terra e pelo espírito de solidariedade, elementos entrelaçados ao conceito “nação em armas”. O tomo destaca a participação do “bispo soldado” no subcapítulo da *União e defesa da terra e da Fé*, no qual se revela que o bispo D. Marcos Teixeira se uniu ao Governador-Geral sendo seu auxiliar, comandando tropas e estimulando a fé no povo (Estado-Maior do Exército, 1972)⁹⁶. A fé também é um instrumento de mobilização ao “sagrado chamamento das armas” no subcapítulo *Mobilização da Bahia*, pois foi a fé católica que teria mobilizado a população na defesa da terra. “O povo em armas era constituído de portugueses, espanhóis e brasileiros, estes, por sua vez, formados de brancos, negros e mestiços

⁹⁶ D. Marcos Teixeira foi um Bispo português de origem nobre nasceu no ano de 1578 e formou-se em Coimbra em teologia, possuindo doutorado. Foi inquisidor de Évora e em 1621 teria sido designado para Salvador, onde ficou como Bispo e Inquisidor. Atuou também na defesa da colônia contra as investidas holandesas, onde teria morrido no ano de 1624.

de todos os matizes, já impregnados daquele ideal político-religioso” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 106). A mestiçagem como característica brasileira aparece pela primeira vez no tema da invasão holandesa. A solidariedade é exaltada no capítulo *Reforços brasileiros*, no qual o texto apresenta apoio carioca para a resistência de Pernambuco, em uma “contínua tradição de solidariedade e apoio mútuo das diferentes partes do Brasil nascente, em prol da integridade territorial e cultural do país (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 113).

Em contrapartida aos valores “nobres”, há os valores que motivaram os holandeses, valores que não passavam do lucro dos empreendimentos coloniais que a companhia das Índias Ocidentais almejava estando “ávida de lucros e de polpudos dividendos para os seus acionistas” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 102).

Com a recuperação da Bahia, encerrou-se um dos mais belos capítulos da história militar do povo brasileiro, escrita com sacrifícios de toda ordem, heroísmos e provas incedíveis de amor à terra por parte dos bravos baianos, sobre os quais recaiu o peso da luta durante 10 longos e sofridos meses, até a chegada dos valiosos reforços da metrópole. Destes, permaneceu em salvador um terço português, 10 companhias de homens cada (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 115).

Mesmo com a derrota na Bahia, os holandeses voltariam a investir militarmente contra as colônias brasileiras em 1630. O capítulo *Guerra Holandesa - 2º período - Invasão de Pernambuco* é bem extenso⁹⁷ e contém muitas informações. Mancuso observa que “em termos de operações militares, é o menos representativo do conjunto das invasões. Segundo a narrativa, após a experiência na Bahia, houve uma tentativa holandesa de se aliar à população local que falhou” (Mancuso, 2007, pág. 51). Mancuso traz em sua tese a seguinte citação do subcapítulo *Falsa ilusão*:

Os batavos avaliaram que obteriam muitos lucros com o controle do negócio do açúcar de Pernambuco, bem como atrairiam facilmente seus habitantes a mútua amizade e aliança. E esta foi a falsa ilusão do invasor, que lhe custou altíssimo preço. Este povo não era dado a tratados de “Mútua amizade e aliança” com o dominador, pois após um século de colonização portuguesa, já possuía acendrado amor à terra e aos seus símbolos. (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 120).

Trazendo Sodré mais uma vez para a discussão, podemos elucidar um panorama mais geral. Sodré evidencia as 3 fases da conquista holandesa no Brasil: a conquista do território, de curta

⁹⁷ Os subcapítulos que compõem são: *Corsários holandeses persistem; Recife, base ideal; Falsa ilusão; Notícia da invasão; Mobilização de Pernambuco; A esquadra inimiga; Reação de Recife; Desembarque em Pau Amarelo; Avanço invasor; Resistência no rio Doce; Luta pela posse de Olinda; Ato de Bravura e de Fé; Luta pela posse de Recife; O assédio inimigo; Lutas de David x Golias; Esmagando o Forte de São Jorge; Queda de Recife; Lutar até a morte; Arraial do Bom Jesus; As estâncias de cerco; O invasor fortifica-se; Emboscadas em ação; Aperturas e dificuldades; Reforços navais; Batalha naval de Abrolhos; Resposta imortal; Olinda devorada pelas chamas; Insucessos; Traição de Calabar; Resistência heróica e lendária; Ataque ao Arraial; Barbarismo e desumanidade; Acelerada a expansão; Queda do Forte dos Três Reis Magos; Cabo Santo Agostinho resiste; Mobilidade admirável; Golpe-de-mão em Recife; Novo ataque ao Arraial; Conquista da Paraíba; Reforços 30 por 1; Conservar os pontos vitais; Conquista de Pernambuco; Resistência imortal; Êxodo; O preço da traição; Reforços para os defensores; Plano ofensivo de Rojas y Borja; Batalha de Mata Redonda; Valor de uma ofensiva; Alento na resistência e, finalmente, Emboscadas em ação.*

duração; a fase de consolidação da conquista e sua expansão, que é de longa duração; e, por fim, o declínio e expulsão dos holandeses que é de curta duração também. Desses processos, destaca-se, para a dissertação, a segunda fase de longa duração, quando ocorre a “acomodação da classe dominante, produtora de açúcar e beneficiária dos lucros da produção, com os novos senhores” (Sodré, 2010, pág. 45). Segundo Sodré, houve um cuidado dos holandeses de não entrar em contradição com a classe dominante colonial enquanto, para parte dela, “convinha estar com os conquistadores desde que se mantivesse em sua posição de classe dominante, daí a acomodação que predomina na segunda fase” (Sodré, 2010, pág. 45). Ao contrário de Sodré, o qual destaca a aliança de setores das elites coloniais com os holandeses, o que fica evidenciado - e Mancuso ajuda-nos a observar - em *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo* é a demonstração de uma união entre os locais, baseada nos valores já mencionados, em oposição ao invasor estrangeiro.

O processo de invasão holandesa prossegue na obra com as dificuldades aumentando para a força defensora, pois enquanto os holandeses eram reforçados continuamente até o final de 1630, os defensores nada receberam da metrópole em um ano e meio, pois estes estavam sofrendo um bloqueio naval da esquadra de 50 navios dos holandeses (Estado-Maior do Exército, 1972). Aos defensores da terra, “somente o amor à liberdade e à fé cristã e a conseqüente solidariedade, cooperação e espírito de renúncia, poderiam amenizar aquela emergência” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 127). O processo de resistência vai ser continuado através da guerra brasílica.

O capítulo *Guerra Holandesa - 3º período - Governo de Maurício de Nassau*⁹⁸ supostamente abordaria os aspectos políticos da administração do holandês nas terras nordestinas. Contudo, como Mancuso aponta, o capítulo preocupa-se mais com os aspectos militares de resistência dos luso-brasileiros do que com os aspectos administrativos do holandês. “A narrativa vai acentuando a divisão entre as glórias alcançadas pelos “bravos filhos da terra” contra o “cruel dominador holandês”” (Mancuso, 2007, pág. 52).

Algumas questões valem ser mencionadas neste capítulo e que fogem da descrição das manobras militares: O subcapítulo *Nassau - administrador e soldado* apresenta o Capitão e Almirante João Maurício de Nassau como encarregado de expandir a conquista. Desembarcou no Brasil em 23 de janeiro de 1637 e pretendia “atrair os luso-brasileiros para um dos valores de sua cultura - a dignificação do lucro” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 150). Outra característica mencionada sobre Nassau foram as medidas políticas e administrativas que buscavam conquistar a

⁹⁸ Compostos pelos seguintes subcapítulos: *Nassau - administrador e soldado; Queda de Porto Calvo; Rio São Francisco, a fronteira; Expansão de Nassau; A Bahia repele Nassau; Uma esperança de libertação; O sul coopera para a recuperação do nordeste; Desastre naval; Feito épico; Represálias de Nassau; Restauração de Portugal; Armistício Portugal-Holanda; Expansionismo de Nassau; Porta aberta à insurreição; Nassau parte para a Europa; Restauração do Maranhão; Vingança indígena no Ceará* e, por fim, *Aliança índios-invasores*.

simpatia da população (Estado-Maior do Exército, 1072). “As perspectivas de rápida recuperação econômica da capitania, combinadas com tolerância religiosa mínima, e clima de respeito aos moradores, fizeram arrefecer o sentimento de revolta dos luso-brasileiros para com o invasor” (Estado-Maior do Exército, 1072, pág. 152). Por fim, há a menção da restauração de Portugal e o armistício entre o país luso e a Holanda nos subcapítulos *Restauração de Portugal* e *Armistício Portugal - Holanda*. Portugal recupera seu trono em 1641, porém, o reino lusitano reconhece as conquistas holandesas e firma um acordo em que o mesmo não retomará as posições conquistadas nas colônias brasileiras e africanas pelos holandeses (Estado-Maior do Exército, 1972). Isso, segundo os tomos, evidencia as características políticas genuinamente brasileiras que motivaram os moradores da terra invadida a lutarem, “contrariando, frontalmente, a orientação política e estratégica de Portugal” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 161). O livro 1 dá destaque para o fato de que a defesa luso-brasileira foi feita independentemente da vontade da metrópole.

De maneira resumida, o capítulo *Guerra Holandesa - 4º Período - Insurreição e Restauração Pernambucana*⁹⁹ consiste no momento ápice do texto, pois é quando o Exército Brasileiro teria nascido, baseado na união dos negros, indígenas e brancos, os quais, sem o apoio da metrópole e por motivação própria, teriam expulsado os holandeses. No subcapítulo *Epopéia brasílica* apresenta-se uma boa descrição sobre o episódio:

Os insurretos prosseguiram a luta, sozinhos, desamparados e em desobediência à Metrópole.

Com esforço hercúleo, vontade inquebrantável, fé, sacrifícios indescritíveis e processos de combate genuinamente brasileiros, criaram condições para a recuperação de Pernambuco e Angola para Portugal, além de preservarem a unidade física e espiritual do Brasil.

Por esta razão, o presente capítulo que poderia ser chamado Epopeia Brasílica, reveste-se da maior relevância do ponto de vista da nacionalidade brasileira e das origens do Exército (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 165).

Existem alguns comentários na obra que merecem ser destacados. O subcapítulo *Surge o ideal de Pátria* ressalta o nascimento do valor de Pátria em Pernambuco e como ela tem o poder de aglutinar “diversas gerações de brasileiros, brancos, pretos, índios, mulatos, caboclos e de muitos portugueses que vieram para ficar” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 170). O subcapítulo

⁹⁹ Compostos pelos subcapítulos: *Epopéia brasílica; As causas; Astúcia x astúcia; Caráter secreto; Apoio externo de Portugal; Apoio externo da Bahia; Papel de Pernambuco; No Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e Alagoas; Surge o ideal de Pátria; Conspiração; Momento psicológico ideal; O conspirador; Operação tipo forças especiais; Missão Dias Cardoso; Compromisso imortal; Nova traição; Grito de rebelião; Povo em armas; Batalha do Monte das Tabocas; Projeção da batalha; Batalha da Casa Forte; Ocasão perdida; Plano descoberto; Patriotas em dupla rebeldia; Arraial Novo do Bom Jesus; Disposição de um povo heroico; Cerco de Recife; O arrogante e severo Von Schkoppe; Bombardeio e sítio de Recife; Heroínas de Tejucupapo; Primeira batalha dos Guararapes; A batalha, confronto enaltecido; Adequação de uma escolha; Crítica infundada; Sonho frustrado; Reconquista de Angola; Segunda batalha dos Guararapes; Confusão, desordem, pânico; Guerra antiga com ideias novas; Reconhecimento providencial; Esboço de guerra moderna; Em busca de uma batalha decisiva; Cada soldado patriota, um capitão; Derrocada; Libertação e, por fim, A guerra contribuiu para o fortalecimento militar do Brasil.*

Compromisso imortal liga o evento de Guararapes ao processo de independência que ocorreria séculos mais tarde. “Surgia assim pela primeira vez no Brasil, a palavra pátria, e a firme disposição de instaurá-la, a despeito mesmo de interferências contrárias de Portugal. Início, parecia, do processo irreversível de independência, concretizado cerca de dois séculos após” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 174). Outra característica marcante do texto é a elevação das batalhas de Guararapes ao quadro de guerras modernas. No subcapítulo *A batalha, confronto enaltecedor* Guararapes é colocada ao lado de nomes de grandes militares como Gustavo Adolfo “e outros chefes militares do século XVII” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 186)¹⁰⁰. Também é considerado revolucionária a busca por batalhas decisivas no mesmo século, uma vez que os holandeses, “portadores da mais aperfeiçoada instrução do tempo, não tinham outras preocupações, que não fossem os objetivos geográficos ou as praças fortes” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 186). Além disso, a obra tenta trazer Guararapes, dentro da perspectiva militar, como um esboço do quadro das guerras modernas, e, para esse argumento, traz 3 tópicos: a terra arrasada, a própria tática de guerrilha dos luso-brasileiros e a já mencionada busca pela batalha decisiva (Estado-Maior do Exército, 1972). “Além, portanto, do momento de fundação do Exército, Guararapes representa o despertar nos habitantes do Brasil de um sentimento de amor à terra mais profundo, agora já relacionado a um ideal de Pátria, estabelecendo as bases da nacionalidade” (Mancuso, 2007, pág. 60).

Além de Mancuso, é importante trazer para a discussão a produção de Castro. Em 1994, o Exército Brasileiro oficializa 19 de abril como o dia do Exército (Castro, 2002). O autor nos mostra como o imaginário foi trabalhado de diferentes interpretações e seleções de fatos históricos e que isso gerou disputas em suas interpretações:

Ressalto aqui apenas que o imaginário operou, através do tempo, diferentes seleções e leituras dos elementos históricos, e que guardou em seu bojo algum grau de disputa entre diferentes versões, embora tenham existido também pontos consensuais, de referência e evocação obrigatórios (Castro, 2002, pág. 56).

Contudo, o autor nos mostra que, mesmo com o passar do tempo, alguns símbolos são mantidos, um deles é a questão da formação das 3 raças. “A realidade demográfica da mestiçagem também é frequentemente esquecida, como se as três “raças” vivessem segregadas — não há, por exemplo, um herói mestiço, embora exista um “traidor” mestiço: Calabar (Castro, 2002, pág. 56)¹⁰¹.

¹⁰⁰ Gustavo Adolfo foi Rei e fundador do Império Sueco na guerra dos 30 anos na Europa. Nasceu em 1594 e foi morto em batalha em 1632. Ficou conhecido por seu grande desempenho militar liderando tropas protestantes contra exércitos católicos ao sul da região. É lembrado até hoje em dia como um dos maiores comandantes militares de todos os tempos.

¹⁰¹ Domingo Fernandes Calabar, ou simplesmente Calabar, foi um personagem histórico do contexto da guerra holandesa. Embora mestiço (ou mameluco, como era chamado a mistura entre brancos e indígenas), era dono de uma fazenda de engenho na região controlada pelos holandeses. Aliou-se aos mesmos em 1632, traíndo toda a resistência

Em 1994, essa gênese do Exército possuiria um sentido diferente. Castro percebe 4 ideias centrais para a transformação da data da batalha no dia do Exército: Os 2 primeiros pontos estavam presentes durante o Sesquicentenário, sendo eles o vínculo indissolúvel entre a nação e o Exército e a união das 3 raças como pilares fundadores do Exército (Castro 2002). Ambos os pontos já foram debatidos nesse momento, mas é importante demonstrar a sua continuidade do período da ditadura até o ano de 1994, período em que os militares já não estavam mais no poder.

A terceira ideia central consiste na substituição das comemorações dos mortos na intentona comunista e da “Revolução de 1964” por Guararapes:

Em terceiro lugar, diferentemente das comemorações da Intentona e de 1964, Guararapes é uma luta contra estrangeiros. Nas comemorações de 1935 e de 1964 sempre se fez referência a “ideologias exóticas”, mas o apelo da luta em condição de inferioridade contra um poderoso invasor estrangeiro é, hoje muito mais mobilizador e “politicamente correto” (Castro, 2002, pág.58)¹⁰².

Por fim, a ideia que remete Guararapes naquele momento (1994) era de uma luta de “Davi caboclo contra um “Golias estrangeiro” (Castro, 2002, pág. 58). Essa ideia facilmente seria associada à cobiça internacional pela Amazônia.

Castro, ao entrevistar o General Zenildo, recebe o relato de que, “ao retornar da Itália em 1945, o marechal Mascarenhas de Moraes, comandante da Força Expedicionária Brasileira, fez questão de visitar o sítio de Guararapes” (Castro, 2002, pág. 59)¹⁰³. Esse evento também foi registrado na *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo*. Nele existem as “seguintes palavras imortais” de Mascarenhas: “Nestas colinas sagradas, na batalha vitoriosa contra o invasor, a força armada do Brasil se formou e alicerçou para sempre a base da nação brasileira” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 165). O relato indica como, pelo menos entre os militares, está presente a relação de Guararapes com o surgimento do Exército Brasileiro.

Para concluir, Castro trabalha a memória de Guararapes depois da ditadura, como uma reconstrução da imagem do exército após o período ditatorial. Seria, como o mesmo autor diz, uma tradição da invenção do exército no pós-ditadura. Contudo, alguns desses simbolismos da memória em 94 também estão presentes em 1972, como foi demonstrado aqui. Pode-se concluir que se trata de uma "reciclagem" na reinvenção do exército.

dos luso-brasileiros.

¹⁰² A intentona comunista foi um movimento feito por militares do Exército adeptos do pensamento marxista para derrubar o governo Vargas. Ocorreu em novembro de 1935 e foi combatida pelo próprio exército.

¹⁰³ Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena ficou conhecido por ser o último ministro do Ministério do Exército, este cargo foi transformado em Ministério da Defesa. Zenildo também é conhecido por ter assumido este cargo durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

No sesquicentenário, Guararapes ressalta o espírito de nacionalidade invocado pela comemoração, a união das 3 raças e o surgimento da nacionalidade adjunto do próprio Exército. Esses elementos demonstram uma espécie de continuidade desse passado até 1972. Esses mesmos símbolos são reaproveitados após a ditadura e reinterpretados para o contexto de 1994, em um momento em que a “revolução” de 1964 estava sendo deixada de lado, junto com a comemoração dos mortos causados pela intentona comunista. O apelo de Guararapes naquele momento ressurgia como um simbolismo na defesa da Amazônia contra as potências estrangeiras.

A AMIZADE DE DITADURAS E SEU IMPACTO NA MEMÓRIA MILITAR DA INDEPENDÊNCIA.

A influência do contexto histórico teve um peso na elaboração da memória contida na história militar aqui analisada. Dentro desse contexto, um dos elementos que marcaram o Sesquicentenário foi a aproximação do governo ditatorial brasileiro com o governo ditatorial português. A *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo* tem por consequência esses reflexos dentro do texto, levando em consideração demonstrar as nações brasileira e portuguesa como um só povo. Porém, é evidente que a figura histórica de D. Pedro I recebe contornos aos quais o Exército busca afastar-se, mas D. Pedro I enquanto aliado da independência não é questionada.

A visão historiográfica sobre a relação das Forças Armadas e a nação brasileira, além de ser constantemente reinventada, pode ser explicada como uma forma de invisibilizar contradições dentro da instituição e sua relação com a sociedade, podendo passar uma noção de coesão institucional. Sobre essa visão historiográfica, Clarice B. Araújo Berkowicz acredita (pág. 8) que a biblioteca do Exército – fechada em 1925 e reaberta em 1937 – tenha sido a responsável por difundir essa história institucional e a identidade social do exército.¹⁰⁴ Adentrando um pouco mais ao fato que a autora aponta, em 1937, com o início da ditadura do Estado Novo de Vargas, as Forças Armadas estavam profundamente divididas devido aos acontecimentos de 1922.¹⁰⁵ No mesmo ano de implantação da ditadura, 1937, inaugura-se a editora da biblioteca e as clivagens desapareceriam com a vitória do projeto conservador. Com essa vitória, a ideia do Exército enquanto “vanguarda do

¹⁰⁴ A biblioteca do Exército é uma instituição centenária das Forças Armadas do Brasil. Surgiu ainda no segundo reinado (1888) por ordem de Barão de Loreto, ou Franklin Dória, quando assumiu o ministério da Guerra (Berkowicz, 2011). A biblioteca se entende como contribuinte no “provimento, edição e a difusão de meios bibliográficos necessários ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura profissional militar-militar e geral” (Biblioteca do Exército, 2018).

¹⁰⁵ Em 1922 aconteceu a primeira revolta tenentista que ficaria conhecida como a “Revolta dos 18 do forte”.

povo” desaparece e afirma-se a ideia de Exército que “coexiste com a estrutura” (Berkowicz, 2011). O pensamento comunista representava ao projeto conservador do Exército uma ameaça ao seu papel no país. “Dessa maneira, a criação do conselho editorial, no Estado Novo, também pode ter funcionado como um mecanismo para que o Exército somente atuasse como força militar em bloco, sem contestações internas” (Berkowicz, 2011, pág 7).

Podemos então perceber, segundo Berkowicz, que a biblioteca do Exército editorial buscava consolidar uma história oficial de cunho conservador que “vincula a história do Exército fundindo com a nacionalidade”. Essa historiografia é voltada para seleções de episódios que buscam “legitimar o Exército como instituição de sólidas raízes nacionais, contribuindo para o processo de invenção do Exército como aparelho do Estado” (Berkowicz, 2011, pág 10). É importante destacar essa linha conservadora, pois ela existe nas fileiras do Exército antes da união da ECEME com o IHGB.

A AERP produziu slogans, cartazes, filmes e músicas, dentre outros materiais veiculados na mídia em geral, mas, em especial, exibidos na televisão. Esse material de propaganda valorizava a tríade trabalho/educação/forças armadas, identificados como elementos capazes de gerarem o desenvolvimento nacional, desde que associados à Doutrina de Segurança Nacional. Além destes, a AERP também valorizava elementos como família e solidariedade, entre outros (Almeida, 2009, pág. 51)¹⁰⁶.

Segundo Almeida (pág. 68), a escolha de enaltecer a figura de D. Pedro I, manifestada no “grito do Ipiranga”, tem o motivo de ocultar os conflitos de disputas que existiram durante o processo da emancipação política do país para valorizar o momento de convergência em prol da independência. Além disso, Cerri (*apud* Almeida, 2009, pág. 68) diz que os militares, ao se associarem à figura do primeiro imperador, legitimariam “o autoritarismo então vigente, assim como as ideias de “integração nacional e de uniformidade ideológica”, expressas com a viagem realizada pela urna mortuária com os restos mortais do primeiro imperador pelo território nacional”. Segundo Sosnoski:

As comemorações, de um modo geral, são construções feitas a partir de uma seleção de lembranças influenciadas pelas necessidades de um momento do presente. A recomposição do passado sob a forma de memória histórica resulta de um complexo processo de negociação entre presente e passado. O que deve ser lembrado e fixado na memória coletiva atende ao imperativo do presente, condensando fatos e repertórios, que, repetidos a exaustão, ganham duração e sentido. Dominado pelo presente, o passado é recomposto e se projeta para o futuro. A ausência do referente permite que se façam leituras diversas do sujeito a ser comemorado (Sosnoski, Thaisy. 2013 pág.38).

A escolha do Imperador Pedro I como figura a ser exaltada em 1972 também trouxe um desafio para o regime: conciliar a imagem do imperador com o herói da República, o Tiradentes.

¹⁰⁶ AERP significa Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná.

Dessa maneira, a ditadura invoca e re-atualiza uma antiga disputa na história das comemorações da independência do Brasil (Cordeiro, 2012): “o que prevaleceu mesmo foi a associação entre as figuras de Tiradentes e D. Pedro I, como se ambos tivessem lutado a mesma luta; como se a batalha do primeiro não tivesse se travado contra a dinastia a qual viria a pertencer o segundo” (Cordeiro, 2012, pág. 100). No ano do Sesquicentenário, era vontade dos militares unir as duas figuras históricas, e não era difícil encontrar na imprensa uma opinião favorável à história linear do CEC (Cordeiro, 2010). Cordeiro nos apresenta um recorte de jornal da época (21/04/1972) pertencente à *Gazeta do Povo* em que aproxima as duas figuras: Tiradentes em seu tempo já sonhava com a independência da Pátria. Porém, seria pela delicada tarefa política dada à Andrade e Silva (José Bonifácio) que surgiriam as condições para que o grito do Ipiranga fosse dado por D. Pedro I. (*Gazeta do Povo apud Cordeiro, 2010*)¹⁰⁷.

Foi essa lógica histórica, que exaltava a continuidade e a conciliação, colocando em segundo plano os conflitos, que se estabeleceu em 1972. Assim, conquanto o herói do Sesquicentenário fosse D. Pedro I, em torno do qual concentraram-se as comemorações, Tiradentes não poderia ser esquecido, afinal, era ele o protomártir. O grande herói da República brasileira. Não obstante, a figura de Tiradentes que podia ser polêmica, subversiva, foi relegada a segundo plano em relação à de D. Pedro I. Mesmo porque, num momento em que o governo brasileiro investia no fortalecimento dos laços com Portugal, como festejar o inconfidente – o traidor - da coroa portuguesa? (Cordeiro, 2012, pág. 102).

Para a ditadura, o herói eleito era o imperador devido à interpretação do próprio regime como uma figura forte e autoritária, capaz de manter a integridade territorial. Esses elementos ligariam o regime ao passado, como já foi discutido anteriormente. A consequência dessa escolha seria a secundarização do Tiradentes que, relegado a herói coadjuvante, sua história remeteria à rebeldia e rebelião. “Não eram com esses princípios que a ditadura gostaria de associar as festas de 1972” (Cordeiro, 2012, pág. 103). Embora fosse relegado ao papel secundário no Sesquicentenário, não poderia deixar de ser reverenciado pela ditadura.

O capítulo que trabalha com Tiradentes é pequeno, sendo este de apenas 4 páginas. Assim como qualquer outra memória a respeito de um personagem histórico, Tiradentes não ficou isento da disputa ideológica. As esquerdas revolucionárias, na década de 60, formaram uma memória do herói pelas suas ideias e seu comportamento na cadeia e sua morte (Cordeiro, 2012). “Não é à toa que neste período surgiu uma organização de esquerda armada revolucionária que levava seu nome, o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)” (Cordeiro, 2012, pág. 103). A direita, por sua vez, enaltece as características militares que a figura detinha desde a década de 1940 (Cordeiro, 2012), pois era alferes do Regimento Regular de Cavalaria das Minas. “A militarização do herói era,

¹⁰⁷ O nome completo de José Bonifácio seria José Bonifácio de Andrada e Silva. Porém, na citação que Cordeiro traz da *Gazeta do Povo*, a figura histórica é referenciada com o nome de Andrade e Silva.

portanto, mais um elemento que, a partir de 1964, reforçava sua apropriação pela ditadura” (Cordeiro, 2012, pág. 104). Porém, Cordeiro nos diz que, para o Sesquicentenário, a ditadura preferiu a imagem do “Mártir à do alferes”, realizando assim sua “própria interpretação do martírio e sacrifício de Tiradentes” (Cordeiro, 2012, pág. 104). Na *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo*, esta figura então aparece como o “Alferes-mártir”, o militar da força terrestre que se sacrificou pelos seus ideais.

Sensível ao sofrimento do povo, acalentou a esperança de libertar a pátria. A forma irrestrita pela qual se consagrou a esse ideal dá a medida de suas convicções nacionalistas e torna admirável a sua personalidade de patriota e brasileiro.

Tiradentes e os outros conjurados milires aspirações da Nacionalidade (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 322).

“A recuperação do mito de Tiradentes dialogava, por tanto, com uma longa tradição ressignificada – à direita e à esquerda – de acordo com as disputas políticas características das décadas de 1960 e 1970 (Cordeiro, 2012, pág. 105). O mito a respeito de Tiradentes possuía – e ainda possui – um apelo moralizador devido ao seu martírio à causa que defendia.

O capítulo *Aspectos relacionados com a Inconfidência Mineira*¹⁰⁸ apresenta o herói da república. Este capítulo está no contexto das revoltas da colônia de cunho “nativista”¹⁰⁹ do livro 2. Faz, nesse momento, uma aproximação da inconfidência ao processo de independência dos EUA. No subcapítulo *Novo ideal de liberdade* temos: tares constituem mais uma prova da identificação da força terrestre brasileira, com as melho

Enquanto isso, na América do Norte, 1776, ocorria uma revolução da mais alta significação para todas as nações: a independência das colônias inglesas, que passaram a chamar-se Estados Unidos da América.

Foi um fato significativo pelo exemplo de emancipação. Muito mais sugestivo ficou, devido às grandes verdades proclamadas pelos revolucionários, eternas, que constituem, desde então, patrimônio cívico de todos os povos civilizados.

Declarou-se sagrada a vida humana, e não menos sagrado o seu pensamento; afirmou-se que todos os homens são livres, iguais e dignos de cooperar na governança pública; e que, quando um governo não garantisse a liberdade dos cidadãos, o povo tinha o direito de depô-lo.

Estas ideias não ficaram confinadas onde nasceram, difundiram-se pelo mundo, inclusive no Brasil, pelo substrato ideológico fornecido à conjuração Mineira. (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 320).

O que se pode extrair desse trecho é: o movimento de independência dos EUA é interpretado como um movimento revolucionário, contra a metrópole inglesa. Esses valores revolucionários de

¹⁰⁸ Os subcapítulos são: *Situação psicossocial da Capitania das Minas Gerais na segunda metade do século XVII; Novo ideal de liberdade; Conjurados e seus objetivos e Tiradentes, protomártir da independência.*

¹⁰⁹ Tiradentes é inserido no contexto das “Reações nativistas ao contorno de uma nação” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 303). Esta é uma parte do livro 1 que se dedica a trazer alguns eventos que demonstrariam o “embrião” dos sentimentos nacionalistas. Passam por uma série de revoltas como a *Guerra entre Paulistas e Emboabas, Guerra dos Mascates e Revolta de Vila Rica*, dentre outras.

liberdade e direitos conferidos à revolução americana seriam inspiradores¹¹⁰ para os conjurados mineiros, que tentaram reproduzir o mesmo na capitania. Lembremos que o país norte americano era o líder das nações capitalistas na guerra fria, ao qual a ditadura empresarial-militar brasileira estava alinhada. Além disso, os ideais de liberdade deveriam ser afastados da imagem que as esquerdas faziam do personagem, daí a necessidade de associá-lo com a luta norte-americana.

O êxito das comemorações de 1972 reside justamente no fato de que, ao escolher D. Pedro I como o herói maior do Sesquicentenário, a ditadura não abandonou Tiradentes, o herói nacional, o herói popular. Ao contrário, soube dialogar e reivindicar os principais elementos que conformam o culto à sua figura: o martírio, o sacrifício pela Pátria – tão caro também ao imaginário político das Forças Armadas –, a unidade mística entre os cidadãos que a associação de sua figura com a de Cristo proporcionava (Cordeiro, 2012, pág. 104).

Outras questões envolvendo a seleção da imagem de D. Pedro I em detrimento de Tiradentes seriam importantes de considerar. Uma delas é que, segundo Sosnoski, havia uma relação próxima entre as ditaduras portuguesa e brasileira. O passado brasileiro não seria recordado, em 1972, como uma “libertação e purificação dos dispositivos de dominação, mas como suporte em que é visto como um agente construtor” (Sosnoski, 2013, pág. 43). Essa narrativa fica evidente, inclusive, na produção de história militar aqui analisada, pois o livro nos ensina que as instituições militares brasileiras herdaram os valores militares e culturais portugueses. O próprio traslado dos restos mortais do imperador foi acompanhado pelo presidente português e o relatório sobre *As comemorações do Sesquicentenário da Independência*, que Sosnoski nos apresenta, demonstra a afinidade entre portugueses e brasileiros, ressaltando-os como um só povo.

No relatório *As comemorações do Sesquicentenário da Independência* essa identificação é ressaltada, brasileiros e portugueses são colocados como um só povo. Em um trecho do relatório Correa afirma que “a separação política dos dois países não importou no rompimento dos laços íntimos que os ligam” (CORREA, 1972:40). Em uma carta do General Médici ao presidente português, o General brasileiro diz que “são inquebrantáveis os vínculos raciais, a comunhão de sentimento, a afinidade de espírito e a vocação cultural que unem os nossos povos” (CORREA, 1972:50). D. Pedro I atuava desta forma como símbolo máximo da união entre Brasil e Portugal (Sosnoski, 2013, pág. 44).

Além disso, temos o IHGB empossando o presidente português, o almirante Américo Deus Rodrigues Thomas, no cargo de presidente de honra em 1971. Thomas discursa em sua posse no IHGB, o que é analisado por Almeida:

Por outro lado, nesse mesmo discurso, o presidente Américo Thomas ressaltou as ligações entre Brasil e Portugal, o que assinalaria a existência de uma comunidade luso-brasileira, aproximando-se os interesses brasileiros e portugueses. Nessa época, o governo português

¹¹⁰ Não necessariamente seria a revolução americana pivô dos ideais da inconfidência mineira, mas os pensamentos iluministas que chegaram às colônias portuguesas e inglesas de maneira clandestina. O que simultaneamente inspirou tanto os revolucionários das 13 colônias quanto os mineiros foi essa nova corrente intelectual surgida na França no século XVIII.

equiparou, para fins jurídicos, os brasileiros aos cidadãos portugueses, aguardando igual medida por parte do governo Médiçi. Ressalte-se, porém, que desde 1953 já se tentava realizar tal comunidade, com a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta (Almeida, 2009, pág. 86).

Diante do que foi debatido, podemos perceber que o documento analisado aproxima a nação brasileira da nação portuguesa. Dentro da parte em que o livro aborda o período colonial temos a seguinte descrição:

Na mesma época, nas capitanias de São Tomé e de São Vicente, ao perigo do levante do gentio, juntara-se o da formal intrusão dos franceses. As condições das colônias portuguesas tornavam-se cada vez mais precárias. Não só o ingresso efetivo destes audaciosos ameaçava o próprio domínio da terra, mas também os índios, animados pelo apoio que lhes davam os estrangeiros, tomavam atitude de repulsa que ninguém tinha previsto e para a qual os colonos não se achavam preparados (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 36).

O contexto da citação é o período das capitanias hereditárias e as tentativas francesas de colonizar a região. Devido à ideologia da "democracia racial", o texto aproxima os povos originários e os negros como contribuintes da formação da nação, mas isso é feito, claro, sob o processo de colonização portuguesa, "Quem, senão o português, daria com orgulho o seu próprio nome ao filho da mulher de cor a quem amou?" (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 262). O texto não os trata como estrangeiros, sendo somente os franceses tratados dessa maneira. Isto nos evidencia a posição da qual parte a narrativa, a perspectiva lusitana colonial. Os portugueses, em todo o processo de colonização, são entendidos como os civilizadores ibéricos dos quais o Brasil herdaria os valores civilizacionais, a fé católica e até as ciências das armas. Seriam, como já dito anteriormente, como um povo só.

Partindo para a criação do Exército Brasileiro pela mão de D. Pedro I, o livro dá uma explicação geral da parte técnica que envolve o desenvolvimento do Exército e tenta ao mesmo tempo atribuir à figura do imperador a responsabilidade da independência do Brasil, e aproximar o máximo possível a imagem do Exército deste: "Pedro I, impiedoso e entusiasta, artífice dessa vitória. A seu lado estavam grandes patriotas brasileiros, ajudando-o a formar o instrumento da garantia da independência: o Exército Brasileiro" (Estado-Maior do Exército, 1972, Pág. 435). Como foi dito anteriormente, o Sesquicentenário elegeu o momento da independência (o grito do Ipiranga) como um momento de convergência nacional, a fim de silenciar os momentos de disputas políticas que posteriormente surgiram.

Contudo, no texto que trata da abdicação de Pedro I, o livro imediatamente se afasta das aventuras políticas do imperador, e logo ressalta o caráter republicano das Forças Armadas. O subcapítulo *Exército na Abdicação* demonstra Pedro I com tendências absolutistas ao descrever as

ações do Imperador para governar sem parlamento (Estado-Maior do Exército, 1972). O livro conta que, para dissolver a assembleia constituinte, o imperador precisaria do Exército, “que de Exército só tinha o nome” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 439), pois se tratava apenas de uma peça de artilharia e alguns oficiais conspiracionistas apoiadores do imperador.

D. Pedro I, ao dissolver a Assembleia, não produziu somente uma animadversão da parte dos políticos civis contra o exército - que de exército só tinha o nome - maliciosamente demonstrara por Antônio Carlos a uma peça de artilharia. Produziu, no seio da camada menos deliberante, mais liberal da época - brasileiros de tendências republicanas, impressão decepcionante. Aos mais exaltados pareceu, agora, claramente, o erro cometido ao fazer de D. Pedro, um aliado para a luta da Independência (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 439).

Além disso, o livro ressalta as tropas de Francisco Lima e Silva que se amotinaram com o povo em Campo de Santana. Sobre o caráter republicano dito acima, o livro apresenta os pensadores republicanos como sendo “os verdadeiros líderes do movimento da independência, como Gonçalves Ledo e numerosos oficiais do Exército”. (1972, pág. 438).

Ao fim do capítulo, o livro ressalta uma escrita de Armitage¹¹¹: “Talvez não fosse isso mais fácil do que se pensava; pois, como já referimos, não havia plano fixo para a insurreição popular. A revolução foi quase, exclusivamente, operada pelos militares ou por outras palavras; nada mais do que uma sedição militar” (Estado-Maior do Exército, 1972, pág. 441). Podemos, com este exemplo, concluir que o livro afasta a imagem do Exército da figura política do imperador e aproxima a corporação das massas populares que estavam insatisfeitas com seu reinado. Simbolicamente, este trecho nos demonstra a intenção de colocar o Exército como uma expressão das vontades do povo, o que politicamente dialoga com o momento de 1972.

Pode-se perceber uma intencionalidade na escrita dos tomos: o não alinhamento das Forças Armadas aos desvios absolutistas do Imperador. Poderíamos entender esta passagem como sendo uma possível contradição com o discurso do sesquicentenário? Tal raciocínio é frágil historicamente. Em primeiro lugar, o IHGB teve forte influência na produção dos tomos aqui analisados. A instituição, como já dito em outra ocasião, além de produzir uma historiografia conservadora estava em harmonia com a ditadura e integrava o CEC. Seria resolvido pelo órgão qualquer discurso que entrasse em contradição em relação ao símbolo do Sesquicentenário. Outra coisa que se poderia pensar é: A postura explícita do discurso de afastamento do Exército frente a D. Pedro I poderia representar uma sombra nas relações entre Brasil e Portugal naquele momento? Ao que tudo indica também não, pois o momento da independência, manifestada no grito do

¹¹¹ John Armitage foi um inglês que nasceu em 1807 e morreu em 1856. Foi um comerciante que trabalhou no Rio de Janeiro e teria publicado algumas obras a respeito dos acontecimentos do Brasil, entre eles, o processo de independência do país.

Ipiranga, foi sacralizado pelo Sesquicentenário e da mesma forma aparece no livro 2. Esse momento é o que mais importa para o Sesquicentenário, está dentro dos tomos e o texto esforça-se, especialmente no período colonial, em demonstrar os portugueses não como uma força a ser combatida, mas como o condutor civilizatório ao qual os valores são herdados pelos brasileiros. Está dentro do consentimento da memória criada pela ditadura essa passagem da história oficial¹¹².

A escolha da figura de D. Pedro I como a figura a ser exaltada tinha relação com o momento político da ditadura, pois estes preferiram celebrar o grito do Ipiranga como um momento de convergência, união e assim silenciar as disputas políticas internas. Além do mais, a memória foi fabricada de modo a ligar os militares à figura de D. Pedro I, no sentido de que eles estavam presentes tanto na independência, quanto em sua abdicação, sendo eles os tutores legais da nação e os representantes de suas vontades. Além disso, a ditadura tentou, com essa memória, dar um sentido de continuidade desse tempo passado ao tempo presente de 1972.

¹¹² No filme *Independência ou morte* feito durante o Sesquicentenário, o personagem principal (D. Pedro I) aparece como uma figura complexa. Ele corta relações com Portugal e proclama a independência do Brasil, mas, ao mesmo tempo, aparecem cenas de conflito com sua esposa (Maria Leopoldina), suas intenções autoritárias e sua abdicação. Isso evidencia que a sacralização da figura eleita no Sesquicentenário não conteve representações divergentes sobre o Imperador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar esse longo trajeto de pesquisa a respeito da história militar produzida pela ditadura, imaginei, a princípio, que tratar-se-ia de um livro mais teórico do que ideológico da ditadura. Afinal, esse foi meu verdadeiro motivador para o investigar. Contudo, o que encontrei nesses 3 volumes foi muito mais do que imaginava. Trata-se de um retrato da memória oficial das Forças Armadas do ano de 1972, que pouco dizia a respeito de teoria militar, mas muito sobre sua visão a respeito do país e a de si mesma enquanto instituição.

Podemos ver impresso neles a ideologia da democracia racial, os projetos concebidos pelo milagre econômico, a gênese do Exército junto da nação e a figura eleita como representante fiel da imagem que a ditadura queria transmitir: D. Pedro I. Vemos as respostas dadas à sociedade aos problemas correlatos ao milagre econômico, ao processo de concentração de riqueza e suas tentativas de integrar o território nacional, colocando a Instituição da força terrestre como agente condutor desse progresso. Nas questões políticas, vemos os ideais de liberdade e democracia alinhados com os valores norte-americanos, afinal, neste Sesquicentenário, as Forças Armadas do Brasil vivenciavam a Guerra Fria. Vimos no documento a construção da memória ligando o país e a nação às Forças Armadas, simbolicamente demonstradas na união entre o IHGB e ECEME por meio do CEC.

Com isso, concluo fazendo alguns apontamentos referentes ao documento. *A História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo* está dentro da lógica de memória institucional que o Sesquicentenário tentou reproduzir. Esta memória privilegia o papel das Forças Armadas e silencia vozes. Lembrar do passado para construir nele as raízes do presente, presente este autoritário e da Guerra Fria, ressignificando antigos símbolos para as lides do presente.

Há muito ainda a ser explorado nesses 3 tomos e em toda Biblioteca do Sesquicentenário. Existem muitas questões e problematizações a serem consideradas, suas memórias, embora sempre tentando buscar a harmonia no passado do país, esbarram em conflitos que não deixam de estarem evidentes no texto, conflitos que são difíceis de silenciar e que não couberam plenamente nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- A CONTRAPELO PODCAST. Ep. 11 - **Seis propostas para a Historiografia do novo milênio com o Prof. José D'Assunção Barros**. [Locução de]: Christian Henrique. [S.I.]: youtube.com, 12 de maio de 2020. Podcast. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yV9KxZJpaws&t=1816s&ab_channel=Acontrapelo. Acesso em: 08 jul. 2024.
- ALMEIDA, A. T. S. **O regime militar em festa: a comemoração do sesquicentenário da independência brasileira (1972)**. 2009. 309 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ÁVILA, A. de. **Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 41, n. 87, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/cYtjrsRVpgcwbZh4c7C48FS/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- BARROSO, G. **Uniformes do Exército Brasileiro, 1730-1922**. Aquarelas e documentação de J. Wasth Rodrigues. Texto organizado por Gustavo Barroso. Publicação Oficial do Ministro da Guerra Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Paris: Ferroud, F. Ferroud, 1922.
- BARROS, J. D'A. **Seis desafios para a historiografia no novo milênio**. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 21, n. 33, 2019. ISSN 2237-8871.
- BASILIO, A. L. **Pesquisadora crítica aumento de militares em cargos civis sob Bolsonaro: 'Disfunção da democracia'**. CartaCapital, 30 maio 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/pesquisadora-critica-aumento-de-militares-em-cargos-civis-sob-bolsonaro-disfuncao-da-democracia/>. Acesso em: 08 mar. 2024.
- BATISTELLA, A. **A ditadura militar e o bipartidarismo: casuísmos e um simulacro de democracia**. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica, Recife, v. 39, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/247342/40456>. Acesso em: 06 jan. 2025.
- BERKOWICZ, C. B. A. **Da Biblioteca do Exército à Biblioteca Militar: o lugar ocupado pela instituição no Estado Novo**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.
- BRASIL, Estado-Maior do Exército. **História do Exército Brasileiro**. 3 vol. Distrito Federal: Fundação IBGE, 1972.
- BRAVO, G. P.; OLIVEIRA, T. S. **O Partido Midiático: Imprensa e Construção da Hegemonia no Pensamento de Antônio Gramsci**. In: VI Seminário Internacional Teoria Política do Socialismo: Lênin: 90 anos depois - política, filosofia e revolução, 2014, Marília-SP. Anais [...], 2014. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/viseminariointernacionalteoriapoliticadosocialismo/o_partido_guilherme.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.
- BURKE, P. **Variiedades da história cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **60 anos de história: anos 60 e 70, ditadura e bipartidarismo**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/143270-anos-60-e-70-ditadura-e-bipartidarismo/>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166 p. Disponível em: <https://bibliotecaonlinedahisfj.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/02/josc3a9-murilo-de-carvalho-a-formac3a7c3a3o-das-almas-o-imaginc3a1rio-da-repc3bablica-no-brasil.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2024.
- CASTRO, C. **A invenção do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982. 311 p.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2a ed. Lisboa: Difel, 2002, 245p. ISBN 972-29-0584-8 (Memória e Sociedade).

GUHA, R. **Las Voces de La Historia**. Barcelona: Crítica, 2002.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MANCUSO, A. P. **Entre terra e mar: história e política na narrativa oficial das forças armadas brasileiras os casos do exército e da marinha**. 2007. 281 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MOTORYN, Paulo. **Após 58 anos do golpe, Forças Armadas ainda atuam como "Partido Militar" no Brasil, diz dossiê**. *Brasil de Fato*, 31 mar. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/31/apos-58-anos-do-golpe-forcas-armadas-ainda-atuam-c-omo-partido-militar-no-brasil-diz-dossie>. Acesso em: 08 mar. 2024.

MOTORYN, Paulo. **Fascismo está na raiz do bolsonarismo, diz coordenador do Observatório da Extrema Direita**. *Brasil de Fato*, 12 out. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/12/fascismo-esta-na-raiz-do-bolsonarismo-diz-coordenad-or-do-observatorio-da-extrema-direita>. Acesso em: 08 mar. 2024.

O GUARARAPES: órgão de divulgação das atividades da Academia de História Militar Terrestre do Brasil [jornal]. Resende-RJ: [editora não determinada], 1996-1996*. Periodicidade indeterminada. ISSN: [s/n]. Disponível em: https://www.ahimtb.org.br/GUARARAPES_11setout1997.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. **As armas e as letras: a Guerra do Paraguai na memória oficial do Exército Brasileiro (1881-1901)**. 2011. [218 p.]. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/770944.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. **Por uma História Militar Global: da História Militar tradicional à Nova História Militar**. *Revista Brasileira de História Militar*, [s. l.], n. 25, p. 6-26, maio 2019. Quadrimestral. Disponível em: https://www.historiamilitar.com.br/wp-content/uploads/2019/08/RBHM_ano_10_n_25.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

PENIDO, Ana; RODRIGUES, Jorge Oliveira. **CPMI do 8 de janeiro se aproxima de militares; e agora?** *Brasil de Fato*, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/18/cpmi-do-8-de-janeiro-se-aproxima-de-militares-e-agora>. Acesso em: 04 jan. 2024.

PENIDO, Ana; KALIL, Suzeley. **O Partido Militar no Sistema Político Brasileiro**. *XI Jornada de Pesquisa e Extensão da Câmara dos Deputados*, 5 jul. 2021, online. Anais eletrônicos [...]. *Simpósio Interdisciplinar sobre o Sistema Político Brasileiro* (2021: Rio de Janeiro, RJ). Disponível em: https://impa.br/wp-content/uploads/2021/06/SistPolitico2021_11-PartidoMilitar.pdf. Acesso em: 21 mar. 2024.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Estruturas intocadas: racismo e ditadura no Rio de Janeiro / Untouchable Structures: Racism and Dictatorship in Rio de Janeiro**. *Revista Direito e Práxis*, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 1054–1079, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/33900>. Acesso em: 5 jan. 2025.

PODER 360. **Esquecimento da ditadura levou ao 8 de Janeiro, diz procuradoria**. Brasília, 31 mar. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-justica/justica/esquecimento-da-ditadura-levou-ao-8-de-janeiro-diz-procuradoria/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

PIMENTEL, Carlos Henrique L. **O anticomunismo e a esquerda militar no Brasil: uma análise historiográfica**. *Revista História em Reflexão*, v. 5, n. 10, UFGD, Dourados, jul./dez. 2011.

SANTOS, Cel. F. R. (plano da obra). **História do Exército Brasileiro - Perfil Militar de um Povo**. Brasília e Rio de Janeiro: Edição do Estado-Maior do Exército, Instituto Nacional do Livro, Fundação IBGE, Biblioteca do Sesquicentenário, [s. d.].

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História do Exército Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOSNOSKI, Thaisy. **Historiografia e memória: Biblioteca do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)**. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

TOLEDO, Caio Navarro. **1964: O golpe contra as reformas e a democracia**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.

TREVISAN, Ivan Rodrigo. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945): uma relação de proximidade**. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 25, ed. e20220061, p. 1/20, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X02505507>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/Bwhyphk9fzvcVMstB8fGMpCr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 out. 2024.